



CAMILO FEITOSA DANIEL

As transformações do mundo do trabalho camponês no alto sertão sergipano e as estratégias
de reprodução camponesa

SÃO PAULO
2018

CAMILO FEITOSA DANIEL

As transformações do mundo do trabalho camponês no alto sertão sergipano e as estratégias
de reprodução camponesa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como exigência para a obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa: “Campesinato, Capitalismo e tecnologias”.
Orientador: Profº. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

SÃO PAULO

2018

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Daniel, Camilo Feitosa.

D184 As transformações do mundo do trabalho camponês no alto sertão sergipano e as estratégias de reprodução camponesa / Camilo Feitosa Daniel. – São Paulo, 2018.

153 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Marcelo Dornelis Carvalhal.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2018.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Sergipe. 4. Reforma agrária – Brasil. 5. Migração rural-urbana – Brasil. 6. Mobilidade profissional – Brasil. I. Título.

CDD 301.35098141

CAMILO FEITOSA DANIEL

As transformações do mundo do trabalho camponês no alto sertão sergipano e as estratégias
de reprodução camponesa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como exigência para a obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa: “Campesinato, Capitalismo e tecnologias”.

Orientador: Profº. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Profº. Dr. Carlos Alberto Feliciano (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profº. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior (Universidade Federal da Paraíba)

São Paulo, 21 de Junho de 2018

Não adianta parar o meu sonho, porque, quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês! (Lula, 2018).

RESUMO

A luta pela terra liderada por Movimentos Sociais e sindicais, que provocou a implantação de diversos assentamentos de Reforma Agrária em todo o país, traz uma característica ainda mais marcante para o alto sertão sergipano, que hoje conta com um território majoritariamente de pequenas propriedades e assentamentos de Reforma Agrária. A reestruturação do capital, no entanto, promoveu um processo de mobilidade do trabalho para esses camponeses e assim milhares de trabalhadores também transformaram-se em operários da construção civil, migrando para outras regiões do Brasil e enviando parte do seu salário para a manutenção e investimento da unidade de produção familiar. A crise capitalista que atingiu em cheio a Indústria da construção civil, transformou o operário em camponês e dessa forma, nessa relação dialética, analisaremos durante o trabalho os fenômenos da mobilidade e plasticidade do trabalho camponês, à luz dos processos de desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Território. Trabalho. Campesinato. Mobilidade. Plasticidade.

ABSTRACT

The struggle for land led by Social and Trade Union Movements, which has led to the implementation of various Agrarian Reform settlements throughout the country, brings an even more striking feature to the high Sergipe sertão, which today has a territory mainly of small estates and settlements of Agrarian Reform. The restructuring of capital, however, promoted a process of labor mobility for these peasants and thus thousands of workers also became construction workers, migrating to other regions of Brazil and sending part of their salary for maintenance and investment of the family production unit. The capitalist crisis that hit the construction industry in full has transformed the worker into a peasant and, in this dialectical relation, we will analyze during the work the phenomena of the mobility and plasticity of peasant labor in the light of the processes of capitalist development.

Keywords: Territory. Work. Peasantry. Mobility. Plasticity.

RESUMEN

La lucha por la tierra liderada por Movimientos Sociales y sindicales, que provocó la implantación de diversos asentamientos de Reforma Agraria en todo el país, trae una característica aún más marcada para el alto sertão sergipano, que hoy cuenta con un territorio mayoritariamente de pequeñas propiedades y asentamientos de Reforma Agraria. La reestructuración del capital, sin embargo, promovió un proceso de movilidad del trabajo para esos campesinos y así miles de trabajadores también se transformaron en obreros de la construcción civil, migrando a otras regiones de Brasil y enviando parte de su salario para el mantenimiento e inversión de la unidad de producción familiar. La crisis capitalista que alcanzó en pleno la industria de la construcción civil, transformó al obrero en campesino y de esa forma, en esa relación dialéctica, analizaremos durante el trabajo los fenómenos de la movilidad y plasticidad del trabajo campesino, a la luz de los procesos de desarrollo capitalista.

Palabras clave: Territorio. Trabajo. Campesinado. Movilidad. Plasticidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização geográfica do Alto Sertão Sergipano e do P.A. Queimada.....	26
Imagem 1- Trator equipado para fazer a silagem	27
Imagem 2 - Silagem. Povoado Santa Rosa do Ermírio, Poço Redondo/SE.	28
Gráfico 1 - Área plantada de milho no território do alto sertão sergipano, entre os anos de 2003 e 2016	30
Gráfico 2 - Área colhida de milho, 2003-2016.....	32
Gráfico 3 - Índice de produtividade da cultura do milho de 2003-2016	33
Gráfico 4 - Índices de produtividade do Milho no Alto Sertão Sergipano, comparado aos índices de Sergipe.....	34
Gráfico 5 - Índices de produtividade de Milho no Brasil, comparando o Estado de Sergipe com o menor e o maior estado em produtividade da federação.	35
Gráfico 6 - Área plantada de Feijão, 2010-2015.	36
Gráfico 7 - Área Colhida de feijão, entre 2010-2015	37
Gráfico 8 - Produção animal do alto sertão por cabeças, 2010-2015.....	38
Gráfico 9 - Vacas ordenhadas por cabeça, 2010-2015.	40
Gráfico 10 - Leite industrializado no Nordeste, 2010-2015.....	41
Gráfico 11 - Leite industrializado em Sergipe.....	42
Mapa 2 - Divisão Climática de Sergipe.....	43
Mapa 3 - Assentamentos em Poço Redondo	47
Gráfico 12 - Realização da plantação e sementes utilizadas na lavoura.	49
Gráfico 13 - Uso de agrotóxicos.....	50
Gráfico 14 - Destino da produção de leite no P.A Queimada Grande.....	52
Imagem 3 - Suínos criados com resíduos das queijarias	53
Gráfico 15 - Família por faixa etária	54
Gráfico 16 - Trajetória do trabalho familiar antes da chegada no Assentamento	56
Mapa 4 - Trajetória das famílias até a chegada no P.A. Queimada Grande	57
Gráfico 17 - Inserção familiar e organizações de caráter sindical, associativo ou político.....	58
Gráfico 18 - As condições de moradia das famílias antes do assentamento	59
Imagem 4 - O assentamento tem uma parte das ruas com calçamento e outra parte das ruas sem calçamento.....	60
Gráfico 19 - População Brasileira 1960/70/80	68

Gráfico20 - Evolução do salário na Indústria da Construção pesada comparado ao Salário Mínimo. Categoria Ajudante.	80
Gráfico 21 - Evolução salarial de operários da construção pesada comparado ao salário mínimo. Categoria de oficial/profissional	81
Gráfico 22 - Famílias atendidas pelo INCRA em programas de reordenação, regularização, reassentamento e reforma agrária até 2008	84
Mapa 5 - Territórios da cidadania e Assentamentos de Reforma Agrária em Sergipe	99
Mapa 6 - Assentamentos e territórios quilombolas no alto sertão.....	101
Gráfico 23 - População Rural no Alto Sertão Sergipano.....	106
Gráfico 25 - População Rural em Nossa Senhora da Glória	107
Gráfico24 - População rural em Monte Alegre de Sergipe.	107
Gráfico 26 - População Rural em Gararu.	108
Gráfico 27 - População rural de Canindé do São Francisco e Poço Redondo.	108
Imagem 5 - Relação previdenciária do AGR/CVCP-03.....	116
Mapa 7 - Mobilidade do trabalho na Indústria da construção civil e construção pesada	118
Gráfico 28 - Inserção dos trabalhadores na Indústria da Construção Civil e pesada.	120
Gráfico 29 - Aprovação do salário recebido na indústria da construção civil e construção pesada	122
Gráfico 30 - Fluxo dos trabalhadores na indústria da construção civil e pesada.....	123
Gráfico 31 - Principais investimentos realizados a partir dos salários ou benefícios na indústria da construção civil e pesada.	126
Gráfico 32 - Realidade atual do mundo do trabalho dos ex-operários	127
Gráfico 33 - Realidade atual do trabalho assalariado no Assentamento	130
Mapa 8 - Mobilidade dos trabalhadores para o trabalho em frigoríficos.	131
Gráfico 34 - Grau de satisfação com os salários recebidos nos frigoríficos.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Efeitos da Seca sobre a produção de milho (2016/17)	43
Tabela 3 - Efeitos da seca sobre a produção de feijão (2016/17)	45
Tabela 4 - Animais por cabeça no P.A. Queimada Grande.	51
Tabela 5 - Famílias assentadas em Sergipe no Governo FHC	71
Tabela 6 - Famílias assentadas nos Governos do PT.....	83
Tabela 8 - Situação do emprego nos Municípios do alto sertão sergipano	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC PAULISTA	Santo André, São Bernardo e São Caetano
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALCA	Acordo de Livre Comércio das Américas
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
DESO	Companhia de Esgotamento e Saneamento do Estado de Sergipe
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra a Seca
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Rural e Extensão Rural de Sergipe
EUA	Estados Unidos da América
FAMA	Fórum Alternativo Mundial das Águas
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras contra a Seca
IOCS	Inspetoria de Obras contra a Seca
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
LSN	Lei de Segurança Nacional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento dos Atingidos pela Mineração
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.

PPP	Parceria Pública e Privada
PRONAF	Programa Nacional de Aptidão a Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAM	Reforma Agrária de Mercado
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura
STTR's	Sindicato das Trabalhadoras e trabalhadores Rurais
UNE	União Nacional dos Estudantes
UTALB	União dos Trabalhadores da Agricultura Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O ALTO SERTÃO SERGIPANO E O P.A. QUEIMADA GRANDE	21
2.1	Título de seção secundária.....	21
2.2	Colonização, povoamento e migrações.....	25
2.3	O Assentamento queimada grande.....	45
2.3.1	A Produção agropecuária do Projeto de Assentamento. Queimada Grande.....	48
2.3.2	A Trajetória das famílias assentadas.....	54
3	O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O CAMPESINATO.....	61
3.1	O Campo e o campesinato à luz da história.....	61
3.2	O Campesinato frente ao desenvolvimento capitalista brasileiro.....	65
3.3	O Período neoliberal e a territorialização do MST.....	69
3.4	O Neodesenvolvimentismo.....	75
3.5	Reforma agrária e neodesenvolvimentismo.....	82
4	CONFLITUALIDADE NO ALTO SERTÃO SERGIPANO.....	92
4.1	Raízes da luta pela terra no Brasil.....	92
4.2	A Disputa territorial no alto sertão sergipano.....	93
4.3	O Crescimento da população no campo.....	104
5	TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS.....	110
5.1	Desvalorização do trabalho e mobilidade do trabalho para colheitas agrícolas.....	112
5.2	Camponês ou operário? Análise sobre a mobilidade e plasticidade entre as famílias assentadas do Projeto de Assentamento Queimada Grand.....	114
5.3	Se Camponês, se operário.....	128
5.4	Atualidade do trabalho camponês no Projeto de Assentamento Queimada Grande.....	129
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
	REFERÊNCIAS.....	137
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DIRECIONADO PARA AS FAMÍLIAS	

PRODUTORAS.....	144
APÊNDICE B – TABELAS COM OS SALÁRIOS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA NOS ESTADOS DE MATO GROSSO, PARÁ, GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL, RIO DE JANEIRO E MARANHÃO.....	149

1 INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, o capital vem modificando as relações de produção a partir da reestruturação produtiva e das revoluções tecnológicas criando e recriando novos métodos na organização do trabalho, produzindo desigualdades e modificando os territórios.

Desde o advento da modernização agrícola, o desenvolvimento d capitalismo no campo vem modificando profundamente as relações sociais de produção e o espaço geográfico em todo o mundo, ao privatizar a natureza, produzir monoculturas, controlar as sementes, etc. Harvey (2004) demonstra esse processo como uma etapa do Imperialismo, caracterizando-o, inclusive, como “acumulação por espoliação”,

Contraditoriamente, esse modelo de desenvolvimento também vem produzindo números cada vez mais crescentes de conflitos no campo em todo o mundo, e consequentemente, provocando a organização política desses povos para pautar essa nova realidade, em instituições locais, nacionais, continentais e até internacionais, como é o caso da Via Campesina, que tem como propósito dar conta dessa nova realidade do campesinato.

À luz da história, a relação entre o desenvolvimento capitalista e o campesinato não foram harmoniosas, pelo contrário. A partir da necessidade de mão de obra para a grande indústria nascente ocorreu o processo de “cercamentos” na Inglaterra, que expropriou o campesinato do seu modo de produção e o colocou como mão de obra industrial. Os países em desenvolvimento capitalista assistiam à sua população camponesa diminuir.

As transformações estavam em todas as partes. No meio urbano, o surgimento da grande indústria, produzindo em série, provocou a alienação do trabalho e eliminou por concorrência o artesão. Era um novo mundo nascendo, e tanto os artesãos como os camponeses, despossuídos do seu meio de produção, teriam que vender a sua força de trabalho para grande indústria como única forma de reprodução social. A livre concorrência nas relações econômicas também se estendia para os trabalhadores, formando exércitos de reserva que rebaixava os salários, amparados na lei da oferta e demanda.

O capital trouxe na sua gênese a condição de desenvolvimento desigual e combinado, de modo que na mesma escala que é desenvolvida a riqueza, também é reproduzida a pobreza, como condição essencial para a reprodução capitalista. Em caráter contraditório, no entanto, o modo de produção capitalista necessita de relações não capitalistas para reproduzir-se, e nesse sentido o campesinato vem conquistando sua reprodução social.

Com o advento da modernidade e da grande indústria, o campo e o campesinato passam a ser estudados com mais atenção, com o objetivo de compreender e apontar

tendências para esse novo momento da sociedade. As contribuições são desdobramentos das obras de Marx e Engels, em que se apontava a possibilidade de definhamento do campesinato enquanto classe social devido à tendência de incremento do proletariado com a concomitante revolução industrial e os cercamentos na Inglaterra.

Trazendo esse debate para a América Latina, e fazendo um esforço de traduzi-los às suas especificidades, percebe-se que a colonização se dá em um contexto que as riquezas naturais e minerais foram utilizadas pelos colonizadores para a acumulação capitalista, de modo que a exploração do continente sul americano denominou-se de “Colonização de Exploração”, diferenciando, assim, da colonização realizada pelos Ingleses e Franceses nos Estados Unidos e Canadá. A colonização de exploração realizada por Portugal e Espanha além de extrair as riquezas naturais e minerais, também desenvolveram o *Plantation*, em que a economia desses países se constituíram em caráter dependente às economias centrais, desenvolvendo apenas o setor primário.

A formação econômica brasileira tem ainda mais especificidades por conta da escravidão, que deixou de ser o sistema hegemônico apenas no fim do Século XIX, fato que limitou o desenvolvimento do campesinato brasileiro. No entanto, mesmo nas entranhas do sistema escravista, Cardoso (1979) demonstra como os escravos conseguiam, mesmo com o sistema escravista, reproduzir sua condição camponesa.

O Brasil possui, ainda assim, problemas internos por conta da sua estrutura fundiária de concentração, que tem sua formação nas capitanias hereditárias e sesmarias. Essa estrutura fundiária está “eternizada” na constituição do Estado oligárquico brasileiro, mantêm-se como nexos central de organização da política e do Estado apesar do desenvolvimento capitalista no país.

Todas essas questões trouxeram elementos para a formação do campesinato brasileiro. No caso do sertão do nordeste, esse campesinato tem outras especificidades ainda mais marcantes por conta do processo de povoamento disperso, que ajudou a constituir uma população com identidade, hábitos e costumes próprios, com outro modo de vida, de relação com o trabalho e com a natureza.

Mesmo com um povoamento que acabou distanciando as populações da região por conta da atividade pecuária, os povos do sertão contraditoriamente, constituíram mecanismos de coletivização a partir de atividades culturais, em que diversas manifestações culturais são frutos dessa integração, ou até de “mutirões” para erguer casas, igrejas, etc.

Além de ser uma região com baixos índices de desenvolvimento humano e econômico, as oligarquias e burguesias locais não se interessaram pelo desenvolvimento da região, e em

diversos momentos acabaram centralizando a aplicação das políticas de governo para manter apenas as relações de clientelismo e coronelismo, fazendo com que os benefícios que chegavam para a região e para a população fossem frutos de uma ação de caridade e não como política pública ou um direito.

Assim como em todo o território nacional, a concentração de terras ainda é algo marcante no sertão nordestino, e por conta dessa realidade, os movimentos sociais passam a ter protagonismo para a implementação da política de Reforma Agrária, organizando os trabalhadores, a luta pela terra com ocupações, e reivindicando do poder público a desapropriação de latifúndios para a Reforma agrária.

Em regra, a política de reforma agrária, quando implementada, modifica as relações sociais no campo, deixando o trabalhador mais autônomo; e modifica também geograficamente, construindo um território que passa a ser camponês, estabelecendo assim outro modelo de desenvolvimento, a partir da diversidade e aumento da produção e dos produtores, com distribuição de renda e riqueza, como é registrado em pesquisas científicas que estudam os impactos da política de Reforma Agrária em todo o país.

Dentre as transformações no mundo rural do alto sertão sergipano nas últimas décadas, podemos destacar três aspectos que tiveram impacto direto na transformação do mundo do trabalho camponês: O primeiro é a luta pela terra que vem provocando a conquista de um território livre de latifúndios¹; o segundo aspecto está relacionado diretamente ao desenvolvimento capitalista da última década e a mobilidade do trabalho camponês para a Indústria da construção civil e construção pesada, a partir de grandes obras de infraestrutura fomentadas pelo Governo Federal; e a terceira é o processo de plasticidade que transforma esse operário que já foi camponês novamente em camponês.

A realização da política de reforma agrária é uma realidade dos municípios de Canindé do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo e Porto da Folha. Nesse caso, a criação de Projetos de Assentamento (P.A.) foi realizada pelos Governos como uma forma de solucionar os conflitos rurais que ocorriam na região desde o final da década de 1970, tendo seus ápices com a disputa pelo perímetro irrigado Jacaré

¹ O processo de luta pela terra, realizado pelos trabalhadores sem-terra, provocou em todo o alto sertão sergipano desapropriações de inúmeras fazendas. Da mesma forma que a quantidade de famílias assentadas cresceu, manteve-se estável a população de pequenos agricultores, mas as grandes propriedades vêm diminuindo gradativamente, e isso permite pensar numa tendência de território reformado.

Curitiba a partir de 1996 e com o Projeto Nova Califórnia, em 2004, ambos conquistados a partir de acampamentos e luta dos camponeses sem terra.

No decorrer do trabalho será demonstrado como o processo de conquistas de assentamentos no alto sertão sergipano configurou-se na territorialização do campesinato, transformando uma região inteira, que tinha a marca das grandes propriedades rurais improdutivas, em Assentamentos de Reforma Agrária.

No entanto, é importante mencionar que mesmo estando em marcha a formação de um território sem a presença dos latifúndios no alto sertão sergipano, há um novo processo de territorialização do capital a partir da implementação dos pacotes tecnológicos do agronegócio nas comunidades camponesas e do domínio da produção camponesa pela indústria. O desenvolvimento tecnológico surge em um ambiente que não é mais da grande propriedade rural improdutiva do início da década de 1990, mas o público que absorve essa transformação está nas pequenas e médias propriedades.

Além do processo de avanço do agronegócio a partir do pacote tecnológico, é importante destacar que no alto sertão sergipano também há um processo de centralização e concentração de capital constituído a partir da esfera concorrencial, em que grandes empresas de laticínios aumentaram o valor pago do litro do leite ao produtor para retirar as pequenas indústrias de laticínios da circulação capitalista, pois essas, não teriam dinheiro para manter o preço e continuar as relações comerciais com os produtores.

O ciclo de crescimento econômico vivenciado pelo Brasil, a partir do crescimento do investimento público em obras de infraestrutura, aumentou a quantidade de trabalhadores na Indústria da Construção civil e construção pesada, com grandes obras de barragens, criação e ampliação de rodovias, portos, aeroportos, etc. A referida indústria crescia e empregava milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Essas grandes obras públicas ou privadas provocavam um aumento da demanda de operários, e nesse contexto passa a existir um cenário de mobilidade do trabalho, em que camponeses passaram a ser incorporados na Indústria da Construção Civil.

Os relatos de camponeses, lideranças sociais e gestores da época demonstraram as quantidades de trabalhadores que saíram em ônibus, agenciados ou não, em busca de um emprego em algum canteiro de obra da construção civil. Esses são os “trecheiros” e estão espalhados em todo o alto sertão sergipano.

O alto sertão sergipano traz um conjunto de especificidades que o torna único. Além da sua riqueza na vegetação, na cultura, nas vestimentas, a presença e a vida conduzida pelo Rio São Francisco, a especialização na bovinocultura leiteira, a força do campesinato que

consegue resistir ao tempo, a falta de chuva e de ações do poder público, fazendo Euclides da Cunha afirmar: O sertanejo é antes de tudo um forte!

O alto sertão sergipano tem uma realidade mais interessante ainda quando percebemos as recentes transformações ocorridas, impulsionadas pela organização dos camponeses em Movimentos Sociais, que protagonizaram um amplo movimento pela reforma agrária na região e vem conseguindo como resposta a desapropriação de diversas fazendas e a construção de Projetos de Assentamento em toda a região. A conflitualidade provocou transformações territoriais e transformações no mundo do trabalho camponês.

A conquista da terra possibilitou o fortalecimento do campesinato, que passou a organizar a sua vida familiar a partir do trabalho na terra conquistada. Mesmo fazendo um processo de distribuição de terras para famílias acampadas, as ações de Estado para realizar a Reforma Agrária ainda são limitadas e lentas, como é o caso da política de financiamento, o parcelamento das terras, o acesso a água tratada para consumo humano, a aquisição de tecnologias, entre tantas outras políticas públicas.

O desenvolvimento capitalista dos últimos anos no Brasil, como fora relatado acima e será aprofundado ao longo do trabalho, provocou uma transformação ainda mais profunda no mundo do trabalho camponês do alto sertão sergipano. Com a inserção desse camponês na Indústria da Construção Civil, percebem-se os fenômenos da mobilidade e plasticidade do trabalho em boa parte do meio rural sertanejo, que serão analisados nessa pesquisa.

Em todo o alto sertão sergipano presenciamos o fenômeno da mobilidade do trabalho, em que milhares de trabalhadores saíram das suas casas em busca de emprego nos diversos canteiros de obras da Indústria da construção civil e construção pesada, incentivados por programas de investimento público do governo federal como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o Minha Casa Minha Vida.

Além de fomentar o crescimento da indústria da construção civil e construção pesada, esse ciclo de crescimento econômico criou uma nova rota de mobilidade do trabalho, em que milhares de trabalhadores do alto sertão sergipano saíram dos seus municípios em busca de trabalho em outras regiões do Brasil.

Para realizar a pesquisa de campo foram visitadas diversas comunidades rurais de pequenos agricultores e durante essas visitas foi constatado que em todos os municípios do alto sertão esse fenômeno da mobilidade do trabalho teve relevância para a realidade local, para o desenvolvimento social e econômico; e ao conversar com esses trabalhadores foram feitas perguntas sobre o fluxo de mobilidade para a indústria da construção civil e logo foi

identificado que os trabalhadores faziam menção com bastante frequência ao Povoado Santa Rosa do Ermírio e ao P.A. Queimada Grande, ambos localizados em Poço Redondo.

A escolha do objeto de pesquisa se deve ao fato do P.A. Queimada Grande ter se transformado em assentamento após um conjunto de lutas pela terra que ocorreu na região após a ocupação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nas instalações da CHESF (1996-1997). Além de ser fruto desse processo de lutas, o assentamento está localizado no município de Poço Redondo, que tem a maior concentração de famílias assentadas do estado de Sergipe e ainda tem uma realidade presente de mobilidade dos trabalhadores nesse corredor da indústria da construção civil e construção pesada.

A realização da pesquisa científica implica na busca da objetividade, retirando a cortina de fumaça que está sobre o objeto pesquisado, saindo da aparência e buscando a essência da realidade. A aproximação com o objeto de pesquisa poderia prejudicar o andamento da pesquisa científica por conta da militância pela reforma agrária e a proximidade com o MST, no entanto, foi exatamente a partir dessa proximidade e vivência que se obteve acesso às contradições desse movimento de ida e vinda dos camponeses e os seus impactos diretos na renda e investimentos das famílias camponesas.

Durante a pesquisa de campo foi realizada a visita em 16 comunidades rurais dos municípios do alto sertão sergipano, com o objetivo de compreender os impactos do fenômeno da mobilidade do trabalho e da plasticidade do trabalho. Foram aplicados 57 questionários no Projeto de Assentamento (P.A.) Queimada Grande e entrevistas com agenciadores, empresários, lideranças dos trabalhadores e lideranças políticas locais.

A realidade, com seu dinamismo, apresenta transformações rápidas no mundo do trabalho, de modo que a partir de 2014/15 iniciou o declínio da indústria da construção civil e durante o ano de 2017 iniciou um novo corredor, mas agora na indústria de alimentos, em frigoríficos no estado de Santa Catarina.

Além desse novo corredor de mobilidade criado para os frigoríficos em Santa Catarina, que passa a incorporar jovens que não estavam inseridos na indústria da construção civil e construção pesada, incentivados pelo ciclo da construção civil em que os operários conseguiam maiores rendimentos em trabalhos sazonais.

A pesquisa “Transformações no mundo do trabalho camponês e as estratégias de reprodução camponesa no alto sertão sergipano” contém quatro capítulos dedicados a analisar as categorias trabalho e território no campesinato do alto sertão sergipano. O primeiro capítulo é destinado a apresentar o território do alto sertão sergipano e o P.A. Queimada

Grande, elencando suas especificidades, elementos da sua história, o seu povoamento, a atualidade do desenvolvimento capitalista, da produção agropecuária.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo do “campo e do campesinato”, que analisa o desenvolvimento capitalista e os seus desdobramentos sobre a reprodução social do campesinato, analisando as ações do período neoliberal e neodesenvolvimentista e buscando compreender os desdobramentos dessas políticas para o campesinato brasileiro.

O terceiro capítulo é dedicado a compreender as disputas territoriais no alto sertão sergipano, tendo em vista a conflitualidade estabelecida entre camponeses sem terra e latifundiários, mediados pelo Estado, que culminou na territorialização do campesinato a partir de políticas de reforma agrária, estabelecendo assim um novo momento para o alto sertão sergipano.

O quarto capítulo aborda um estudo de caso dos trabalhadores no Projeto de Assentamento Queimada Grande. Nesse capítulo, é analisado o processo dialético que envolve as estratégias de reprodução do campesinato, com subcapítulos que analisam o fenômeno em que os camponeses transformaram-se em operários da indústria da construção civil e construção pesada, deslocando-se para outros estados do Brasil; e com o processo de crise nesse setor, outro subcapítulo é dedicado a analisar o processo que transforma o então operário novamente em um camponês, demonstrando a esfera da plasticidade do trabalho, pois o recurso acumulado pelos trabalhadores durante o trabalho ajudou a realizar investimentos na sua unidade de produção, reproduzindo assim a sua condição camponesa; e finaliza com uma análise atualizada do mundo do trabalho desses camponeses, em que uma nova geração passa a se incorporar na indústria de frigoríficos.

2 O ALTO SERTÃO SERGIPANO E O P.A. QUEIMADA GRANDE

2.1 Colonização, povoamento e migrações

O processo de colonização dos sertões no Nordeste brasileiro ajuda a entender as características atuais do desenvolvimento dessa região, pois boa parte do sertão foi povoado a partir da pecuária ainda no século XVI, a partir de um rebanho trazido pelos portugueses da Ilha de Cabo Verde. As duas primeiras áreas que receberam esse gado foram o Agreste Pernambucano e o Recôncavo Baiano, em localidades longínquas o suficiente dos Engenhos de Cana de açúcar, instalados no litoral (RIBEIRO, 1995).

O processo de povoamento do sertão,

conformou, também, um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja marcada pela sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão do mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo.(RIBEIRO, 1995. p.340)

O autor de “O povo brasileiro” também relata o processo de povoamento dessa região, em que as moradias eram estabelecidas em locais próximos aos currais, e estes, eram implantados nas regiões com água e terra fresca. Eram necessários, ainda, para os animais os sais minerais. Na maioria das vezes ele não estava próximo às regiões de banhados, e nesse sentido as sesmarias eram loteadas para os grandes fazendeiros, criando grandes latifúndios.

A colonização do Sertão sergipano não difere do processo de colonização do sertão nordestino, mas algumas questões demonstram a especificidade da formação desse território, como o processo de colonização Holandesa e o povoamento pelo Rio São Francisco. Além da colonização realizada pela pecuária e pela formação de currais, alguns municípios também foram formados pela relação com a agricultura ou pela mecanização.

A relação do povoamento com a pecuária deu nome, inclusive, a alguns vilarejos na região, como o Curral do Buraco que é o antigo nome da cidade de Porto da Folha e Curral de Pedras, que denominava Gararu. A colonização em Nossa Senhora da Glória tem seu início em meados dos anos de 1600, período em que também foram criados os primeiros currais na localidade. Já o município de Canindé de São Francisco teve a sua formação por conta da

criação de um curtume, e por conta da sua mecanização passou a atrair trabalhadores para a localidade².

Dois municípios não têm sua criação na produção pecuária: Poço Redondo e Monte Alegre de Sergipe; o primeiro tem sua primeira formação no final do Século XVII às margens do Rio São Francisco, no Povoado Curralinho. Mas é no início do Século XX que o núcleo urbano do Município se torna povoada, após a construção de uma fábrica de algodão; e o município de Monte Alegre de Sergipe tem em sua origem uma localidade onde os viajantes repousavam para seguir viagem.

A bovinocultura no alto sertão sergipano, que fora introduzida como um meio para o povoamento da região, foi o embrião para a especialização da região na cadeia produtiva da bovinocultura de leite, com alta produtividade, mesmo que ainda sem ter democratizado a tecnologia para todos os camponeses, como é o caso da ordenha mecânica inserida na região, sendo que ainda é uma tecnologia acessível a poucos produtores de leite.

A especialização da produção pecuária dos trabalhadores sertanejos durante séculos, associados a um processo de desenvolvimento tecnológico e genético deram condições a existência de uma importante bacia leiteira no sertão sergipano, que também é uma das maiores do Nordeste.

É destacada por Queiroz (1973) a característica marcante que o campesinato possui de coletivização, como uma marca da “economia fechada”, em que as redes de solidariedade nas comunidades têm relativa importância, na qual a população organiza constantemente mutirões para ajudar uma família numa colheita, construção, etc.

Em estudo comparativo entre as fazendas e os sítios rurais, a autora relata que:

Enquanto a vida de uma fazenda ‘era, como acima já disse, uma vida de reclusão e de isolamento’, esta outra se definia pela solidariedade vicinal e apresentava traços que continuaram a caracterizá-la: a tarefa agrícola executada pelos braços familiares, inclusive os femininos. (QUEIROZ, 1973, p.124).

O que demonstra que a característica coletivista do campesinato tem vigência não só no território sertanejo, mas em todo o país. Mesmo assim, com o povoamento no campo sertanejo realizado de forma diferenciada, por conta da distância das propriedades para o desenvolvimento da pecuária, que transformaram as localidades e as distanciaram, o povo sertanejo mesmo assim conseguiu construir diversos mecanismos que garantiram essa

² Dados disponíveis no IBGE

importante relação social com os outros sertanejos, através de manifestações culturais como a vaquejada, as feiras locais e as próprias atividades de produção e colheita.

Mas essa questão do povoamento em regiões longínquas o bastante de outros currais ou fazendas, também contribuiu para a desorganização social dos trabalhadores. Na maioria das vezes, esse trabalhador rural também tinha a sua residência ao lado da residência do Fazendeiro e dificilmente conseguiria garantir alguma organização social que lhe garantisse a conquista de direitos.

Além de ver o clientelismo reforçado com esse tipo de formação social, outro fenômeno passou a ganhar força no mundo do sertanejo, que é a religiosidade. Numa realidade tão dura como essa apresentada, o sertanejo vê na fé a força de continuar a acreditar que a sua vida vai melhorar, já que a maior providência é a chuva, e essa vem dos céus.

A forma mais organizada desse “fanatismo” religioso levou milhares de camponeses a construir Canudos, em uma região do Sertão Baiano, recrutando sertanejos de todos os cantos do Nordeste, em busca de um local onde houvesse mais justiça, produção e liberdade. O seu maior líder foi Antônio Conselheiro, e junto com o seu povo, resistiu a diversas ofensivas militares para despejar a comunidade, até que na última investida do Exército, houve um verdadeiro genocídio contra o povo de Canudos. Outras manifestações que demarcam traços importantes da cultura sertaneja é o fenômeno do “Cangaço”, no qual o grande personagem foi Virgulino Ferreira Lampião, que ficou conhecido como uma verdadeira lenda até os dias atuais, uma mistura de justiceiro e herói.³

Além dessas questões que ajudam a entender o histórico do povoamento sertanejo, outras questões também ganham relevância pelo seu impacto de caráter nacional. Como a população sertaneja sofreu diretamente o impacto das fortes estiagens sem um papel efetivo do Estado com políticas públicas para o enfrentamento dessa problemática, os séculos XIX e XX foram marcados por um conjunto de ações locais que favoreceram o clientelismo e a migração de sertanejos para outras regiões em todo o país.

Como afirma Ribeiro (1995, p.55) “os sertões se fizeram, desse modo, um vasto reservatório de força de trabalho barata”. Os sertanejos eram forçados a abandonar a sua região em busca de um local onde a vida revivesse, formando “as frentes pioneiras lançadas à abertura de novas áreas de exploração”⁴, ajudando na colonização da Amazônia, do Cerrado,

³ Os registros históricos que dão maior ênfase ao Cangaço e ao fanatismo religioso pairam entre o século XIX e início do Século XX. Canudos, por exemplo, teve o seu massacre em 1897 e o assassinato de Lampião e o seu bando ocorreu em 1938 no Município de Poço Redondo – Sergipe.

⁴ Idem.

uma parte foi morar nas capitais e a grande maioria foi em busca de condições para manter-se no Sudeste e no sul, “mas o seu destino é o de eternos itinerantes, criadores de nichos que devem fatalmente abandonar quando chega o ‘o dono legítimo’ das terras que desbravam”.

A “expulsão” do sertanejo no momento em que aparece o “dono legítimo” causa outro problema social, em que “a amarga experiência de sucessivas expulsões os impede de, mesmo nesses termos, tentar qualquer cultivo que não seja do ciclo anual, agravando assim ainda mais a sua miserabilidade”. Mesmo com uma legislação que permita a regularização dessas áreas a partir de um período de usufruto, requer “um aparato cartorial longínquo e inatingível ao sertanejo comum”.

O fato demonstra duas questões fundamentais: A primeira é que o próprio desenvolvimento tecnológico ou até o conhecimento específico de uma área produtiva não conseguiria ser repassado e reproduzido, porque quem conseguia apreender o conhecimento tinha migrado para outra região em busca de trabalho. E a segunda questão era que essa massa de migrantes ao entrar no mercado de trabalho colocava pra baixo o valor do trabalho devido a imensa quantidade de oferta.

Como essas transformações passaram a ser um problema de ordem nacional, ainda em 1909 já tinha sido criado pelo Governo federal o IOCS (Inspetoria de Obras contra a Seca), que mais tarde, com a chegada do Paraibano Epitácio Pessoa à Presidência da República, em 1919, essa Inspetoria teria a sigla alterada, sendo agora IFOCS (Inspetoria Federal de Obras contra a Seca) que também tinha o objetivo de realizar obras contra a seca. Mais tarde, em 1945 foi criado o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), sendo de fato o primeiro órgão federal permanente para atender os efeitos da seca.

No entanto, o que foi constituído a partir das políticas implementadas pelo Governo Federal durante esse período não passou de manutenção da clientela de “caciques” políticos regionais. Foi uma relação em que políticos, empresários, grandes comerciantes e empreiteiras se aproveitavam do difícil momento em que a população se encontrava por conta da estiagem para, no caso dos políticos, servir a sua clientela e manter seu curral eleitoral; e no caso dos agentes econômicos, ganhar dinheiro com as ações do Estado, seja em indenizações para construir grandes açudes ou em construção de áreas de agricultura irrigada, formando assim uma Indústria da Seca no Nordeste brasileiro, como afirma Ribeiro (1995):

Todos os programas de socorro aos flagelados resultaram em iniciativas consolidadoras do latifúndio pastoril, salvaguardando o gado bovino dos fazendeiros, mas mantendo o sertanejo nas mesmas condições precárias, cada vez mais indefesos em face de uma exploração econômica mais danosa do que as secas. (RIBEIRO, 1995, p.24).

Durante as décadas de 1970 e 1980 a região ficou marcada no cenário nacional por conta do processo de êxodo rural, gerando diversos problemas sociais, entre eles um problema para as cidades, que cresceram de forma desordenada, ampliando os problemas sociais já existentes.

2.2 O Alto sertão sergipano

O território do Alto sertão Sergipano é localizado em uma região de fronteira com os Estados de Alagoas e Bahia (vide Mapa 1), banhado em boa parte da sua área pelo Rio São Francisco e compreende os municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe, Gararu, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora de Lurdes. O seu bioma é a caatinga, e o seu clima é semiárido. Isso faz o sertão sergipano ter curto período de chuvas durante o ano e, conseqüentemente, apenas uma safra agrícola.

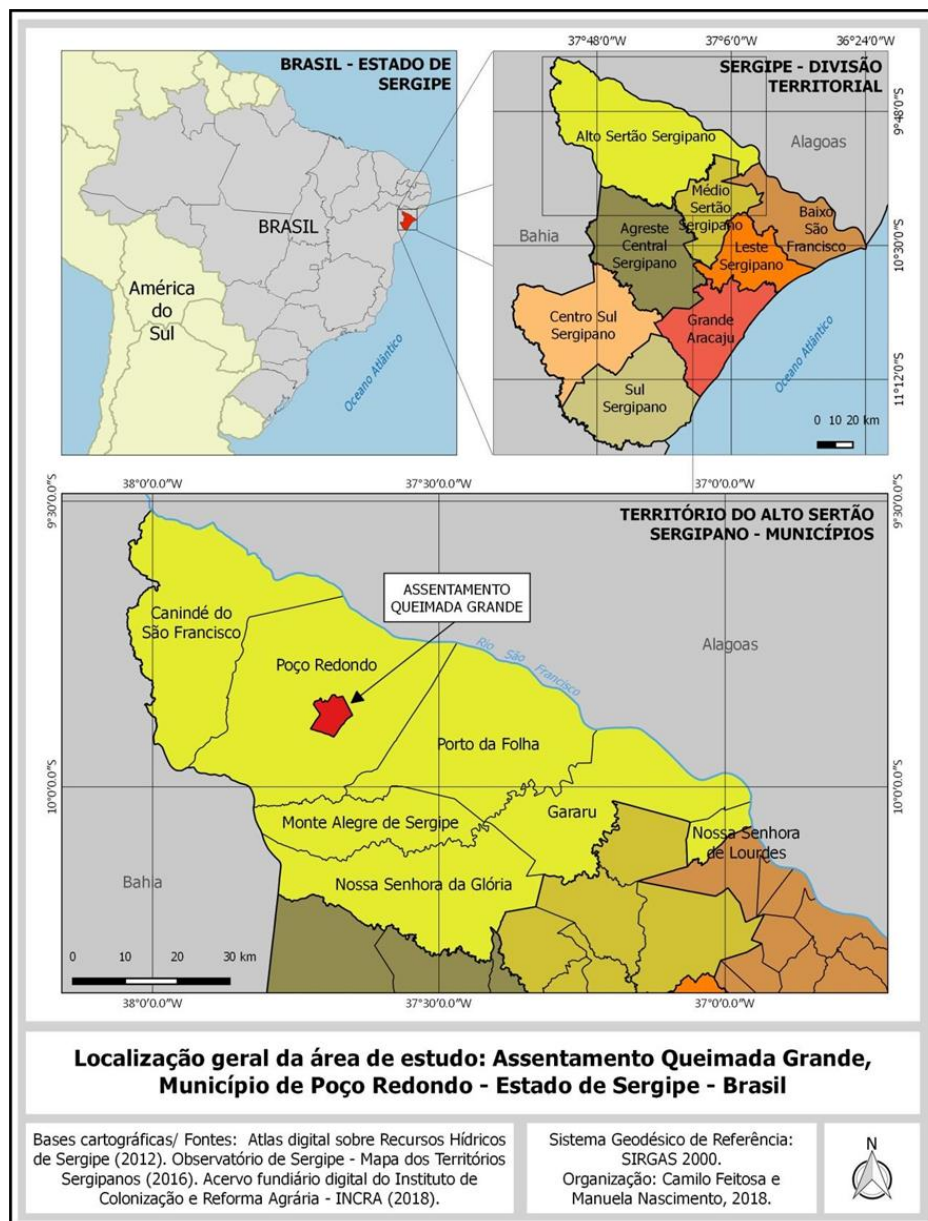
No alto sertão sergipano há uma população estimada de aproximadamente 150.000 habitantes, em uma área de abrangência de 4,9 mil Km² com mais de 80.000 habitantes na Zona Rural, em 12,8 mil estabelecimentos de agricultura familiar e 4,4 mil famílias assentadas de Reforma Agrária⁵, é o único território da cidadania formado pelo Governo Federal em Sergipe que tem a maior parte da população no campo, representando 53,35%⁶.

⁵ Dados obtidos no Sistema de Informações territoriais.

⁶ Fonte: Secretaria de Desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A produção agrícola de Sergipe tem especificidades regionais, como é o caso da citricultura no sul e a cana-de-açúcar no Vale do Cotinguiba e Baixo São Francisco, além de diversas áreas destinadas a fruticultura e hortaliças. No caso do Alto Sertão a agricultura é realizada em sua maioria como suporte forrageiro para a bovinocultura leiteira, com enfoque para a produção de palma e milho. O feijão é cultura plantada tradicionalmente pelos sertanejos, mas a sua área de plantio vem sendo diminuída gradativamente, e substituída pela cultura do milho e áreas de pastagem para bovinos, como poderá ser identificada nos gráficos 1, 2, 5 e 6, disponíveis ainda nesse capítulo.

Mapa 1 - Localização geográfica do Alto Sertão Sergipano e do P.A. Queimada



Fonte: INCRA, 2018.

Entre os meses de Dezembro e Fevereiro é aguardada pelos camponeses uma forte chuva de trovoada. Essa chuva é rápida e serve para encher as barragens e reservatórios de água para o consumo animal. O período chuvoso para a produção agrícola ocorre no período que compreende os meses de Maio a Julho, mas é importante ressaltar que não há regularidade de chuvas no semiárido sergipano, e conseqüentemente a produção agropecuária está vulnerável a escassez de chuva.

A plantação que anteriormente era feita com toda a participação familiar, em que os pais faziam as covas com a enxada e os filhos pequenos caminhavam jogando a semente e cobrindo-as com terra, logo foi substituída pela matraca de uso manual e nos últimos anos os tratores com plantadeiras e colheitadeiras mecanizadas estão substituindo gradativamente o trabalho manual.

O trator corta a terra, e em seguida passa o agrotóxico com a semente e o próprio adubo. O agrotóxico serve para impedir que a grama ou ervas daninhas ocupem o mesmo espaço que o milho, na perspectiva de obter boa colheita, e diminuindo o tempo de trabalho da família limpando a plantação. A colheita é realizada também por uma máquina e a maior parte dessa produção é destinada à silagem para a produção leiteira, como já foi mencionado anteriormente.

Imagem 1- Trator equipado para fazer a silagem.



Fonte: elaborada pelo autor, 2017.

É relativamente nova a prática desse uso de tecnologia para a alimentação animal. Em conversa com agricultores assentados no P.A Barra da Onça, no Município de Poço Redondo, percebe-se que a silagem passa a ser amplamente utilizada na região em meados década de 90. Os trabalhadores relataram que quando iniciou o assentamento, após a colheita da primeira safra, atearam fogo nas palhas de milho e feijão, pois na compreensão da época não havia utilidade na alimentação animal.

Imagem 2 - Silagem. Povoado Santa Rosa do Ermírio, Poço Redondo/SE.



Fonte: elaborada pelo autor, 2017.

O desmatamento das áreas de caatinga para a produção agropecuária provoca danos ambientais que corroboram com o processo de desertificação. Como a produção agrícola está cada vez mais associada ao uso intensivo de agrotóxicos, isso passou a influenciar diretamente o meio ambiente, contribuindo inclusive para a aceleração da desertificação⁷. (OLIVEIRA 2015).

O melhoramento genético é algo relativamente novo. Os trabalhadores relataram que até meados dos anos 1990/2000 o rebanho bovino produzia em média 10 litros de leite por dia, coisa que foi modificando a partir da separação dos bezerros das melhores vacas, de outros rebanhos oriundos de outros municípios de Alagoas, e através de inseminação artificial

⁷ Por conta da forte estiagem nos últimos anos e do uso de agrotóxicos o solo ficou descoberto de qualquer matéria orgânica, acumulando no mínimo cento e cinquenta dias descobertos de nenhum tipo de vegetação.

fomentado pelas empresas de assistência técnica e pesquisa em agropecuária. Esse melhoramento vem trazendo um aumento significativo da produtividade, em que já se tira na maioria das propriedades mais de 20 litros de leite por vaca durante o dia.

Outras tecnologias já utilizadas massivamente em diversas regiões do país, só agora começam a chegar nessas localidades, como é o caso das ordenhas mecânicas, que mesmo não sendo uma realidade de todos os agricultores do alto sertão, mas já começa a se disseminar. Hoje a utilização desse mecanismo está ainda nas grandes e médias propriedades rurais da região, embora já exista expectativa por parte de pequenos agricultores e assentados de terem esse implemento tecnológico nas suas propriedades.

A produção do milho garante ração animal para a manutenção da bacia leiteira no período de estiagem, em que os trabalhadores fazem silagem e rolão e mantêm estocados para garantir alimentação durante o período de estiagem. Mesmo nos períodos em que a estiagem é extremamente forte e faz a maior parte dos produtores perderem a sua safra, ainda se aproveita do plantio.

Essa produção vem aumentando desde 2010 em todo o estado de Sergipe (vide Gráfico 1). Em 2012 houve uma grave seca, que diminuiu de forma avassaladora a produção de milho em Sergipe. Se no ano de 2010 a área plantada compreendia a mais de 175.000 hectares, no ano de 2012 esse número caiu para 145.000 hectares. Ainda assim, em 2010 a área colhida representou 175.000 hectares e no ano de 2012 a área colhida foi abaixo de 80.000 hectares, com uma perda direta de quase metade da área plantada no mesmo ano.

A persistência é uma marca do camponês, e em todos os anos, por mais que as provisões não os animem, mantém a fé e se preparam para fazer a plantação. Nos anos seguintes a área plantada de milho retoma o crescimento e a colheita também aumenta. Em 2013 a área plantada foi superior a 150.000 hectares e em 2014 subiu pra quase 170.000 hectares; e a área colhida em 2013 foi de 140.000 hectares e em 2014 de aproximadamente 160.000 hectares.

O ano de 2015 apresentou uma leve baixa na área plantada e na área colhida do estado de Sergipe, e em 2016, mesmo sem ter saído os dados oficiais até o momento em que se realiza o presente trabalho, especialistas já falam que é a pior seca das últimas décadas vivenciadas em Sergipe. A estiagem foi geral e atingiu desde o sertão às regiões litorâneas. Diversos municípios Sergipanos não conseguiram produzir milho em 2016. E em diversas localidades do Sertão, a colheita é insignificante desde 2011.

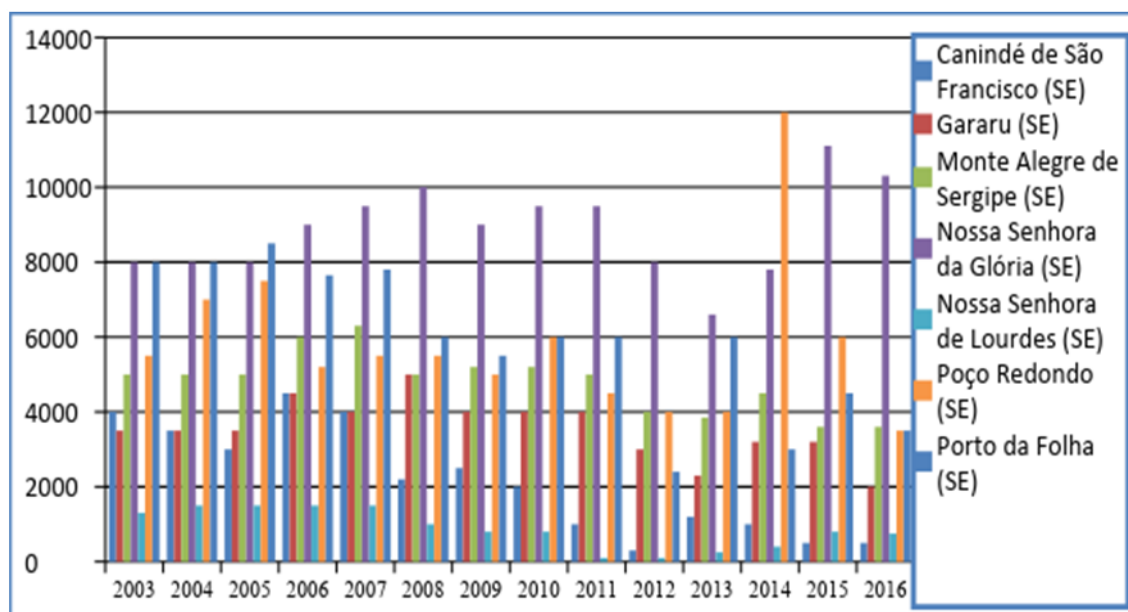
O efeito da estiagem em 2012 é tão forte que até a produção de mel de abelha em todo o estado de Sergipe diminuiu de mais de 120.000 quilogramas em 2010 para menos de 60.000

quilogramas em 2012, voltando a crescer nos anos posteriores, alcançando em 2015 o mesmo patamar da produção de 2010.

Fazendo um comparativo entre a área plantada e a área colhida de milho no alto sertão, levando em consideração os dados do IBGE referentes aos anos 2003-2016, percebe-se que há uma produção constante da cultura do milho, com oscilações nas áreas plantadas e colhidas determinadas por fatores climáticos, como já foi mencionado.

Os municípios com a maior área plantada tem sido Nossa Senhora da Glória e Porto da Folha, já que ambos tiveram 8.000 hectares plantados nos anos de 2003 e 2004, mantendo essa variável até 2008, quando a área plantada de Nossa Senhora da Glória atingiu 10.000 hectares, e a de Porto da Folha reduziu para 6.000, mantendo-se ainda como o segundo município em área plantada do alto sertão sergipano. Os anos de 2012 e 2013 houve uma redução da área plantada por conta da estiagem, e as áreas plantadas passaram para 8.000 e 6.600, respectivamente no Município de Nossa Senhora da Glória, que voltou a ser a maior área plantada de milho em 2015 com 11.100 hectares plantadas e em 2016 mantém-se no topo com 10.300 hectares plantadas.

Gráfico 1 - Área plantada de milho no território do alto sertão sergipano, entre os anos de 2003 e 2016



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Já o município de Poço Redondo, saltou da sua média de 4.000 hectares plantadas entre os anos de 2003-20012, para em 2014, atingir 12.000 hectares plantadas, transformando-se na maior área plantada do alto sertão sergipano, e logo após, retornaria a 6.000 hectares

plantadas em 2015 e como efeito da estiagem prolongada, passou a 3.500 hectares plantadas em 2016.

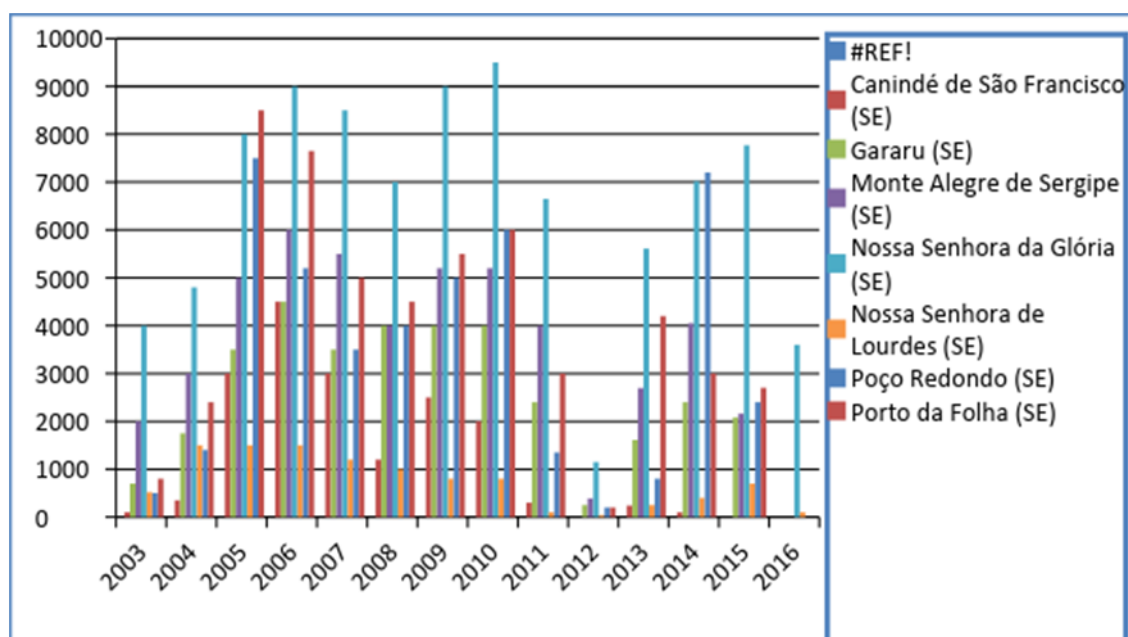
Os municípios que tem a menor área plantada de milho do Alto Sertão são Canindé do São Francisco e Nossa Senhora de Lourdes. Para o caso de Canindé do São Francisco, veremos a partir do próximo gráfico o efeito que a estiagem tem na colheita, visto que este Município está em uma região mais afastada do litoral. Já o Município de Nossa Senhora de Lourdes, tem uma dimensão territorial menor que os demais municípios do alto sertão.

Como pode ser observado no Gráfico 1, Canindé do São Francisco tinha 4.000 hectares plantadas em 2003, e Nossa Senhora de Lourdes, tinha 1.300 hectares plantados, dados que mantiveram-se estáveis até 2008, quando há redução na área plantada dos dois municípios. Em 2009, por exemplo, a área plantada em Canindé do São Francisco, era de 2.500 hectares, e em Nossa Senhora de Lourdes, já havia uma redução para 800 hectares. Em 2011 e 2012 a área plantada de Milho nos dois municípios reduziu substancialmente, pois Canindé do São Francisco tinha, respectivamente, 1.000 hectares e 300 hectares; e o município de Nossa Senhora de Lourdes manteve-se com 100 hectares plantadas. Em 2016, Canindé do São Francisco teve 500 hectares plantadas, enquanto que Nossa Senhora de Lourdes registrou 750 hectares plantadas.

O município que mais tem regularidade de chuvas na região é Nossa Senhora da Glória, por fazer fronteira com outras localidades mais úmidas e por ser ainda a entrada para o alto sertão sergipano, ou como prefere chamar os munícipes, a “Boca da Mata⁸”, fazendo referência ao fato de ser considerada uma “porta” de entrada para o alto sertão sergipano. Como pode ser observado no Gráfico 2, Nossa Senhora da Glória é o município que é menos atingido com os efeitos da Seca.

⁸ Boca da Mata foi o primeiro nome dado ao Município de Nossa Senhora da Glória.

Gráfico 2 - Área colhida de milho, 2003-2016



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Observando os gráficos 1 e 2, percebemos ligeiramente que há significativa perda na produção no período 2003-2004, 2012-2013 e em 2016, sendo que os números de 2017 ainda não estão disponíveis no IBGE, mas a partir dos estudos técnicos realizados pela EMDAGRO e sistematizados nas tabelas 1, 2 e 3, poderá ser constatado um aprofundamento das perdas devido à estiagem.

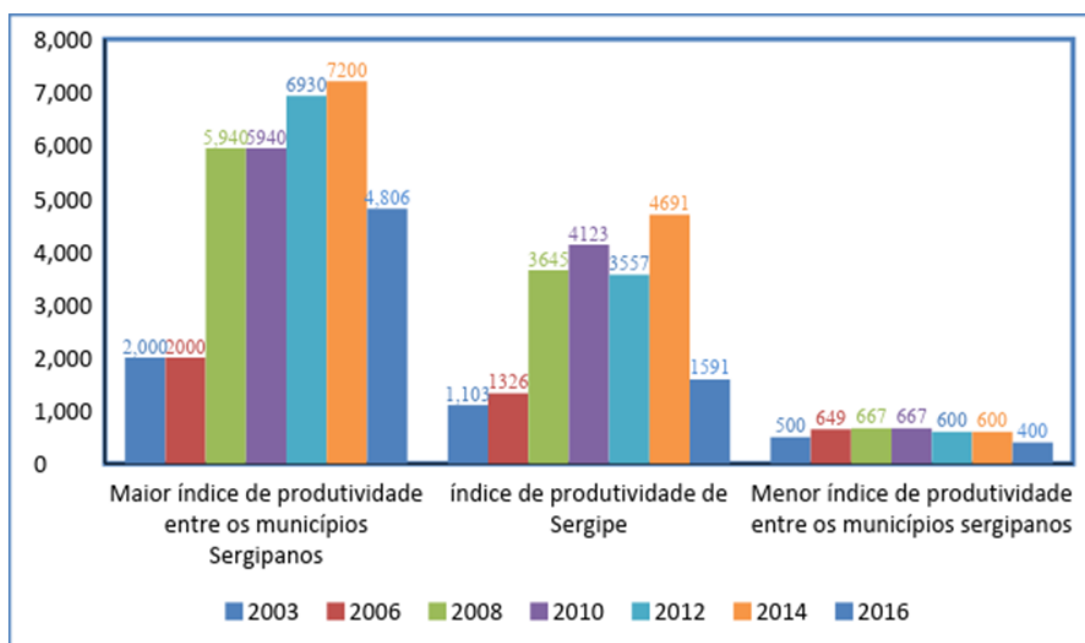
No caso de Poço Redondo a área plantada em 2010 foi de 6.000 hectares, equivalente a área colhida; mas em 2011 a área plantada foi de 4.500 hectares, colhendo apenas 1.350. Em 2012 foi ainda mais sofrido por conta da estiagem prolongada, que mesmo plantando 4.000 hectares, obteve a colheita apenas de 200 hectares. Em 2016 foram plantadas 3.500 hectares, mas não houve registro de colheita.

Já Canindé de São Francisco é o que mais vem caindo a produção de milho na região. Com exceção do ano de 2010 em que a área colhida de 2.000 hectares foi equivalente a área plantada, todavia, nos anos que se seguem, os resultados são catastróficos. Em 2011 a área plantada foi de apenas 1.000 hectares e a colheita de apenas 300 hectares. Nos anos seguintes, Canindé não conseguiu se destacar na produção de Milho, mantendo ainda assim graves perdas, pois em 2012, 2015 e 2016 não houve registro na colheita do milho.

Como foi mencionado acima, o ano de 2016 representou forte baixa para a agricultura no alto sertão sergipano, dado que os únicos municípios que apresentaram colheita do milho foi Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora de Lourdes, com 3.600 e 100 hectares colhidas, respectivamente. Os outros municípios não registraram colheita de milho.

Como pode ser observado a partir do Gráfico 1, não houve crescimento exponencial na área plantada do Milho no alto sertão sergipano, mas o que fez a produção do milho aumentar foram os implementos tecnológicos e a transformação do milho em monocultura, visto que anteriormente a área plantada era destinada também a outras culturas, como o feijão, a fava, a mandioca, etc.

Gráfico 3 - Índice de produtividade da cultura do milho de 2003-2016



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

O gráfico 3 demonstra um aumento exponencial na produtividade do milho, que pode ser observado a partir da quantidade de Kg produzidos por Hectare, levando em consideração o município que obteve o maior índice de produtividade⁹, o índice do Estado de Sergipe e o Município de menor índice¹⁰ registrado no respectivo ano.

Ligeiramente percebe-se que entre os anos de 2003 e 2006 não havia grande produtividade de milho em Sergipe, uma vez que o Município que mais produzia, tinha em média 2.000 kg por hectare; enquanto que o índice da produção de milho de Sergipe estava em 1.103 kg por hectare em 2003 e 1.326 Kg por hectare em 2006. Já o Município com menor

⁹ Os municípios com maior produtividade de milho estão no Território da Cidadania intitulado Sertão Ocidental, e essa produção é utilizada para a comercialização em grão, diferentemente do Alto Sertão Sergipano, que a produção do milho tem relação direta com a bovinocultura leiteira.

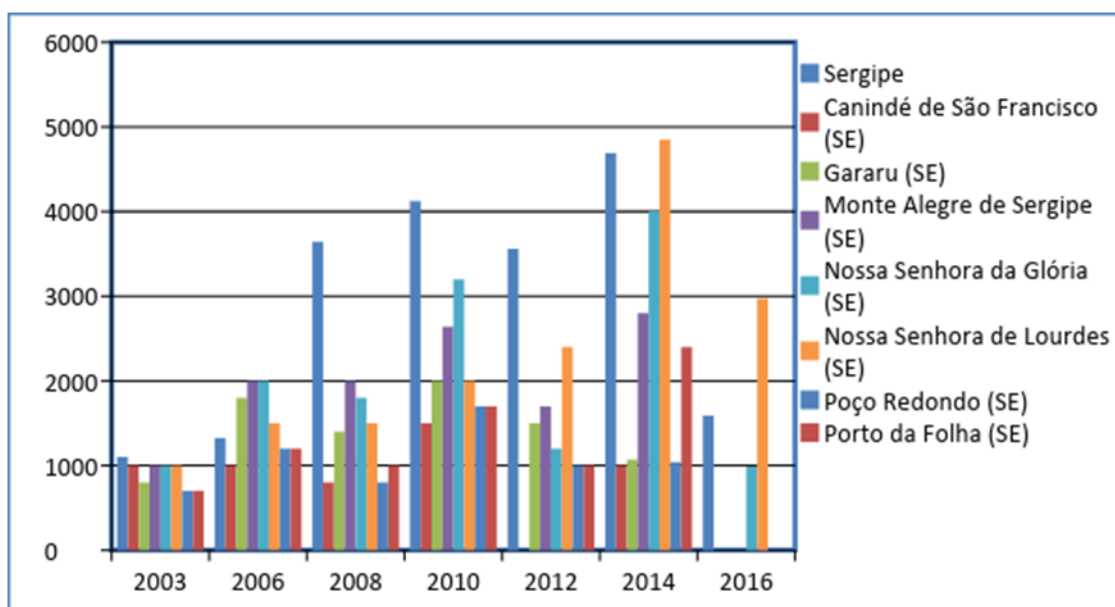
¹⁰ Os municípios com menor produtividade estão localizados no Baixo São Francisco e no Leste Sergipano. Esses municípios tem especialização agrícola na produção de outras culturas, como a Cana-de-açúcar.

produtividade esteve entre 500 kg por hectare e 667 kg por hectare.

No entanto, no ano de 2008, o Município com maior produtividade atingiu o índice de 5.940 kg por hectare, atingindo o ápice de produtividade em 2014, quando produziu 7.200 Kg por hectare. O Índice de Sergipe também cresceu, saltando para 3.645 kg por hectare e atingiu o melhor índice em 2014, com 4.691 kg por hectare.

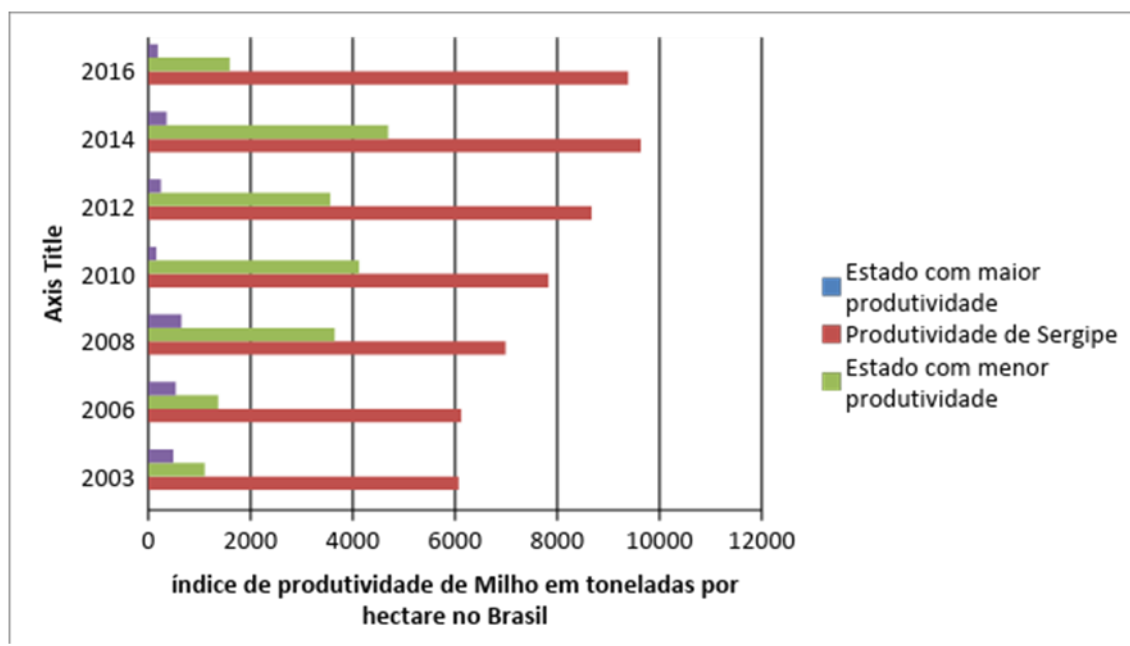
Fazendo um comparativo entre os índices de produtividade do Estado de Sergipe com os Municípios do Alto Sertão, observamos que até 2008 os índices de produtividade no alto sertão sergipano estão abaixo de 2.000 kg por hectare e somente em 2010 o índice de produtividade de Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória ultrapassou a marca dos 2.000, com 2.640 e 3.200, respectivamente. Em 2014 os índices continuaram aumentando, já que Monte Alegre apresentou um índice de 2.800 Kg por Hectare, Nossa Senhora da Glória registrou 4.000 Kg por hectare e Nossa Senhora de Lourdes saltou para 4.800 Kg por hectare.

Gráfico 4 - Índices de produtividade do Milho no Alto Sertão Sergipano, comparado aos índices de Sergipe.



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Gráfico 5 - Índices de produtividade de Milho no Brasil, comparando o Estado de Sergipe com o menor e o maior estado em produtividade da federação



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Assim, o índice de produtividade do milho passou a crescer em 2008 em Sergipe, o estado com o maior índice de produtividade¹¹ na federação também teve aumento significativo em produtividade a partir de 2008, como pode ser observado no Gráfico 5. Entre 2003 e 2006, o estado mais produtivo produzia 6.000 Kg por hectare; Em 2008 atingiu 7.000 Kg por hectare, e atingiu o ápice da produtividade em 2014, com 9.634 Kg por hectare.

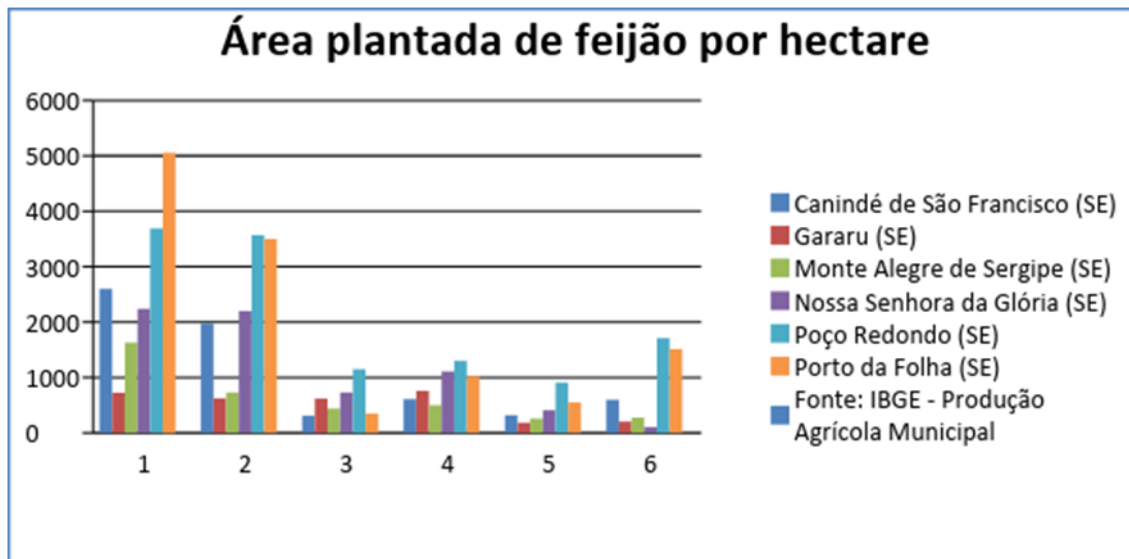
Sergipe passou da 19ª colocação em 2003 para alcançar a 10ª posição em 2008, posição que vinha mantendo até a estiagem de 2016, que reduziu a produtividade do milho de 4.691 Kg por hectare em 2014 para 1591 kg por hectare em 2016. A última colocação é dividida entre os Estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, que não produziram a partir de 2003 mais de 700 kg por hectare.

Já a produção de feijão vem tendo quedas desde 2010 em todo o estado de Sergipe, mesmo com a melhora climática de 2013 e 2014 em algumas cidades isso não trouxe aumento para a produção dessa cultura. A área plantada do feijão em todo o estado de Sergipe caiu de 35.000 hectares no ano de 2010 para pouco mais de 10.000 hectares em 2015.

¹¹ Na maior parte dos anos investigados, o Distrito Federal mentem-se como o maior índice em produtividade, revezando em 2008 e 2016 com o Paraná e o Mato Grosso, respectivamente.

Conseqüentemente, a área colhida caiu na mesma proporção. Se em 2010 a área colhida estava em 35.000 hectares, em 2015 caiu pra menos de 10.000 hectares.

Gráfico 6 - Área plantada de Feijão, 2010-2015.



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

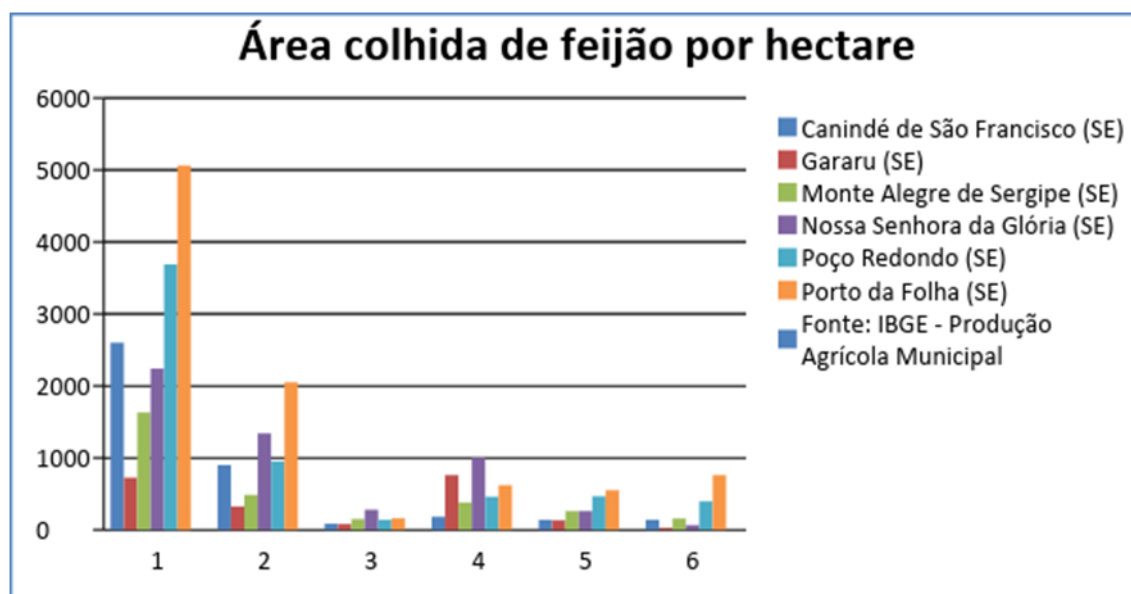
É importante levar em consideração que a área plantada para a cultura do feijão, por diversas vezes está em consórcio com a área que tem a plantação de milho. No entanto, o feijão necessita de um clima diferenciado para a sua produção, onde o excesso de chuva pode fazer perder a safra.

Tabelando os dados, com informação mais detalhada do alto sertão sergipano, percebemos que Porto da Folha e Poço Redondo foram os municípios com maior produção de feijão no território. Em 2010, foram plantados 5.060 hectares em Porto da Folha e 3.690 hectares em Poço Redondo, e em todo o alto sertão sergipano não houve perda na safra do feijão.

Os municípios que menos produzem feijão são Gararu e Monte Alegre de Sergipe, onde a área plantada em 2010 foi de 725 hectares em Gararu e 1.630 em Monte Alegre de Sergipe. Como não foi um ano com regularidade nas chuvas, não houve safra perdida.

Já no ano de 2012 houve baixa na produção em todo o estado de Sergipe, por conta da irregularidade nas chuvas, acabou causando uma diminuição na área plantada para pouco mais de 15.000 hectares, provocando uma colheita de aproximadamente 8.000 hectares.

Gráfico 7 - Área Colhida de feijão, entre 2010-2015



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Os dois gráficos apresentados sobre a produção de feijão nos gráficos 6 e 7 já demonstram algo extremamente relevante sobre essa cultura, em que, tanto a área plantada quanto a área colhida, vem diminuindo gradativamente. A partir de 2012 houve uma estagnação na produção de feijão do alto sertão, onde nenhum município produziu mais que 1.000 hectares.

Levando em consideração que a produção de feijão é tradicional na agricultura sergipana e que é insubstituível na mesa da população sertaneja, percebe-se então que a baixa na produção de feijão vai além de uma tendência da natureza por conta dos prejuízos causados pela estiagem prolongada, mas também indica uma opção pela monocultura do milho.

A partir do incentivo do Governo Federal para a plantação de Girassol, alguns assentados passaram a produzir essa cultura, comercializando com a PETROBRAS, intermediado pela sua cooperativa. Até 2009, no entanto, não havia registro de plantações de Girassol em nenhum município do alto sertão, e em 2010 há uma crescente significativa na área destinada para a plantação dessa cultura, atingindo assim 580 hectares em Canindé, 834 hectares em Poço Redondo, 296 hectares em Nossa Senhora da Glória, 97 hectares em Monte Alegre, 86 hectares em Gararu e 15 hectares em Porto da Folha.¹²

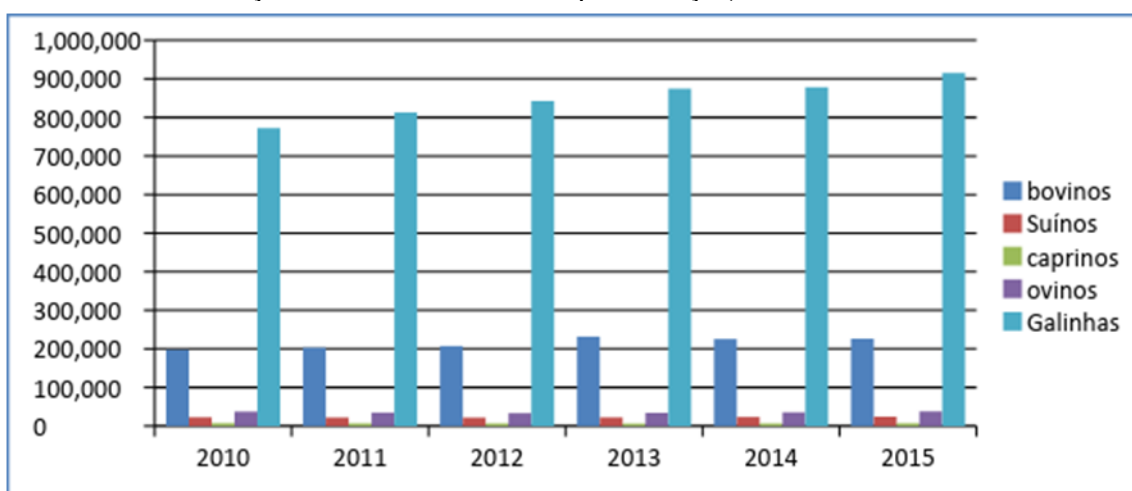
Nos anos seguintes, a produção de Girassol teve uma diminuição, ao passo que o último registro de plantio está no ano de 2013, onde toda a área do alto sertão destinada a

¹² Informações retiradas e adaptadas do IBGE.

produção de Girassol, chega apenas a atingir 175 hectares. De 2013 aos dias atuais não existe área plantada registrada pelos dados oficiais.

Se o alto sertão sergipano tem problemas com a safra agrícola por conta dos fortes períodos de estiagem e a irregularidade das chuvas, a produção animal vem cada vez mais ganhando importância para esse território. Juntos, os municípios de Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Canindé do São Francisco e Gararu somaram em 197.590 cabeças de bovinos, somente no ano de 2010 (ver o gráfico 8).

Gráfico 8 - Produção animal do alto sertão por cabeças, 2010-2015.



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Ao observar o gráfico 8 percebemos que a quantidade de galinhas supera qualquer outra criação, além de estar numa tendência crescente, visto que não obteve nenhuma baixa durante o período 2010-2015. Esse fato demonstra a importância que a produção de frangos tem para o campo. É praticamente impossível uma casa no campo sem que haja também esse tipo de ave.

Em segundo lugar observamos a produção de bovinos, que também teve uma alta considerável. No ano de 2010, que tinha pouco mais de 197.000 cabeças, apresentou em 2013 mais de 231.000 cabeças e em 2015 foram registrados mais de 226.000 cabeças de gado.

Em outras regiões de semiárido, como também em outras partes do Brasil e do mundo, fizeram a opção de criar animais de pequeno porte pela maior facilidade que existe em dispender recursos naturais tão necessários e tão escassos, como a própria água. No caso do sertão sergipano, a criação de caprinos representa muito pouco ao se comparar com a bovinocultura, girando entorno de 7.000 cabeças de caprinos.

Por conta da estiagem prolongada e dos programas de inclusão produtiva do Governo Federal, alguns assentamentos e comunidades rurais mais empobrecidas potencializaram a produção de ovinos e caprinos. Essa criação de pequeno porte significa para o produtor um menor custo com água e alimentação animal, ao comparar com a bovinocultura, de modo que os municípios que mais tem criação de caprinos no alto sertão são exatamente os que mais são atingidos com os efeitos da seca prolongada.

A partir dos dados de 2015, Canindé do São Francisco e Poço Redondo juntos representam 4.350 dos 6.970 caprinos do território estudado, ou seja, dois municípios juntos representam 62% do rebanho do território.

A ovinocultura e a suinocultura são equivalentes e tem praticamente a mesma quantidade em todos os anos estudados, além de serem realizadas de forma artesanal, desde a produção, o abatimento e a comercialização. É importante levar em consideração, no entanto, que os suínos fazem parte também do ciclo do leite, ao se alimentar dos resíduos no processo de industrialização.

Existem diversas famílias camponesas que fazem o próprio queijo e utilizam os resíduos para a alimentação de suínos, e também existe a negociação desses produtores com a empresa de laticínios para a devolução dos resíduos do leite para os produtores. No entanto, essa cadeia produtiva ainda é realizada de forma artesanal na maioria do estado de Sergipe, e no caso do alto sertão não é diferente. O abatimento de suínos é realizado majoritariamente nas propriedades.

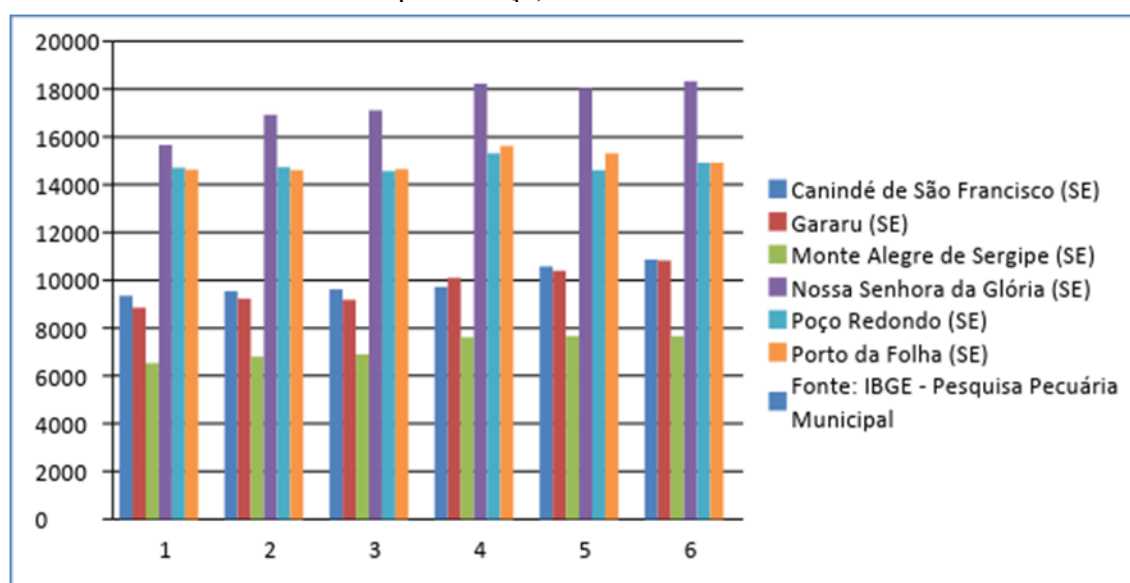
As ovelhas e carneiros são criados geralmente no fundo das casas, com o objetivo de alimentar a família camponesa e serve de renda extra, pela facilidade de comercializar esses animais. No período de 2015/16 o preço da carne de ovelha cresceu de forma exponencial, sendo comercializado em feiras livres por até 20 reais o quilo, e a arroba viva chegou a ser comercializada por 300 reais, o que ajudou na motivação dos camponeses para a criação.

Paralelo a isso, o suíno é comercializado nas feiras em uma média de 12 (doze) reais o quilo e 120 (cento e vinte) reais a arroba viva. A título de comparação, a média da arroba viva dos bovinos está em 150 reais nos últimos anos, e o preço do quilo da carne tem variações de acordo com a parte do animal.

Além de fazer o levantamento dos dados dos animais no alto sertão sergipano, também nos interessa discorrer sobre a bacia leiteira, levando em consideração que o desenvolvimento desse território também está ligado a essa cadeia produtiva.

Embora a industrialização do leite seja realizada majoritariamente por Nossa Senhora da Glória, todo o alto sertão produz leite e isso pode ser demonstrado no gráfico 9 a partir da quantidade de vacas ordenhadas em cada município. Mesmo assim, é no referido município que há a maior quantidade de vacas ordenhadas. Em 2010 a quantidade de vacas ordenhadas estava em 15.670 vacas, numa linha crescente, chegando em 2015 com 18.320 vacas ordenhadas.

Gráfico 9 - Vacas ordenhadas por cabeça, 2010-2015.



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Os municípios de Porto da Folha e Poço Redondo estão juntos no mesmo patamar da produção leiteira, oscilando entre 14.000 vacas ordenhadas e 15.300 vacas ordenhadas. Canindé e Gararu encontram-se em um patamar mais abaixo na produção, oscilando entre 8.850 e 10.800 vacas ordenhadas. O Município de Monte Alegre de Sergipe é o que contém a menor quantidade de vacas ordenhadas na região, no ano de 2010 tinha aproximadamente 6.500 vacas ordenhadas, mantendo-se estável, e seguindo em 2015 com aproximadamente 7.500 vacas ordenhadas.

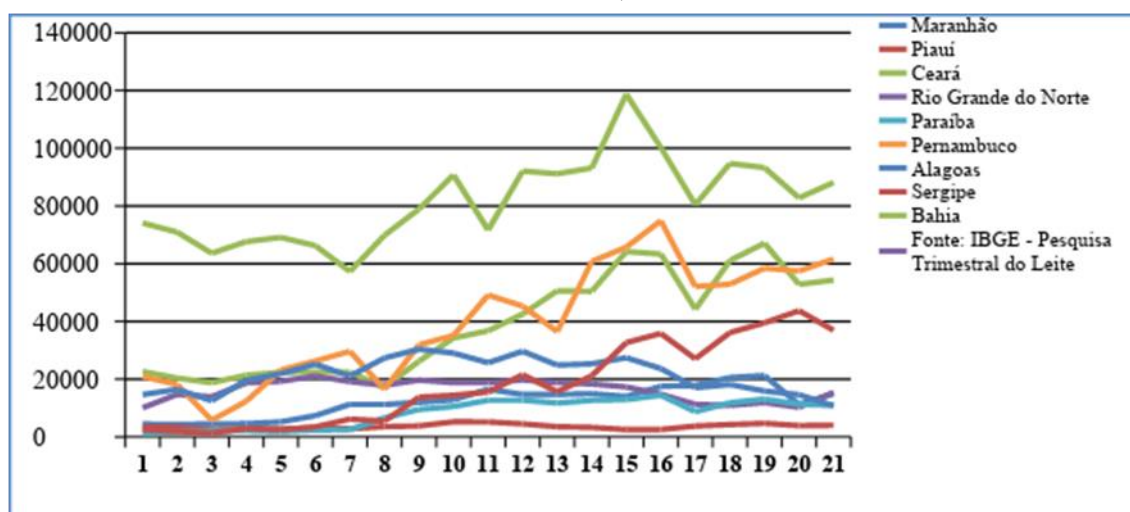
A bacia leiteira do estado de Sergipe vem conseguindo se estabilizar frente às mudanças climáticas, e se constitui como uma cadeia produtiva que fortalece o campesinato, oferecendo renda diária, semanal, quinzenal ou mensal, a depender de como ela negociará com a indústria, o atravessador e/ou consumidor direto, visto que boa parte da produção leiteira camponesa é vendida sem passar pela indústria.

Comparando aos estados do Nordeste, Sergipe é o 4º maior produtor de leite, perdendo apenas para a Bahia, Ceará e Pernambuco, que produziram no primeiro trimestre de

2017, o montante de 88.125 litros; 61.632 litros e 54.325 litros, respectivamente (vide gráfico 10). Levando em consideração que a população rural e o território geográfico dos estados acima citados é maior que o Estado de Sergipe, percebe-se ligeiramente, que o leite é um componente fundamental para a economia sergipana.

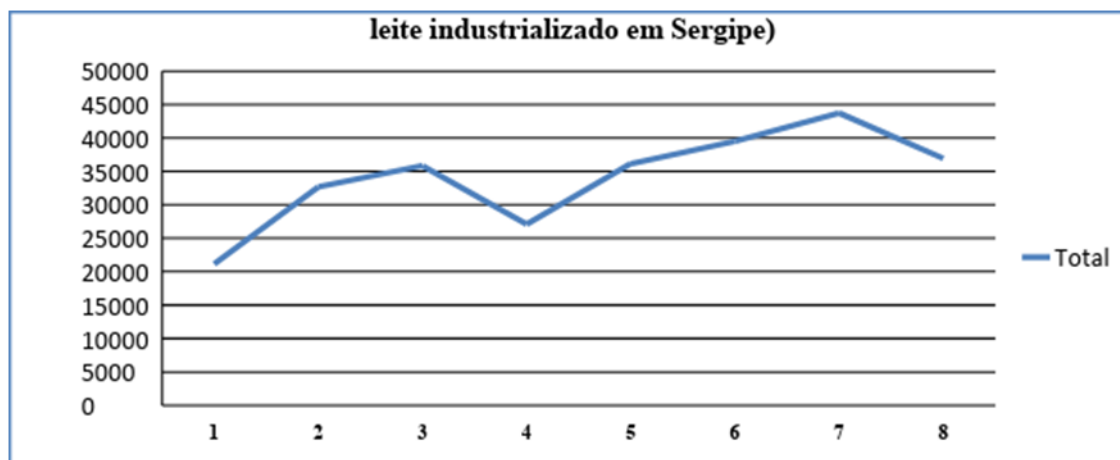
É inegável o crescimento da produção leiteira no estado de Sergipe a partir do ano de 2010, quando começa a se diferenciar dos estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão. De 1997 a 2008 a produção leiteira estava estagnada, obteve uma leve alta e ainda em 2009 voltou a cair. Já a partir de 2010 a produção ganha corpo e começa a se destacar, tendo apenas uma queda acentuada em 2012 por conta da grave seca vivenciada.

Gráfico 10 - Leite industrializado no Nordeste, 2010-2015.



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Gráfico 11 - Leite industrializado em Sergipe.



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

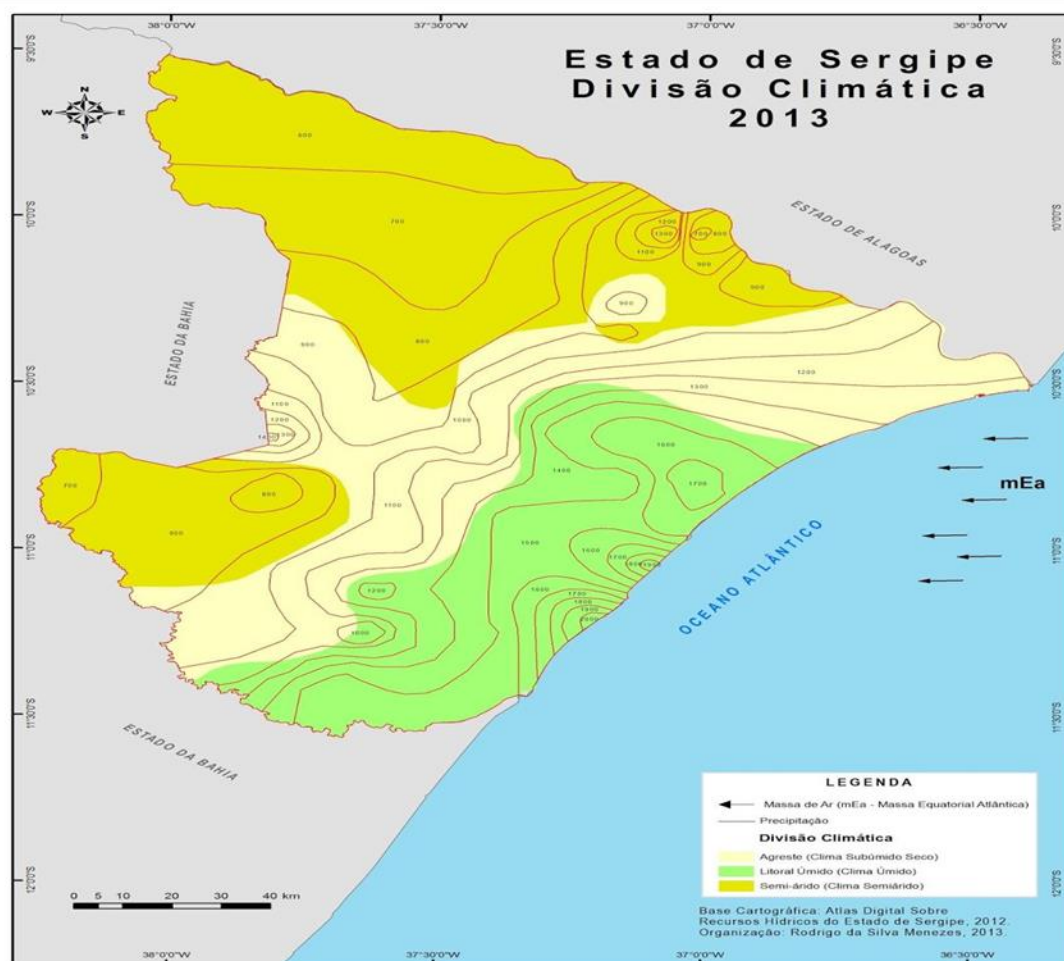
Observando o gráfico 10 já podemos observar que o crescimento exponencial do leite entre 2010 e 2016 não se repete no 3º trimestre de 2016 e no primeiro trimestre de 2017 por conta do período prolongado de estiagem, onde todo o estado de Sergipe teve falta de alimentação animal, principalmente para os bovinos. Esse fator além de fazer crescer significativamente o preço dos alimentos pela escassez, também levou diversos produtores a comprar alimentação animal fora do estado de Sergipe.

A condição camponesa no alto sertão sergipano é peculiar por conta do tipo de clima que existe, com o agravante de acumular a partir de 2010 um forte período de estiagem, que fez diminuir a produção de diversas culturas agrícolas. É importante destacar também, que o estado de Sergipe tem 73,96% do seu território suscetível à desertificação.

Vários relatos de agricultores da região durante a pesquisa de campo, nas conferências realizadas para construir políticas públicas, afirmam que a seca de 2015/16/17 diminuiu muito as áreas plantadas para ração animal, como por exemplo, a palma, que foi praticamente retirada em sua grande maioria, e o tempo para a sua recomposição pode durar mais de um ano, o que dificultaria na alimentação do rebanho.

Somente no ano de 2017, até o mês de Abril, 29 municípios sergipanos já tinham decretado estado de emergência por conta da seca, atingindo aproximadamente meio milhão de habitantes, englobando todos os municípios do alto sertão Sergipano e, inclusive, municípios litorâneos.

Mapa 2 - Divisão Climática de Sergipe



Fonte: SEMARH, 2013.

As perdas obtidas com esse período de estiagem foram sistematizadas e publicadas pela EMDAGRO em forma de “pareceres técnicos sobre estiagem em municípios de Sergipe 2016/17”, que foi realizado a partir dos relatórios técnicos da empresa, com o objetivo de fundamentar as decisões do Governo para decretar estado de emergência dos 24 municípios sergipanos analisados. Do Alto Sertão Sergipano, foram coletadas informações de Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo, que serão analisadas a partir das tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 - Efeitos da Seca sobre a produção de milho (2016/17)

	Expectativa de produção de Milho	Percentual de perdas	Valor da perda
Monte Alegre de Sergipe	9.555 Toneladas	100%	R\$ 8.276.000,00
Nossa Senhora da	24.981 Toneladas	93%	R\$ 19.841.000,00

Glória			
Poço Redondo	4.978 Toneladas	100%	R\$ 4.311.000,00

Fonte: Adaptado de EMDAGRO, 2017.

A partir dos dados apresentados na tabela 1, podemos perceber que o efeito da seca sobre a produção de milho representou perda de 100% na produção do grão em Monte Alegre de Sergipe e Poço Redondo. Nossa Senhora da Glória apresentou perdas de 93% da produção. Ao levar em consideração que a produção do milho está consorciada com a produção leiteira, estima-se uma perda que vai para além da agricultura e interfere na bacia leiteira.

Tabela 2 - Efeitos da seca sobre a bovinocultura

	Bovinos em 2016	Bovinos em 2017	Percentual de perda do rebanho
Monte Alegre de Sergipe	21.194	17.261	18,56%
Nossa Senhora da Glória	48.761	46.194	5,26%
Poço Redondo	40.745	38.970	4,35%

Fonte: Adaptado de EMDAGRO, 2017.

A tabela 2 demonstra a quantidade do rebanho a partir dos dados cadastrais da vacinação da Febre Aftosa nos respectivos municípios. A partir dessas informações, percebe-se que Monte Alegre de Sergipe teve as maiores perdas, correspondente a 18,56% do rebanho bovino.

Ainda como consequência da estiagem prolongada, a produção de leite também caiu em toda a região. Em Monte Alegre de Sergipe, o leite caiu em média 40%, equivalente a 1.789 litros por dia. Em Nossa Senhora da Glória, a produção de leite caiu 30%, equivalente a 32.000 litros de leite por dia. E em Poço Redondo, a produção caiu em 20%, correspondente a 1.815 litros de leite por dia.

Ao traduzir em dinheiro, os prejuízos durante os meses de Agosto a Dezembro de 2016 estão na faixa de R\$ 311.286,00 em Monte Alegre de Sergipe; R\$ 5.616.000,00 em Nossa Senhora da Glória; e R\$ 315.750,00 em Poço Redondo.

Os camponeses que estão no ciclo do leite conseguiram, a partir da especialização nessa atividade, aumentar a renda familiar, recebendo quinzenalmente ou mensalmente o pagamento pela entrega do leite à Indústria, queijarias artesanais ou atravessadores. A maioria

das famílias também criam outros animais, mas para essas famílias, a produção agrícola tem o objetivo de manter o suporte forrageiro, o banco de proteínas e alimentação desses bovinos.

A estiagem prolongada também mexeu com a produção para o consumo humano. O feijão é o alimento mais consumido pela família sertaneja, e tradicionalmente, o campesinato faz a plantação do feijão para garantir a alimentação da família durante o restante do ano. Como efeito da seca, o preço do Kg de feijão nas feiras livres saltou de R\$ 2,50 e 3,50 para uma média de R\$ 9,00 ou 10,00 reais durante o ano de 2016. A Tabela 3 demonstra perda de 100% nos Municípios de Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo, como pode ser observado abaixo:

Tabela 3 - Efeitos da seca sobre a produção de feijão (2016/17)

	Expectativa de produção de feijão	Percentual de perdas	Valor da perda
Monte Alegre de Sergipe	205 Toneladas	100%	R\$ 999.375,00
Nossa Senhora da Glória	416 Toneladas	100%	R\$ 1.999.000,00
Poço Redondo	682 Toneladas	100%	R\$ 3.325.000,00

Fonte: Adaptado de EMDAGRO, 2017.

Outras culturas estão presentes na agricultura sertaneja, como por exemplo, a fava, as mais variadas frutas, verduras e legumes. No entanto, diversas culturas passam a ter relevância pela área destinada para a sua produção, como é o caso da Mandioca e da Goiaba, que vem ganhando espaço nos perímetros irrigados instalados em Poço Redondo e Canindé do São Francisco.

2.3. O Assentamento queimada grande

O Projeto de Assentamento Queimada Grande, assim como boa parte dos assentamentos criados a partir de 1996, foi um resultado direto da Grande ocupação realizada nas instalações da CHESF. Queimada Grande deu nome à antiga fazenda Santa Maria, declarada de interesse social através do decreto presidencial de 24 de Setembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União em 25 de Setembro de 1997.

O Assentamento está localizado no Município de Poço Redondo, há 178 km de Aracaju, e fica situado às margens da Rodovia SE-206, fazendo fronteira com outras propriedades rurais, o Rio Jacaré e o P.A Barra da Onça. O Assentamento fica há 06 km de distância do núcleo urbano de Poço Redondo.

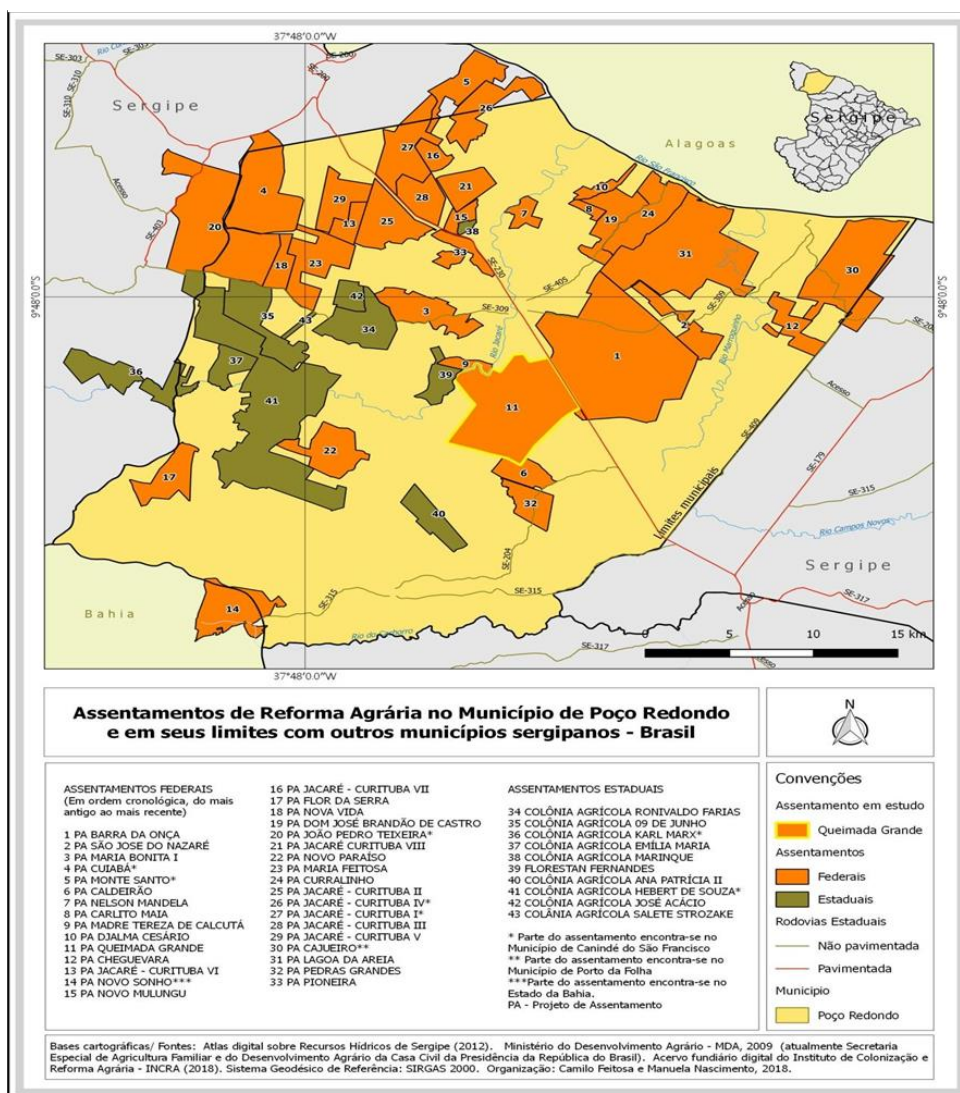
O clima é considerado semiárido, e de acordo com o relatório técnico realizado pelo INCRA em 1997, a localidade tem um “índice xerotérmico entre 100 e 150, com precipitação média anual em torno de 650mm, mal distribuída durante o ano e bastante irregular ano a ano”. (INCRA, 1997).

Segundo o levantamento do INCRA, já mencionado acima, a área da Fazenda Santa Maria tinha como proprietário José Ferreira Neto e contava, em 1997, com 250 hectares de pastagens naturais; 890 hectares de pastagens plantadas; 54 hectares de preservação permanente, 92 hectares de área inaproveitável e 2.801 hectares de área aproveitável, mas não utilizada, totalizando assim 4.087,2 hectares.

O Mapa 3 nos remete ao caso específico da territorialização camponesa no Município de Poço redondo, onde está localizado o P.A. Queimada Grande. Desses, trinta e três Assentamentos são criados diretamente pelo INCRA; e dez assentamentos foram criados a partir do Convênio 04000/2007. Todos são resultados da luta pela terra organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Importa destacar, diante desses dados, que na área apresentada como pastagens plantadas também está incluído 52 hectares de palma forrageira; do mesmo modo que a área destacada como “aproveitável mas não utilizada”, refere-se a área do imóvel coberta por Caatinga; e há outra consideração importante: A área utilizada para o plantio de milho também está caracterizada como Área de pastagem plantada, pois a área plantada de milho servia como área de pastagem após a colheita.

Mapa 3 - Assentamentos em Poço Redondo



Fonte: INCRA, 2018.

Segundo os dados apresentados pelo relatório, havia na propriedade 1.314 cabeças de animais, sendo que desses havia m 9 caprinos; 85 equinos, asininos, muares; e 1.220 bovinos. Vale destacar que o proprietário afirmou durante os três dias de relatório, que deixaram de ser contabilizadas mais de 200 rezes por estarem na caatinga e não conseguir reunir o rebanho.

A vistoria realizada pelo INCRA para realizar a desapropriação da Fazenda, considerou a Fazenda como improdutiva, decretando para fins de Reforma Agrária; Desse modo, o valor da terra foi avaliado em 878.557,87 reais, o equivalente a 335,75 reais por hectare; e o valor das benfeitorias da propriedade somariam 493.744,84 reais. Portanto, a avaliação do imóvel foi no valor de 1.372.302,71 reais.

Segundo o relatório apresentado pelo INCRA, além da fazenda ser considerada improdutiva, também havia a reivindicação dessa propriedade pelo Movimento Sem Terra. O INCRA, por sua vez, em seu relatório técnico recomendou a desapropriação parcial da Fazenda alegando que os proprietários residiam na localidade e necessitavam daquela atividade como fonte de renda. No mesmo sentido, residia na Fazenda 5 famílias com aproximadamente 30 pessoas sobrevivendo das atividades agropecuárias da propriedade, sendo que nenhuma dessas tinha carteira assinada.

A partir da conflitualidade, os trabalhadores conseguiram a implementação de diversos assentamentos de reforma agrária em todo o alto sertão sergipano, caminhando para a construção de um território reformado. Não se observa mais, nos dias atuais, a realidade de latifúndio improdutivo que tinha outrora, pois os assentamentos de reforma agrária, as comunidades de pequenos agricultores, os territórios de comunidades quilombolas e indígenas e as médias propriedades são predominantes no alto sertão sergipano.

2.3.1 A Produção agropecuária do P.A. Queimada Grande

A partir da pesquisa de campo realizada no assentamento entre os meses de Novembro de 2017 e Janeiro de 2018. A amostra da pesquisa se deu a partir da aplicação de questionários à 57 famílias assentadas.

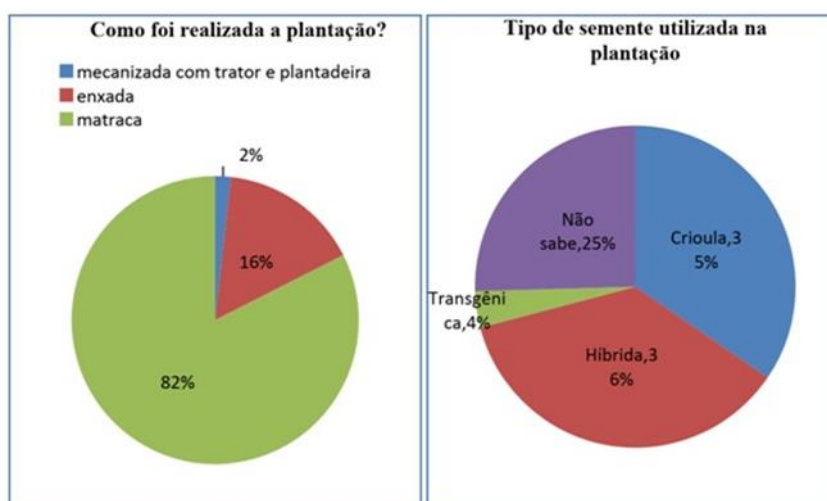
Com base nos dados coletados, a maior parte da produção é destinada para o consumo na própria unidade de produção familiar. Por conta da alta produção de leite, a produção agrícola também é realizada com a intenção de obter silagem e rolão para a ração animal. A comercialização, por sua vez, se dá em maior número da produção leiteira e os seus derivados.

De acordo com as respostas dos questionários, percebe-se que a palma é a principal cultura plantada, devido a sua eficácia para alimentação animal e a fácil adaptação aos longos períodos de estiagem. No universo das famílias entrevistadas, há em média 130 hectares de palma forrageira, sendo que por conta dos últimos anos sem chuva, a palma foi consumida em sua maior parte e os assentados agora estão refazendo novas plantações.

Nesse universo, também concluiu que o milho é a segunda cultura mais plantada, com aproximadamente 110 hectares. No entanto a colheita não foi nessa totalidade, visto que as chuvas foram escassas. Os assentados relatam que dificilmente alguém conseguiu colher o milho em grão, e a sua produção é utilizada apenas para a ração animal.

Os camponeses do Alto Sertão, em sua maioria, fazem da colheita do milho a silagem e o rolão, sendo que a silagem é feita quando o milho ainda está verde, e o rolão com o milho seco. Vale ressaltar, que diferentemente dos outros municípios, a colheita não está ainda completamente mecanizada. Dessa forma, houve um esforço de quantificar a partir dessa amostragem as formas de plantio e de colheita dos assentados, que poderá ser melhor analisado no gráfico abaixo.

Gráfico 12 - Realização da plantação e sementes utilizadas na lavoura.



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

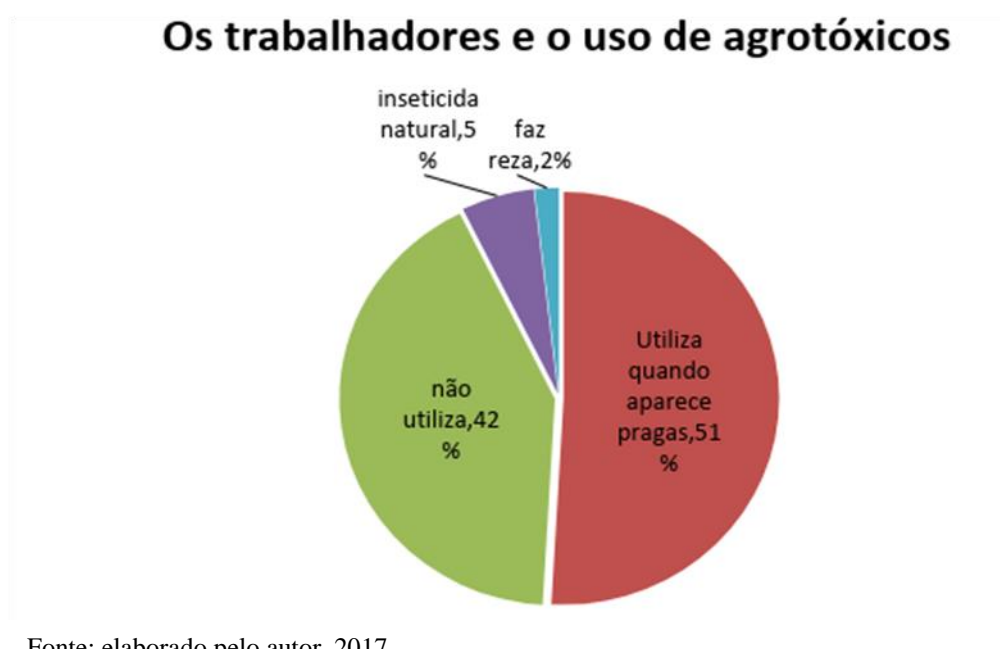
Como é perceptível (ver o gráfico 12) a produção agrícola no Assentamento Queimada Grande ainda não é feita de forma mecanizada, com trator e plantadeira, embora esse método de plantio já exista em outras cidades do sertão Sergipano. O trator é utilizado apenas para gradear a terra e 82% dos entrevistados fazem a plantação com a “matraca”, de forma manual; 16% plantam com a enxada; e apenas 2% tem uma plantação totalmente mecanizada.

No caso das sementes, 35% dos trabalhadores (ver o gráfico 12) conseguiram guardar para replantar sementes crioulas. 4% utilizam sementes transgênicas e 36% utilizam sementes híbridas. 25%, no entanto, não sabem ao certo qual o tipo de semente que plantam. A maior parte das sementes é comprada nos armazéns locais, feiras e são recebidas do programa garantia safra.

Os assentados que compram as sementes, alegam que pelo fato do verão ser bastante seco nos últimos anos, não houve condições de guardar as sementes para o plantio, transformando tudo em alimentação animal.

Dentre os entrevistados, são plantados 22 hectares de feijão, em que a maioria afirma que ainda planta em consórcio com o milho e essa cultura é para o consumo familiar, pois é estocada e consumida durante todo o ano. Outras culturas, a exemplo da fava, abóbora e melancia foram plantadas mas não conseguiu ser colhida por conta da estiagem.

Gráfico 13 - Uso de agrotóxicos



Percebe-se a partir dos gráfico 13 que o pacote tecnológico do capital ainda não está hegemônico no processo produtivo, visto que as sementes Transgênicas e Híbridas não são a maioria das sementes plantadas, e o agrotóxico aparenta estar num estado de transição entre os assentados. 42% dos entrevistados afirmam que não utilizam agrotóxicos nas suas lavouras, mas nenhum dos entrevistados utiliza de forma intensiva. O agrotóxico é utilizado no caso do combate de pragas por 51% dos entrevistados, enquanto 5% dos agricultores utilizam formas naturais de combate às pragas.

Entre os trabalhadores entrevistados, apenas 3 não cultivam no lote, sendo que um está doente e impossibilitado de trabalhar, um relata desânimo com o quadro de seca, e preferiu não plantar para não ter a decepção de não ver nenhuma colheita e outro agricultor foi trabalhar em empresas da construção civil, deixou os filhos ainda pequenos e a esposa não consegue fazer o trabalho agrícola, conseqüentemente não fez plantio.

A produção agrícola é realizada com a motivação de tornar-se em alimento para a produção de animais, e é a partir dos animais que as famílias conseguem aumentar a renda. A principal criação é de aves, que é utilizada para consumo familiar; seguido por Bovinos, em que as famílias comercializam o leite e algumas até realizam a produção caseira dos seus derivados para o comércio e consumo familiar.

Tabela 4 - Animais por cabeça no P.A. Queimada Grande.

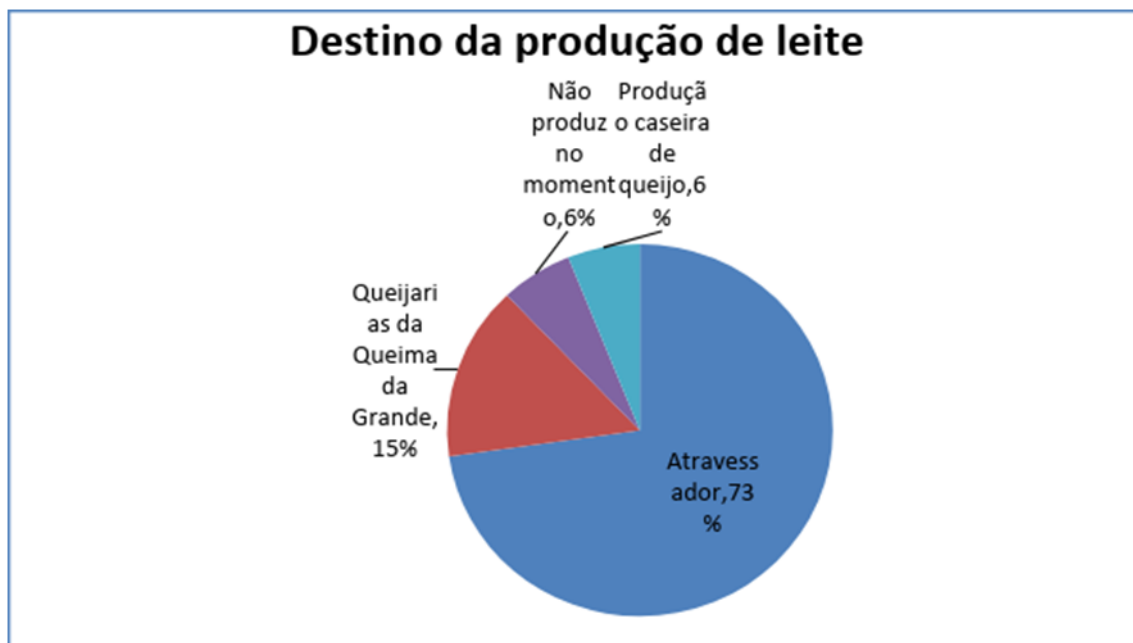
Animal	Quantidade Por Cabeças
Aves	655
Bovinos	371
Suínos	79
Caprinos	79
Ovinos	13
Equinos	05

Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Há dificuldade em quantificar a renda da família camponesa, primeiramente porque as famílias não consideram como produção o que não é comercializado. Consequentemente, a produção do quintal repleta de frutas, leguminosas, verduras e animais de pequeno porte, como galinhas, não são identificados como parte da produção, mesmo estando sempre presente nas refeições.

Apesar dos trabalhadores não relatarem a sua renda, nem informarem tudo o que criam e produzem, a maior parte da produção de leite, segundo a amostragem 73% da produção, é entregue a dois atravessadores da região, que tem no próprio assentamento tanque de resfriamento, e entrega esse produto à grandes laticínios de Nossa Senhora da Glória, como pode ser observado na gráfico abaixo:

Gráfico14 - Destino da produção de leite no P.A Queimada Grande



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Como demonstrado na tabela 4, a quantidade de animais entre as 57 famílias que participaram do questionário são bem diversificadas, tem suínos, caprinos, ovinos e equinos, sendo que os caprinos e ovinos foram fomentados a partir de políticas públicas.

Relatos de assentados apontam que a maior parte das famílias assentadas ganharam cabras e ovelhas de um projeto governamental, mas os assentados relatam que a genética dos animais não era tão boa, de modo que não se adaptou ao local. Segundo levantamento realizado, pouco ficou da produção de ovelhas, pois dentre os 57 questionários aplicados, foram registrados apenas 13 animais, uma das explicações para tamanha diminuição é que no período que iniciou o projeto não havia infraestrutura adequada para a criação e houve muitos ataques de cachorros.

A caprinocultura, no entanto, é equivalente a suinocultura. Mas enquanto a criação de cabras foi fomentada durante o projeto acima mencionado, a produção de suínos tem sido potencializada a partir do seu consórcio com a produção leiteira. No ciclo do leite, o processo que faz os derivados do leite também produz resíduos. Esses são utilizados para alimentação dos suínos, como pode ser observado na imagem abaixo:

No Assentamento Queimada Grande há duas queijarias artesanais que funcionam diariamente para produzir Queijo Mussarela, e a maior parte do leite para a sua produção vem do próprio assentamento. O gráfico 14 demonstra que, 15% dos criadores entregam o leite para as queijarias do próprio assentamento e 6% produzem em sua própria casa o queijo coalho.

Imagem 3 - Suínos criados com resíduos das queijarias



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

O proprietário de uma das queijarias, ao ser entrevistado nessa pesquisa, relata um pouco sua trajetória de vida e de trabalho:

Eu sempre fazia meu queijo mussarela. Eu comprava por 0,95 centavos o litro do leite, porque esse era o preço na região. Ai chegou a NatVille e começou a comprar o litro de leite a R\$ 1,10 por aqui. Nem eu nem ninguém teve como segurar e eu arrumei outras coisas pra fazer. Na época me chamaram pra entrar no trecho e eu fui. Quando voltei, me equipei e voltei a fazer o que gosto. AGR/PQ01.

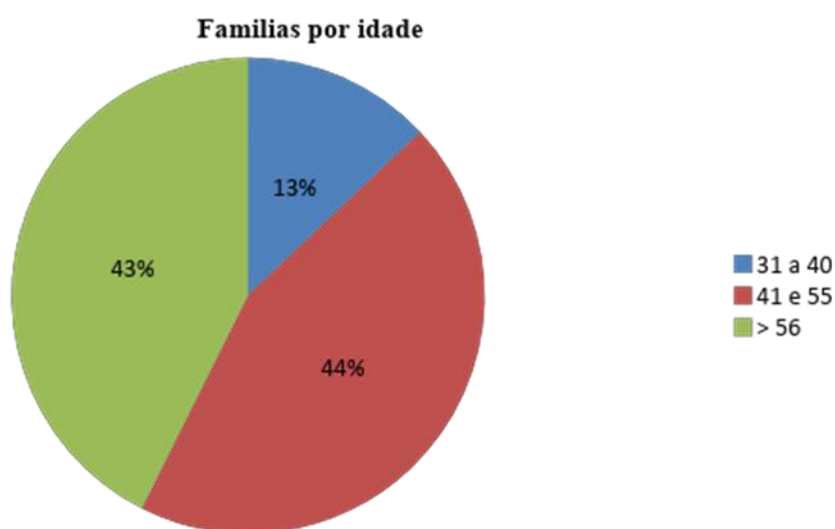
A sua produção de leite é consorciada com a produção de suínos. Na sua queijaria, embora pouco equipada, ele recolhe o leite em média de 40 produtores, e faz uma média de 120 kg de queijo por dia e contrata o trabalho de duas pessoas. Além da produção de queijo, também há venda de suínos. Segundo ele, no período 120 dias ele faz todo o processo de engorda dos suínos e comercializa uma média de 50 suínos.

2.3.2 A Trajetória das famílias assentadas

É importante ressaltar que na amostragem pesquisada, não havia jovens como titulares dos lotes e a maior parte das famílias entrevistadas está acima dos 41 anos de idade, em que, 43% está acima dos 56 (ver o gráfico 15), ou aposentados ou próximo da aposentadoria rural.¹³ No entanto, a Queimada Grande apresenta grande quantidade de filhos de assentado residindo no assentamento e produzindo em conjunto com a família .

A partir do levantamento realizado pela própria família durante a entrevista, ao mencionar os filhos e filhas com as respectivas famílias, ou os seus próprios parentes que vieram residir no assentamento, no total, chegou-se a estimativa de 334 pessoas vinculadas as 57 famílias entrevistadas.

Gráfico 15 - Família por faixa etária



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com o levantamento realizado, o assentamento conta com 13 estabelecimentos comerciais, 351 casas construídas com moradores e 5 casas em construção, além de ter uma Unidade Básica de Saúde, uma escola com Ensino médio profissionalizante e duas igrejas. Há também dois prédios deteriorados, cujo maquinário foi roubado. Ambos

¹³ A aposentadoria rural é de 55 anos para mulheres e 60 anos de idade para homens.

conquistados a partir do território da cidadania: Um frigorífico para animais de pequeno porte e uma casa do mel.

As famílias assentadas no PA Queimada Grande eram no período anterior ao assentamento, na grande maioria, famílias sem-terra, que vieram da Zona rural dos municípios circunvizinhos, e essa realidade é identificada na amostragem realizada. Das 57 famílias entrevistadas, 50 participaram do processo de luta pela terra; 1 foi o antigo vaqueiro da Fazenda com a sua família, 3 trocaram o lote com outros assentados, 2 pagou a benfeitoria que já tinha e assumiu a titularidade do lote e 1 foi trazido pelo sogro.

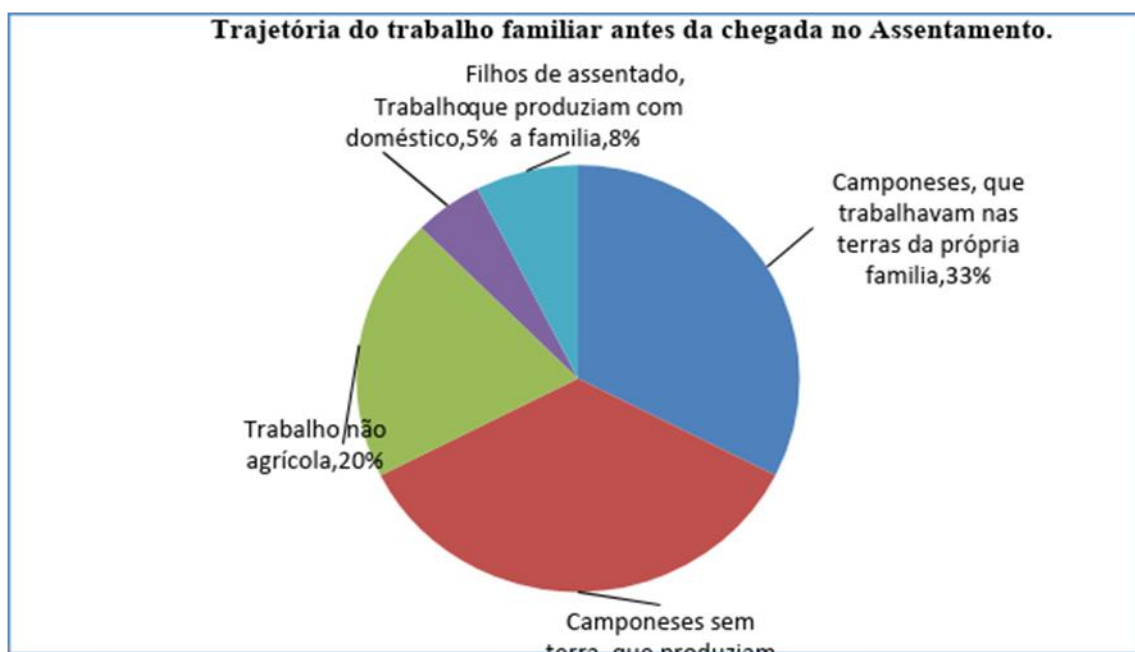
A trajetória do trabalho familiar, entretanto, é mais diversa. Há famílias em que o trabalho era camponês, mas não tinha a quantidade suficiente de terras para reproduzir a sua condição, e a luta pela terra garantiu essa reprodução. No mesmo sentido, também havia camponeses sem terra, que trabalhavam em sistema de meia ou empreita, para produzir o seu alimento nas terras de outras pessoas, e em troca realizava atividades que beneficiavam o proprietário, como a limpeza de mato, ou a plantação de pastagem.

O trabalho não agrícola traz algumas especificidades observadas a partir da pesquisa de campo. Uma especificidade importante foi que mesmo o trabalho sendo considerado não agrícola, não havia, em alguns casos, o pagamento de salário equivalente ao salário mínimo à época. Além dos valores serem mais baixos, alguns profissionais recebiam como salário uma parte da mercadoria que ele comercializava ou produzia, como é o caso dos marchantes, que matavam e cortavam o boi mas esse serviço era em troca de carne.

Outros trabalhadores recebiam salários equivalentes ao salário da sua profissão, como é o caso da Construção Civil, que aqueceu a oferta de empregos na região à época por conta das obras da Usina Hidroelétrica de Xingó. Na gráfico abaixo, pode-se ver a trajetória do trabalho antes de participar do assentamento.

No gráfico 16 nota-se que 8% dos entrevistados tinham os seus pais assentados em outros assentamentos, como é o caso do Assentamento Pedra Grande e Barra da Onça. Esses assentados tiveram envolvimento com o MST, Sindicato de Trabalhadores rurais e CPT, e foram alguns dos mobilizadores do acampamento.

Gráfico 16 - Trajetória do trabalho familiar antes da chegada no Assentamento



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

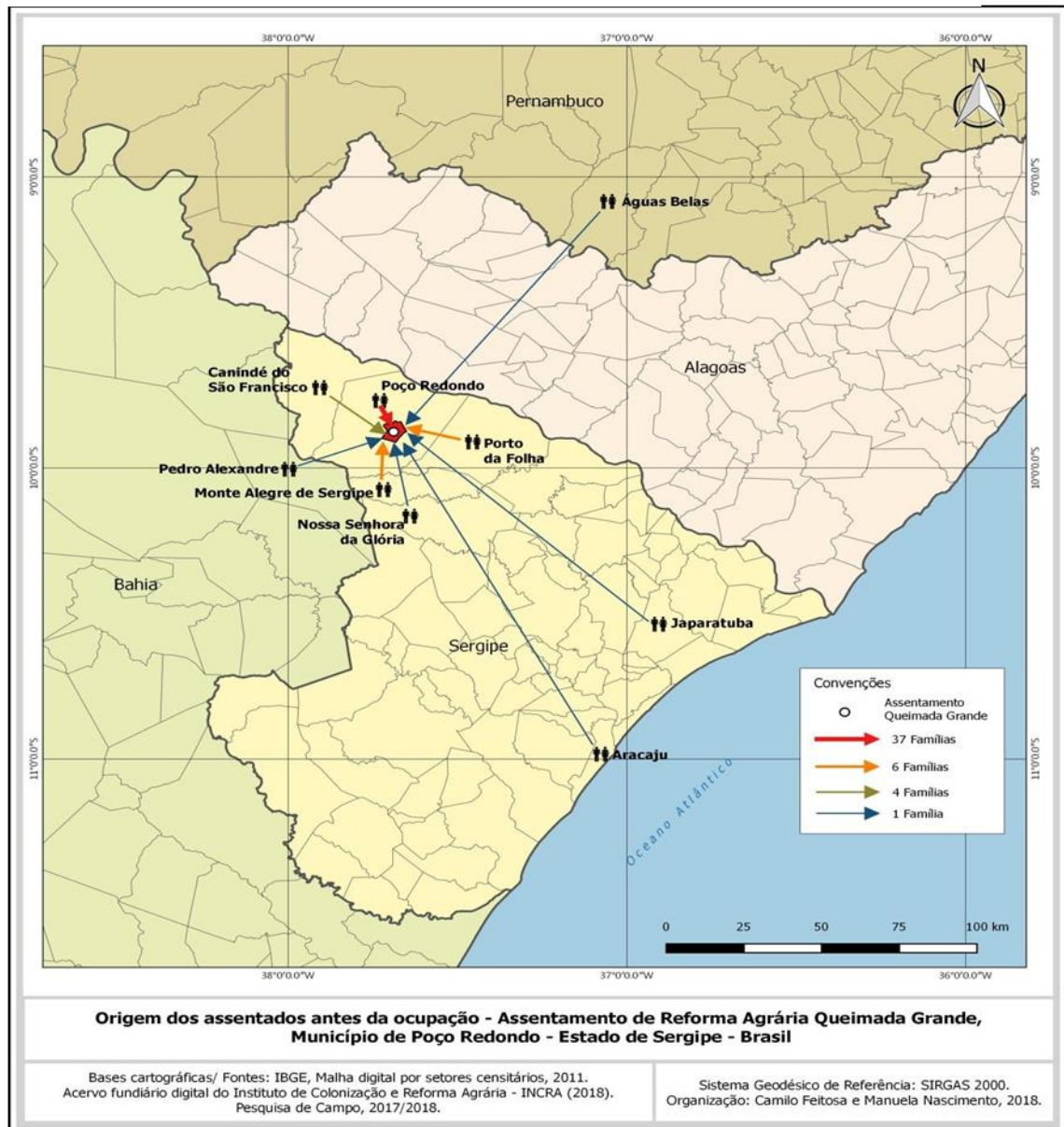
Os dados apresentados no gráfico acima também reforçam a tese que as relações capitalistas no trabalho são relativamente novas no alto sertão sergipano, levando em consideração que 35% dos trabalhadores produziam em sistema de meia em outras propriedades rurais e 32% trabalhavam na terra da própria família, entrando na ocupação como uma forma de ampliar o território familiar.

As famílias assentadas na sua maioria são de origem do próprio município de Poço Redondo, de municípios vizinhos na região de fronteira da Bahia, Alagoas e Pernambuco (ver o mapa 4).

O processo de territorialização dos camponeses no Assentamento Queimada Grande se deu a partir da conflitualidade, que será analisado no Capítulo 3. Esse processo provocou transformações reais no mundo do trabalho camponês, como veremos no decorrer desse capítulo.

Os camponeses demonstram que com a conquista da terra “deixava de trabalhar no alugado” para outros proprietários. A conquista da terra representa também a conquista da autonomia do camponês, dado que após o assentamento, ele passou a organizar a sua própria produção de acordo com o seu planejamento familiar, sem que fosse necessário dividir a sua produção com outro proprietário.

Mapa 4 - Trajetória das famílias até a chegada no P.A. Queimada Grande



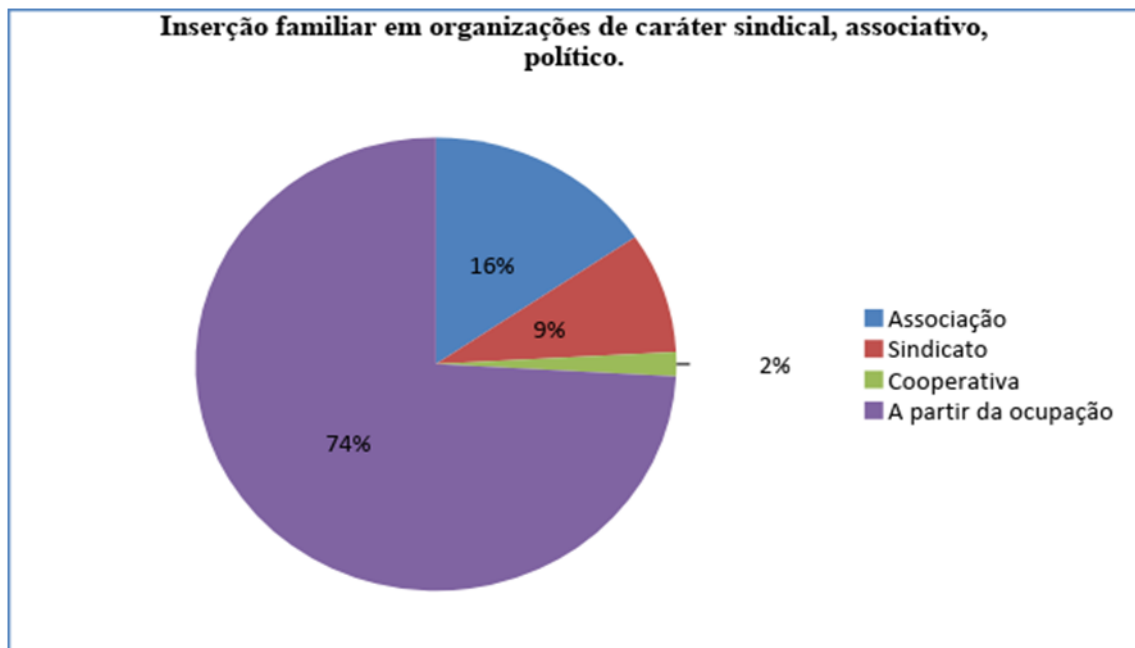
Fonte: INCRA, 2018

Para a maioria das famílias que participaram da ocupação, essa tinha sido até o momento a única participação em algum tipo de organização de caráter político, associativo ou sindical, como pode ser verificado no gráfico abaixo. No mesmo sentido, os trabalhadores que participaram da ocupação que desaguou na desapropriação da Fazenda Queimada Grande, conseguiram mudar as suas vidas a partir da luta pela terra organizada pelo Movimento Sem Terra na região, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Ainda assim, entre os participantes de alguma associação no período anterior a organização do assentamento, as famílias entrevistadas relatam que a participação nas

associações se deu por conta de um projeto/ benefício por parte do governo; e outros, participaram de associações entre os assentamentos Pedra Grande e Barra da Onça, onde os seus pais já eram assentados.

Gráfico 17 - Inserção familiar e organizações de caráter sindical, associativo ou político



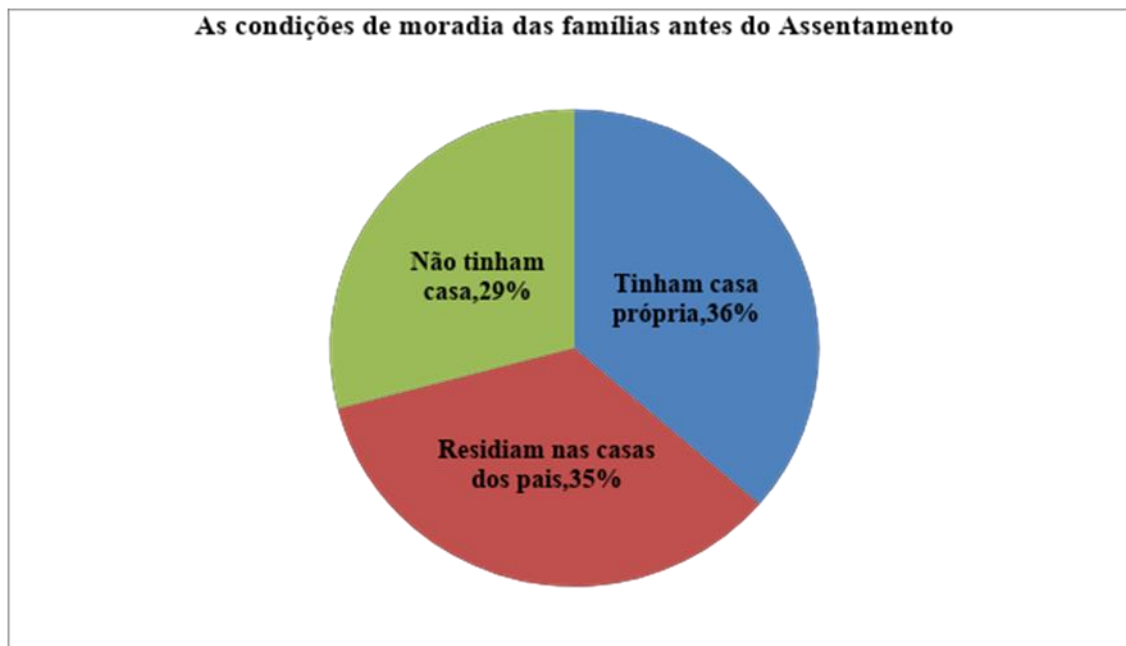
Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Houve inúmeras conquistas pelas famílias como um fruto da luta pela terra organizada pelo MST na região, como por exemplo, a própria conquista da terra, educação, Unidade de Saúde, água encanada, área de esportes, etc. No entanto, essa organização que houve no período inicial do assentamento, não construiu coletividade entre as famílias pesquisadas.

Das 57 famílias, apenas 2 participaram de grupos produtivos dentro do assentamento; 2 participam de mutirões de forma esporádica, para limpeza, embelezamento ou construção de algo que tenha benefício coletivo e apenas 1 informou que participa de um grupo com outros assentados para a compra de palma forrageira, com o objetivo de baratear o custo da compra.

Os assentados relatam dois projetos produtivos de caráter coletivo, que foram implementados pelas políticas públicas dos Governos do estado e do governo federal, após conferência dos Territórios da Cidadania, que são: O projeto de Caprinos e o projeto de

Gráfico 18 - As condições de moradia das famílias antes do assentamento



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

costura e bordados. O primeiro não funciona mais, enquanto o segundo vem funcionando de acordo com demandas de feiras da reforma agrária organizada pelo MST ou quando são convidadas para alguma exposição.

A condição da moradia familiar reflete o grau da emancipação econômica familiar que a família tinha no período anterior ao assentamento. Segundo o gráfico 18, apenas 36% das famílias assentadas relatavam que tinham casa própria, enquanto 35% afirmavam que moravam na casa dos pais; 29% das famílias não tinham moradia, e moravam “de favor” ou alugavam a casa.

A luta das famílias assentadas sob a organização do MST transformou algumas paisagens do assentamento com a pavimentação de algumas ruas, como pode ser visto na imagem 4. Outros benefícios conquistados foram deteriorados em razão de roubo das instalações, como o abatedouro de animais de pequeno porte e a casa do mel, ambos sem funcionamento e sem maquinário.

Imagem 4 - O assentamento tem uma parte das ruas com calçamento e outra parte das ruas sem calçamento.



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

3 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O CAMPESINATO

3.1 O Campo e o Campesinato à Luz da História

O campesinato não é uma classe social que nasce com o capitalismo, e a sua permanência neste modo de produção trouxe intensos debates para o meio acadêmico e político. É importante ressaltar, no entanto, que há uma necessidade do modo de produção capitalista de manter relações não capitalistas de produção. Entender essa relação dialética entre o campesinato e o desenvolvimento capitalista é fundamental para compreender o seu fortalecimento e enfraquecimento enquanto classe social.

Esse debate perdura séculos, e nele havia tendências que indicavam um caminho proletarista ou camponês para o futuro das massas camponesas frente ao desenvolvimento capitalista, esse debate também trazia implicações políticas devido a militância exercida por esses teóricos, em que alguns acreditavam em uma tendência mais proletarista ou mais camponês, de acordo com o processo de desenvolvimento capitalista vivenciado nos seus respectivos objetos analíticos.

O nascente mundo moderno trazia consigo uma nova realidade que exigia novas interpretações, e assim também foram criadas novas ciências e correntes filosóficas. Desta feita, é importante ressaltar que esse trabalho escolhe o Materialismo histórico dialético como método de pesquisa.

O materialismo histórico dialético foi construído metodologicamente por Karl Marx e Friedrich Engels, como uma síntese da filosofia alemã, do idealismo de Hegel; da economia política Inglesa, elaborada por Adam Smith; e da política Francesa, vivenciada, principalmente com a Comuna de Paris. (LENIN, 2001). Transformando-se em uma corrente teórica utilizada por outros teóricos e militantes políticos durante o final do século XIX e início do século XX. Historicamente esses pensadores desenvolveram, além das teorias e análises, também Movimentos políticos revolucionários em partidos socialistas, social democratas ou revolucionários, cada um como sujeito da sua época, compartilhando do momento histórico e da fase do desenvolvimento capitalista.

Há, no entanto, algumas especificidades do método materialismo histórico dialético. A primeira questão é sobre a “radiografia” utilizada por Marx para demonstrar o que é campesinato, relatando os motivos pelos quais estes se transformariam classe social; Já para demonstrar o caráter histórico do método, Marx analisa as particularidades do campesinato naquele determinado contexto histórico;

Os primeiros estudos que deram conta ao surgimento do pensamento social agrário foram realizados ao longo do século XVIII e XIX. Segundo Sevilla (2013, p.13) esse momento “responde a um processo de acumulação elaborado pela evolução das teorias evolucionistas provenientes da filosofia da história, do evolucionismo naturalista e do socialismo utópico”. A realidade social da época em que o pensamento social agrário surge, é marcada também pelo advento do capitalismo no meio rural, As transformações que estavam ocorrendo fomentaram a produção intelectual, e com isso criou-se diversas correntes, como o norodnismo, o anarquismo agrário e até o marxismo se debruçou nesses estudos.

O norodnismo chegou a elaborar uma estratégia de luta contra o avanço capitalista, acreditando ser possível frear esse desenvolvimento ao estender para o conjunto da sociedade o modo de vida coletivista dos camponeses russos. Ainda assim, apresentavam uma proposta para os intelectuais, de aliança com o povo para construir em conjunto mecanismos de cooperação solidária. (SEVILLA 2013).

Na corrente do anarquismo agrário podemos destacar dois intelectuais que são responsáveis pela produção teórica sobre esse debate: Bakunin e Kropotkin. O contexto de criação da corrente era da Rússia na metade do século XIX, onde a população rural vivia sob um regime de servidão e em extrema pobreza. Segundo a análise os pontos positivos da consciência histórica do campesinato russo estavam na forte convicção que a terra pertencia integralmente ao povo, que pertencia a comunidade rural e uma “autonomia política quase absoluta”; Também foi observado algumas condições históricas que impossibilitavam o desenrolar desse trabalho com o campesinato russo, que era o “patriarcalismo, a absorção do indivíduo pelo *mir* e a confiança no Tzar. (SEVILLA 2013).

Para o Modo de produção capitalista se tornar hegemônico era necessário que os trabalhadores estivessem despossuídos dos seus meios de produção, transformando-se em trabalhadores livres para o emergente mercado de trabalho fabril. Ao discutir o processo de acumulação primitiva do capital para despossuir os trabalhadores dos seus meios de produção, Karl Marx afirma que:

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação capitalista é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.

Ele aparece como primitivo porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 1984 p.252)

Essa separação que houve entre os produtores e os seus meios de produção não ocorreu de um dia para o outro. Essa história está escrita “nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”. (MARX, 1984. P. 152)

Ao despossuir os trabalhadores dos meios de produção, formou-se um contingente proletário que não conseguiria reproduzir a sua condição humana se não vendesse a sua força de trabalho para a grande indústria. Esse exemplo histórico dos *cercamentos* ocorridos na Inglaterra demonstrava uma tendência possível do desenvolvimento capitalista no campo.

O debate acerca das classes sociais e do papel do campesinato na luta de classes também foi motivo para debates entre alguns intelectuais que estudavam essa temática. No caso específico da França de Luis Bonaparte, o alinhamento do campesinato com as classes dominantes provocava um estudo mais aguçado sobre a formação do campesinato enquanto classe social. Segundo Marx:

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses de sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. (MARX, 2011, p. 142-143).

Na interpretação marxista, haveria algumas condições para a formação do campesinato enquanto classe social no seguinte tripé: ter organização nacional; as mesmas condições de vida que lhes separem de outras classes sociais; e a capacidade de se constituírem enquanto organização política. No campesinato Francês do século XIX não havia essas condições, pois o campesinato sempre necessitava de um senhor que lhe representasse, incapacitados de representar a si mesmo.

Outros pensadores, em diferentes partes da Europa, começavam também a estudar o campesinato frente ao desenvolvimento capitalista. Desses pensadores destacam-se, devido ao nível de importância, Lenin (1998) e Kautsky (1986), que observando a realidade Russa e Alemã, analisaram o desenvolvimento capitalista e os seus desdobramentos sobre o campesinato nos seus respectivos países.

Lênin notava uma mudança nas relações de trabalho no campo, onde o sistema de servidão que até então era hegemônico, passava a ser substituído pela remuneração em salário, transformando gradativamente camponeses em operários agrícolas. Segundo Lênin 1998:

O grosso da mão-de-obra é recrutado pelo sistema de pagamento em trabalho, mas, nessas propriedades, é indubitável que o sistema capitalista predomina e converte os ‘camponeses das vizinhanças’ em operários agrícolas (semelhantes aos diaristas contratados alemães, que também possuem um pedaço de terra e só se empregam uma parte do ano). [...] o capitalismo deve substituir o sistema de pagamento de trabalho com tanto mais vigor quanto mais se acentua o declínio da economia natural e do campesinato médio [...] o desenvolvimento do trabalho assalariado puramente capitalista solapa as bases do sistema de pagamento em trabalho. (LÊNIN 1998.p. 133-135)

O desenvolvimento capitalista não é uniforme em todos os países, e no caso Alemão estudado por Karl Kautsky, o debate acerca da manutenção do campesinato é ainda mais complexo. Da mesma forma que o autor percebe um caminho de polarização das sociedades capitalistas entre a classe dos capitalistas e do proletariado assalariado; o autor também entende que não existe apenas as relações capitalistas de produção e ressalta a permanência do campesinato enquanto uma classe que se conserva desde outros modos de produção pré-capitalistas. Segundo o autor:

É o modo de produção capitalista que domina a sociedade atual. É a oposição existente entre a classe dos capitalistas e o proletariado assalariado que move o nosso século e lhe confere a expansão característica. Mas o modo de produção capitalista não é a única forma de produção existente da sociedade atual; ao lado deste podem ser encontrados ainda os remanescente, até hoje conservados de outros modos de produção pré-capitalistas [...] Classes que em parte constituem produtos de formas pré-capitalistas de sociedade, em parte são produzidos pela própria necessidade do capitalismo, ou pelo menos se desenvolvem a sombra do mesmo. (KAUTSKY, 1986, p.13).

Karl Kautsky também analisava o papel do campesinato na luta de classes alemã, visto o seu engajamento político no Partido Social Democrata Alemão. Ele observa à sua época que o campesinato alemão tinha similaridades ao campesinato Francês, ou seja: “com a mesma energia que as outras classes se empenhavam em obter a sua emancipação, o camponês intervinha em favor daqueles que o explorava”. (KAUTSKY 1986.p. 12).

Os desdobramentos organizativos da militância política encontrava no camponês uma classe importante que se posicionava ao lado dos seus exploradores. Ao analisar o caso, Karl Kautsky demonstra os equívocos nas previsões dos pensadores à sua época sobre o

campesinato e a sua tendência ao definhamento. Segundo o autor, outros pensadores do seu partido acreditavam:

que a luta entre o pequeno estabelecimento agrícola e o grande terminasse com a derrocada do primeiro. Sempre que ela (a social democracia) se aventura ao campo, encontra pela frente a mesma força misteriosa que tantas surpresas já causara aos partidos democráticos revolucionários anteriores. Ela (Partido Social Democrata) descobre então que o pequeno estabelecimento agrícola, de modo algum se encontra em fase de rápido desaparecimento, que os grandes estabelecimentos agrícolas só ganham terreno lentamente, quando, aqui e acolá, não chegam mesmo a perder terreno. A teoria econômica na qual a social democracia se baseia, parece revelar-se falsa assim que procura aplicá-la ao campo. (KAUTSKY, 1986, p 13 e 14).

O autor alemão colocava em xeque a teoria econômica que apontava para um momento que o processo de desenvolvimento do capitalismo e das suas forças produtivas formaria uma polarização da sociedade entre duas classes sociais: Os burgueses e proletários. Com essa interpretação do caso alemão, KAUTSKY 1986 demonstra que esse pensamento não dava conta para a complexidade da sociedade, e do campo alemão daquela época.

O autor também percebeu um movimento particular no desenvolvimento capitalista alemão¹⁴ que deixava espaço para a reprodução camponesa a partir de trabalhos sazonais, demonstrando que o campesinato encontrava estratégias de reprodução frente ao desenvolvimento capitalista. Sobre o trabalho sazonal realizado pelos camponeses, o autor identificou que:

Os trabalhadores sazonais voltam regularmente para casa e aplicam o dinheiro ganho fora em sua propriedade agrícola [...] outro tipo de reforço é-lhe fornecido ainda por intermédio do dinheiro ganho pelos que trabalham fora. Estes são geralmente solteiros e nem todos voltam sempre para casa. (KAUTSKY, 1986.p.172).

Como já foi relatado, as transformações observadas por Marx, Lenin, Kautsky são de um período histórico de advento da modernidade. Nesse período a burguesia estava na sua fase revolucionária, fazendo alianças com o proletariado e o campesinato para derrotar a aristocracia e o clero, como ocorreu durante a Revolução Francesa.

3.2 O Campesinato frente ao desenvolvimento capitalista brasileiro

¹⁴ Ao contrário do caso Francês em que a burguesia Francesa se aliou com o proletariado e o campesinato e construiu a sua revolução democrática que ascendeu o modo de produção capitalista e suprimiu o feudalismo; no caso Alemão, houve uma “aliança” entre a burguesia e setores da aristocracia, para transformar gradativamente o Sistema político, dando abertura para a burguesia, evitando assim uma aliança camponesa e operária.

O desenvolvimento capitalista apresentou especificidades em vários países europeus e no continente Americano não foi diferente, a começar pelo tipo de colonização e pelos colonizadores. Enquanto a América do Norte foi colonizada inicialmente por Ingleses, tendo como base da colonização o povoamento; a América do Sul teve a sua colonização feita por Espanhóis e Portugueses, e a base da colonização foi a exploração das riquezas para enviar para a Europa, dentre elas o Pau-Brasil, o ouro e a prata.

A economia da América Latina foi desenvolvida sobre as bases do latifúndio e do escravismo, sendo exportador de produtos primários durante séculos. O desenvolvimento industrial começa a chegar de forma tímida na Argentina e Brasil; e ganha mais importância para as economias nacionais na primeira metade do século XX, com os governos Perón e Vargas, respectivamente.

Diferentemente do caso Europeu e Estadunidense, na América Latina, a estrutura fundiária não foi democratizada pelas classes dominantes dos países, justamente por conta da importância dos países latino-americanos como agroexportadores. As transformações da estrutura fundiária só foram colocadas em questão somente quando o movimento camponês passou a exigir em alguns países da América Latina Reforma Agrária¹⁵.

Por conseguinte, a formação econômica latino-americana ainda ganha o agravante da dependência, em que diversos estudiosos dedicaram parte dos seus estudos para compreender esse fenômeno. Marini (1973) interpretou essa realidade, dando ênfase ao papel latino americano na Divisão Internacional do trabalho, identificando os fenômenos da superexploração da classe trabalhadora na América Latina para manter altas taxas de lucro das multinacionais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, alguns intelectuais como é o caso de Rui Mauro Marini e Florestan Fernandes se dedicaram durante alguns anos para interpretar o fenômeno da dependência e construir intervenções que retirassem da América Latina a condição de dependência.

No seu contexto político do pós-guerra, a América Latina viveu um processo de fortalecimento do Movimento Operário e camponês, inspirados pelo sucesso da Revolução

¹⁵ Há dois casos de bastante relevância na América Latina: O México e a Bolívia. No caso Mexicano, houve a formação de dois exércitos (um pelo norte e um pelo sul) que se encontraram na Cidade do México, tomando o poder e realizando a Revolução Mexicana, em 1917; No caso Boliviano, os camponeses também protagonizaram uma Revolução, conhecida como a Revolução Nacional, em 1952.

Cubana, em 1959. Mas, na medida em que os movimentos de esquerda se organizavam, os movimentos de direita, associados aos Estados Unidos da América, também provocaram uma dura reação em boa parte da América Latina, realizando golpes de estado protagonizados por militares em quase todo o continente, que acabaram sufocando as organizações dos trabalhadores e dizimando as suas conquistas.

O movimento camponês que vinha acumulando forças em toda a América Latina pautando a Reforma Agrária, com o cenário de golpe militar, passa a acumular perdas generalizadas, tendo proibição de organização e um recuo forçado nas lutas que eram travadas.

Como é conhecida, a luta pela terra é realizada desde a chegada dos Portugueses com a resistência indígena, depois houve a resistência quilombola à escravidão e vários outros conflitos foram registrados por posseiros e meeiros ao longo da história, no entanto, dois chamam atenção: Canudos e Caldeirão. Canudos (no sertão baiano) ocorreu no final do Século XIX; e a guerra do caldeirão (no Sertão Cearense), já nos anos 1930. O mesmo movimento de organização dos trabalhadores pela reforma agrária que ocorria em boa parte da América Latina nas décadas de 1940/50/60, também ocorria no Brasil.

Esse período é marcado pelo fortalecimento de organizações camponesas que faziam luta pela terra e que exigiam do Governo Federal a Reforma Agrária. Dentre as organizações que faziam essa luta, destaca-se as Ligas Camponesas¹⁶, pela sua capilaridade; E um dos momentos mais importantes da luta pela terra no Brasil durante esse período foi a realização do Congresso Camponês em 1961, na cidade de Belo Horizonte.

A bandeira elencada pelos trabalhadores no Congresso Camponês de 1961 exigia do Governo Federal a realização da Reforma Agrária, e na mesma medida que as ligas camponesas radicalizavam no discurso em defesa de uma “reforma agrária na lei ou na marra”, se afastava da Ultab- União dos Lavradores e Trabalhadores da Agricultura do Brasil, que entendia como prioritária a luta pelos direitos trabalhistas aos assalariados rurais.

A onda de golpes militares que atingia a América Latina não deixava de fora o Brasil. Diversos militantes políticos foram presos torturados, os direitos e garantias dos trabalhadores foram reprimidos. No campo a repressão chegou ainda antes do AI-5¹⁷, desarticulando as Ligas camponesas e prendendo as suas principais lideranças.

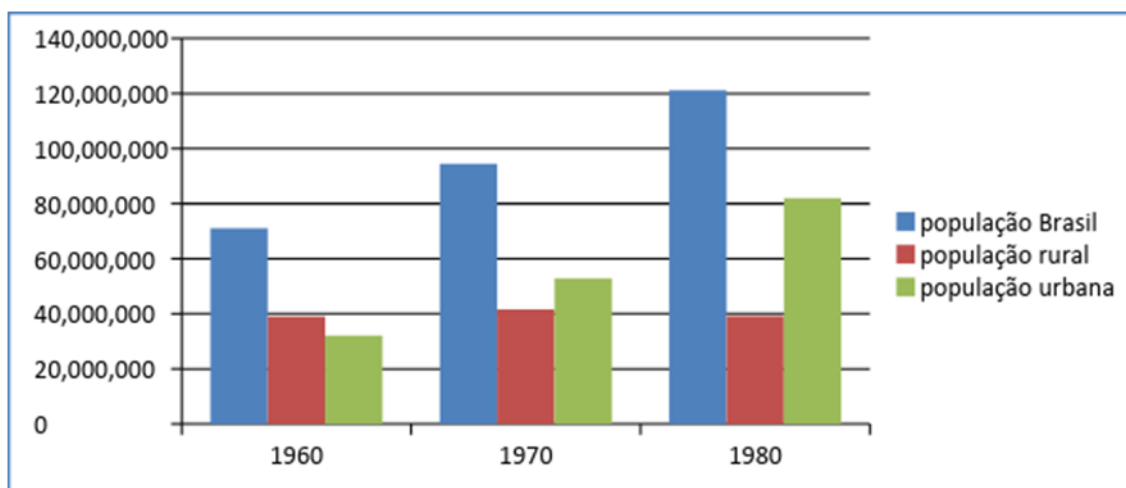
¹⁶ Segundo levantamento realizado pelo 2º exército, indicava a existência de 218 Ligas Camponesas em todo o Brasil, com presença em 20 estados da federação.

¹⁷ Ato Institucional nº 5, em 1968, que proibia a livre manifestação, reunião e opinião.

A realidade brasileira demonstra uma constante luta do campesinato para se manter na terra ou para ter a posse da terra, do mesmo modo que o Brasil continuava com a sua essência de agroexportador na Divisão Internacional do Trabalho, com uma realidade local de estrutura fundiária concentrada e pouco desenvolvimento das forças produtivas.

O processo de desenvolvimento industrial brasileiro ganhou mais força a partir dos anos 1930 com os governos Vargas e no período do governo JK o programa desenvolvimentista continuou, transformando o Estado Brasileiro no grande agente do desenvolvimento industrial. Esse processo de desenvolvimento associado a falta de políticas públicas no campo provocou um inchaço das grandes cidades e a diminuição da população rural no Brasil.

Gráfico 19 - População Brasileira 1960/70/80



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Segundo o gráfico 19, os censos demográficos demonstram de forma fiel os impactos do desenvolvimento capitalista com as populações camponesas. Em 1960, a população rural era de 38.987.526 de brasileiros, enquanto que a população urbana era de 32.004.817 de pessoas; Já no Censo demográfico de 1970, a população rural passa a ter 41.603.839 habitantes; enquanto que a população urbana chega a ter 52.904.744 de habitantes.

O desenvolvimento capitalista no Brasil provocou uma transformação na demografia brasileira a partir da migração. O sudeste brasileiro tinha 17.816.649 Habitantes na Zona Urbana segundo o Censo demográfico de 1960. Já no Censo demográfico de 1970, a população urbana do Sudeste saltou para 29.347.170; e no Censo de 1980 atingiu 43.550.664 habitantes, sendo mais da metade da população urbana do Brasil à época, que era pouco mais de 80 milhões de habitantes.

A população rural do Sudeste já era decrescente. No Censo de 1960 correspondia a 13.244.329 habitantes, caindo para 10.984.799 habitantes no censo de 1970; seguindo pra mais uma queda no censo de 1980, correspondendo a 9.029.863 habitantes.

O crescimento econômico do Brasil por força do “milagre econômico” entrou em crise no final da década de 1970. Apesar da Lei de Segurança Nacional, algumas greves do movimento operário ganhavam força com pautas que passavam pelo aumento salarial e o fim do arrocho salarial. Do ABC paulista surgia um movimento operário que iria trazer um novo significado ao sindicalismo e a esquerda brasileira.

As greves do ABC foram reprimidas pelo Exército e enquadradas pela LSN e logo também assumiu um caráter político, ampliando as suas bandeiras para o fim da ditadura militar e o direito de escolher o próximo presidente da república, participando do Movimento pelas Diretas Já.

O período de luta contra a ditadura militar e pela abertura democrática no Brasil coincide com a reorganização da UNE, que foi fechada por ordem do regime militar, e o surgimento de outras organizações políticas, como por exemplo, o MST, que organizava a luta pela Reforma Agrária com os camponeses sem terra; A CUT, que representava um novo sindicalismo forjado a partir das greves do ABC Paulista; o Partido dos Trabalhadores, que foi gestado ainda no ABC Paulista, pelo Movimento Sindical e tem como principal liderança política o operário Luís Inácio Lula da Silva.

3.3 O Período neoliberal e a territorialização do MST

Os golpes militares que ocorreram no século XX em todo o continente, além de desarticular as organizações políticas dos trabalhadores e destituir os Governos progressistas que provocavam um projeto de desenvolvimento mais nacional que articulado aos interesses dos Estados Unidos. Os golpes na América Latina também foram fundamentais para conseguir constituir laboratórios para o modelo de desenvolvimento neoliberal, como foi o caso Chileno.

Enquanto a maior parte da América Latina estava desindustrializando as suas economias, o Brasil tinha com o “milagre econômico” o fortalecimento dos seus parques industriais. Dessa forma, o laboratório neoliberal só seria aplicado no Brasil mais tarde que os demais países da América Latina.

O final do século XX ainda traz para a América Latina uma conjuntura mais favorável com o fortalecimento de novas forças políticas progressistas em diversos países. O momento,

aparentemente, não seria bom para as forças progressistas por conta da queda do muro de Berlim e do declínio da URSS, mas esse período também condiz com a derrubada das ditaduras militares no Brasil (1984), Argentina (1983), Uruguai (1985), Equador (1978), Bolívia (1982), entre outros.

Além de provocar a desnacionalização da economia e desindustrialização, os governos latino-americanos adquiriram empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em uma nova fase do capitalismo mundial, feito que além de aumentar a dívida externa também fez com que a política econômica de boa parte da América Latina fosse definida pelos interesses do agente financiador. Frente a essa problemática, alguns governos tentaram até realizar moratórias das suas dívidas, como foi o caso da moratória no Governo Sarney articulada com o Governo Argentino para negociações com o FMI.

Mesmo com a redemocratização do Brasil em 1984, somente em 1989 o Brasil pode eleger Fernando Collor de Melo como presidente da república a partir do voto direto¹⁸, seguido por Itamar Franco após um processo de Impeachment que afastou o presidente eleito. A década de 1990 teria ainda oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002).

Os Governos durante a década de 1990 buscaram implementar o receituário neoliberal na economia brasileira. Iniciando pelo presidente Collor que criou o Plano Nacional de Desestatização e tinha uma meta ousada de privatizações que logo foi barrada pela instabilidade política que assolou o país durante o seu processo de impeachment. No entanto, o seu vice deu continuidade as privatizações.

É nos Governos Fernando Henrique Cardoso que o processo neoliberal ganha mais notoriedade. A liberalização da economia contou com privatizações de diversas empresas estatais que tinha um papel estratégico, como é o caso do setor de telecomunicações, siderurgia e energia.

No campo brasileiro, as contradições estavam acirradas por conta do modelo de desenvolvimento implementado ainda no regime militar, causando inúmeros conflitos pela terra entre camponeses e latifundiários. A partir de dados coletados por Fernandes (2000), Durante os anos de 1988 e 1994 o Brasil tinha 554 conflitos de terra em todo o território nacional; Já de 1995 a 1999 houve uma explosão de conflitos rurais, chegando a 1855

¹⁸ O governo eleito com voto indireto foi Tancredo Neves, que morreu anteriormente a sua posse e assumiu o Vice presidente José Sarney.

acampamentos de trabalhadores rurais, envolvendo 256.467 famílias, dessas, aproximadamente 100.000 eram nordestinas.

Destaca-se também a quantidade de famílias assentadas: Nos períodos de 1990 e 1994, foram criados 478 assentamentos, envolvendo 65.565 famílias assentadas; e no período de 1995 e 1999 foram criados 2.750 assentamentos, envolvendo 299.323 famílias assentadas pela Reforma Agrária.

Observando a realidade agrária sergipana, e fazendo um comparativo, se existiam 29 ocupações de terra, organizando aproximadamente 3.000 famílias de trabalhadores rurais em acampamentos nos anos 1985 e 1994, entre os anos de 1995 e 1999 esse número havia quase triplicado, chegando a 7.022 famílias que lutavam pela terra, organizadas em 39 ocupações, conquistando assentamento para 2.776 famílias em todo o estado de Sergipe.

Se um dos grandes acertos do MST entre os anos 1985 e 1994 estava na organização de um grande acampamento com todas as famílias acampadas do estado para aglutinar mais capacidade organizativa e de mobilização, no ano de 1996 surge a maior ocupação de terras da história do MST, e uma das 4 maiores do Brasil, reunindo as famílias de vários locais do Sertão Sergipano e das regiões de fronteiras com Alagoas, Bahia e Pernambuco. (TANEZINI

Tabela 5 - Famílias assentadas em Sergipe no Governo FHC

Ano	Governo	Famílias assentadas no Brasil	Famílias assentadas em Sergipe
1995	Governo Fernando Henrique Cardoso	49.912	399
1996		62.044	606
1997		81.944	454
1998		101.094	914
1999		85.226	857
2000		60.521	1.173
2001		63.477	463
2002		43.486	688
TOTAL		547.704	5.554

Fonte: elaborado pelo autor, 2017. Adaptação de INCRA.

Entre as políticas adotada pelo Governo Cardoso para combater os Movimentos sociais e proteger a propriedade fundiária podemos registrar a repressão como a principal ação do governo Cardoso, visto que nesse período houve a eclosão de massacres, como o Massacre de Corumbiara, que assassinou 12 pessoas, em 1995; e o massacre de Eldorado dos Carajás, que assassinou 17 pessoas, em 1996.

O MST, por sua vez, denunciava a partir das suas lutas diárias a violência no campo, a impunidade e o latifúndio improdutivo, buscando levar o debate da Reforma Agrária para o conjunto da sociedade, realizando entre outras lutas, a “Marcha Nacional por Reforma

Agrária, emprego e justiça”, em 1997. Na sua chegada a Brasília, a Marcha contou com mais de 100.000 pessoas e se transformou na primeira grande mobilização contra o pacote neoliberal do Governo Cardoso. O MST tinha legitimidade na sociedade para falar em nome da luta pela Reforma Agrária e já não dava pra tratar mais como um simples caso de polícia. (MENDES PEREIRA, 2015).

No ano posterior ao massacre de Eldorado dos Carajás, como uma forma de contornar a baixa popularidade e atender as demandas dos movimentos sociais que lutavam pela terra, FHC assentou no ano de 1997, um montante de 81.944 famílias e 101.094 famílias no ano de 1998. Já no seu segundo mandato, a quantidade de famílias assentadas passa a cair gradativamente, numa média de 20.000 famílias a menos por ano. No ano de 1999, FHC assenta 85.226 famílias, seguidas por 60.521 no ano 2000, voltando a crescer para 63.477 em 2001 e finalizando o seu governo com a quantidade de 43.486 famílias assentadas em 2002. (TANEZINI, 2014).

O resultado nacional é parecido com o resultado sergipano, e mais especificamente com o caso do sertão sergipano. O projeto Jacaré Curitiba começa a ser desapropriado, e entre Dezembro de 1997 e Dezembro de 1999. Foram criados 8 Projetos de Assentamentos, assentando 1.198 famílias e em 2002 mais 2 assentamentos que totalizam mais 30 famílias incorporados ao complexo.

A questão agrária brasileira estava em debate na academia, na sociedade e no Governo. Muitos autores passavam a discorrer sobre as saídas para o problema agrário brasileiro. Dentre os estudiosos, é importante destacar José Graziano da Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Plínio de Arruda Sampaio.

Silva (1996), em um texto publicado em 1996 na Revista *Agroanalysis*¹⁹, afirma que as novas configurações do campo brasileiro apresentam uma forma de pensar a reforma agrária não agrícola. A tese defendida pelo autor nesse artigo, entre outras coisas, leva em conta que o valor da terra e da infraestrutura é elevado para assentar as famílias, e apresenta como alternativa a diminuição da quantidade de terra por família diminuiria o custo para assentar mais famílias trabalhadoras.

A partir do desenvolvimento tecnológico e de atividades não agrícolas, as famílias conseguiriam sua reprodução social, levando em consideração exemplos de assentamentos observados in loco em Israel. O autor leva em consideração realidades regionais para a Reforma Agrária.

¹⁹ Texto reeditado por STÉDILE 2013 em A Questão Agrária: O debate dos anos 2000.

Sampaio (2002)²⁰ enfatiza a sua crítica aos que não queriam atacar a estrutura fundiária e alegavam ser necessário a criação no campo de outras modalidades de trabalho. O autor afirma que “não é verdade que essa dinâmica crie condições para solucionar os sérios problemas de pobreza no meio rural” e acrescenta:

Essa ideia de um novo setor rural cujo dinamismo não vem só da produção agropecuária, mas de outras atividades econômicas que têm por base o espaço rural (hotel fazenda, turismo ecológico, pesca esportiva, tosa de cachorro etc.), corresponde a uma realidade europeia que não pode ser transplantada para o conjunto do Brasil.[...] Aliás, mesmo nessas regiões privilegiadas, o crescimento desse tipo de emprego cria um problema para as pessoas de pensamento socialista: é que todos eles são empregos no setor de serviços, empregos pouco aptos para promover o crescimento econômico e cívico da população rural, como notou até mesmo um analista nada socialista como Robert Reich. (SAMPAIO, 2002. p. 89 e 90).

Ao criticar essas “novas” formas encontradas para solucionar o problema da pobreza rural, Sampaio (2002), ainda alerta que estaria sendo criado posto de trabalho no setor de serviços que seriam mais precários e não conseguiriam promover o crescimento cívico e econômico dessa população do campo.

A agenda neoliberal tratava a questão agrária como uma ação mercadológica, como forma de responder a questões imediatas colocadas pelos intensos conflitos por terra que existia em todo o país, e assim implementava a política do Banco Mundial com a Reforma Agrária de Mercado.

Segundo Ramos Filho, o Governo FHC adotou o Paradigma do Capitalismo Agrário²¹ sobre a Agricultura Brasileira, e por conta disso, promoveu:

O aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo globalizado no campo; o controle do conflito; a criminalização dos movimentos socioterritoriais camponeses; e a implantação de uma política compensatória de assentamentos rurais, como resposta à intensidade das lutas por terras. No intuito de proteger a propriedade privada fundiária e de desarticular os movimentos de luta pela terra, o governo introduziu formas de ingresso na terra, pela via do mercado, voltadas para o campesinato pobre. (RAMOS FILHO, 2008. p. 307 e 308).

²⁰ Foi presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária

²¹ O autor utiliza o debate paradigmático para realizar a sua análise, compreendendo o Paradigma do Capitalismo agrário com os estudiosos que tem uma linha de pensamento mais voltada ao agronegócio- como promotor de desenvolvimento- e a integração dos agricultores familiares no modelo produtivo do agronegócio; enquanto que o Paradigma da Questão Agrária apresenta uma linha campesinista, agrupando assim nesse paradigma os estudiosos dessa realidade em que o desenvolvimento rural é realizado também a partir das conflitualidades.

Ao contextualizar a aplicação das políticas neoliberais no campo brasileiro, é importante mencionar que o governo utilizou outro método para conter os conflitos no campo, apelando para as políticas fundiárias neoliberais. Segundo Ramos Filho:

A lógica central das políticas fundiárias neoliberais reside na conversão da terra como mercadoria, na liberalização das formas de acesso à terra pelos camponeses pobres, nos estímulos às políticas de arrendamento, na promoção de títulos alienáveis, e na eliminação da posse comunitária. As políticas fundiárias neoliberais são introduzidas para controlar e desarticular conflitos raciais, originados na desigual distribuição fundiária, tentar pacificar guerras ou estimulá-las, eliminar as lutas indígenas e de sem-terra. (RAMOS FILHO, 2008. p. 322.).

Durante os Governos Cardoso, a política de RAM era tratada pela propaganda do Governo como algo mais ágil e descolada da estrutura burocrática do INCRA e com essa política houve a desfederalização da política de Reforma Agrária para os Estados e municípios, fato que, segundo Ramos Filho, agiria com “parcialidade em defesa dos capitalistas do campo” pois “o poder econômico e político dos grandes proprietários fundiários e grupos econômicos exerce maior influência e controle sobre os governos, instituições, e sujeitos que atuam nas respectivas escalas”.(RAMOS FILHO, 2008, p.318). O autor complementa afirmando que,

Apesar de se auto-afirmarem ágeis, baratas e pacificadoras, as experiências analisadas demonstram que os preços das terras tendem a aumentar com o estímulo aos mercados de terras, aumentando a necessidade de créditos pelos mutuários e conseqüente aumento das dívidas, inviabilizando, em curto prazo, a própria política, que nada mais consegue adquirir, conduzindo, assim, os camponeses a nefastos processos de desterritorialização. (RAMOS FILHO, 2008. p. 322).

As políticas do Banco Mundial para a agricultura brasileira passaram a ser a carta de boas vindas do Governo FHC. Fazia uma política de crítica ao conflito e apresentava a sociedade brasileira um método “eficiente” de criar assentamentos através dos correios. No entanto, a literatura bibliográfica e a comparação dos dados da Reforma Agrária, demonstram que no atual contexto político e institucional, onde a democracia não é estabelecida enquanto direitos, o conflito passa a ser a condição que os trabalhadores encontraram para conseguir avançar a política de reforma agrária, conseqüentemente, sem a conflitualidade não haveria as atuais conquistas da política de reforma agrária.

No segundo mandato FHC, há uma desaceleração da política de reforma agrária, que Segundo Tanezini:

se explicam pela opção pela “reforma agrária de mercado” (Banco da Terra), remunerando via compra pelo governo da parte que os latifundiários estivessem interessados em vender (em geral o pior solo e localização), que

seria ressarcido pelos beneficiários, em substituição à desapropriação por interesse social, dentro da concepção neoliberal, do “Novo Mundo Rural”. Na disputa acirrada do governo FHC para esvaziar a influência do MST, além do recrudescimento da violência, foi divulgada na mídia o cadastramento individual dos demandantes de terra pelo correio ou junto ao INCRA. (TANEZINI, 2014, p. 376).

Os conflitos pela terra não cessavam mesmo com a forte propaganda do Governo Federal que anunciava um método fácil de conquistar a terra a partir de um cadastro nos correios, com o objetivo de diminuir a tensão no campo com o esvaziamento dos acampamentos organizados pelo MST.

O neoliberalismo atingiu o seu ápice na América Latina, mas no final do século XX já não conseguia conter as constantes crises. O caso mais grave foi entre 2000 e 2001 na Argentina, que viveu uma crise política avassaladora, tendo em dez dias a troca de 5 presidentes da república e dois ministros da economia.

No Brasil houve uma ampla mobilização da sociedade para participar do plebiscito contra a ALCA e a concessão da base de Alcântara /MA para o Governo Estadunidense. O ciclo de crescimento do neoliberalismo no Brasil também havia esgotado, e a população começava a sentir no bolso o crescimento da inflação e do desemprego.

Esse é o contexto para o processo eleitoral de 2002 que consagrou Lula como presidente da República brasileira, que pode ser sintetizado entre a rejeição do povo brasileiro pela política neoliberal e a esperança de surgir um governo com uma outra política econômica, que possibilitasse o crescimento econômico e o combate ao desemprego.

3.4 O Neodesenvolvimentismo

Com a crise do neoliberalismo na América Latina no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, houve a eclosão de diversas revoltas populares em vários países da América Latina, com relevância para as fortes mobilizações na Argentina entre os anos 1999/2003 e na Bolívia contra as privatizações da Água e do Gás, entre 2003/2005. Nesse cenário de crise, os grupos progressistas ganharam as eleições presidenciais em alguns países da América Latina, como é o caso da Venezuela com Hugo Chávez, em 1998; o Brasil com Lula, em 2002; Argentina com Kirchner, em 2003; A Bolívia com Evo Morales, em 2006; O Equador com Rafael Correa, em 2007. Essas vitórias eleitorais iniciaram uma nova etapa na história da América Latina.

Segundo Katz (2016), os últimos anos marcados por essa ascensão da esquerda e de governos progressistas na América Latina trouxeram um debate sobre a atualidade da dependência da América Latina. Alguns pensadores compreenderam esse momento como um período de altivez dos governos, que era simbolizada por uma política externa independente; Outros pensadores caracterizavam esse momento como um novo “boom” de exportação de produtos primários.

No entanto, havia algumas questões que marcavam esse novo momento econômico da América Latina, iniciando pela característica de agroexportação e mineração. Katz (2016) afirma que a América Latina ganha um destaque por conta da valorização das commodities, “que tem implicado uma profunda transformação na agricultura, baseada na promoção de cultivos de exportação em detrimento do abastecimento local”. (KATZ 2016, p. 20). O autor dá um destaque especial para a produção agroexportadora de vinhos no Chile, que ampliou a concentração de terras; e flores no Equador e Colômbia, que traz um elevado grau de exploração do trabalho feminino. O autor traz ainda um destaque especial para a monocultura da soja, que segundo ele:

É um típico exemplo deste novo esquema agrícola; tem se difundido na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, destruindo outros cultivos, mediante um modelo que utiliza sementes transgênicas e dependência da Monsanto como única fornecedora. Como requer pouca mão de obra pra produzir o óleo ou ração para animais, gera apenas um emprego para cada 100-500 hectares. (KATZ, 2016, p 20).

Assim como a soja é presente e se expande em alguns países da América Latina, a mineração também cumpre um papel relevante nesse novo período do desenvolvimento capitalista, provocando desterritorialização dos povos do campo e degradando o meio ambiente. Katz 2016 também menciona a importância das remessas realizadas por latino-americanos que trabalham nos Estados Unidos ou Europa, por exemplo, para os seus países de origem; assim como o turismo que vem sendo fundamental para a sobrevivência de pequenos países latino-americanos.

Segundo Harvey (2004) há um novo processo de acumulação do capital, que também se dá por espoliação. Dentro desse processo, permanece e aprimoram-se fatores já analisados desde o surgimento do capitalismo, com o novo cenário de hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo. Segundo o autor:

A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC [...] a biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos [...] a escalada da destruição de recursos ambientais globais e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola; [...] a transformação em mercadoria

de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual;[...] a corporativização e privatização de bens até agora públicos, para não mencionar a onda de privatizações que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de expropriação de terras comuns. Tal como no passado, o poder do Estado é usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. (HARVEY, 2004, p.123).

Essa questão está no centro das disputas de diversos territórios e também é motivo de conflitos entre povos originários e grandes capitalistas. Há indícios de comunidades dizimadas, expulsas, com aparato do Estado, a serviço do grande capital. O alinhamento dos governos com projetos de desenvolvimento nacional, de certa forma, freava os avanços do capital sobre a natureza e sobre os direitos dos trabalhadores.

Há um novo debate acerca da dependência, como fora debatido anteriormente. Um desses debates está na característica das novas classes dominantes na América Latina, levando em consideração que houve um remodelamento de acordo com esse novo cenário internacional. Segundo Katz 2016:

As burguesias locais latino-americanas não são satélites manipulados pelas metrópoles. Atuam como classes capitalistas que combinam o usufruto da renda agromineradora com a mais-valia extraída dos trabalhadores. Comportam-se como classes dominantes e não como elites parasitárias, compradoras ou subordinadas ao capital estrangeiro. Sua incapacidade para desenvolver a região não significa desinteresse por esse objetivo. (KATZ, 2016, p. 30).

As sucessivas vitórias eleitorais desse bloco progressista na América Latina também tinham uma aceitação de parte das burguesias, que percebiam que com esses Governos era possível o desenvolvimento nacional, do mesmo modo que em alguns países, os Governos também estavam a serviço de um projeto que também beneficiasse essa parcela da burguesia.

Esse novo momento é caracterizado pela ampliação da política de assistência social, do consumo, do acesso aos direitos básicos, assim como uma reorganização industrial acomodando-se ao novo momento, embora as questões estruturantes da economia não tivessem sido questionadas no caso Brasileiro. Comparando o neodesenvolvimentismo Brasileiro ao Argentino, percebe-se no caso argentino um enfrentamento maior às questões estruturantes, associados aos processos de mobilização da sociedade. (KATZ, 2016).

O desenvolvimentismo do Século XX liderado por Vargas tinha uma característica de consenso de classes, sendo um modelo que ao mesmo momento que dava as condições para o desenvolvimento capitalista e industrial, também consolidava direitos trabalhistas fundamentais para a regulamentação do novo mundo do trabalho fabril.

Apesar de se constituir com um Governo de consenso entre classes, o caso brasileiro do Século XXI teria diferenças com o desenvolvimentismo construído por Vargas durante o Século XX, com relação ao protagonismo industrial. Fazendo uma caracterização do caso brasileiro, Katz afirma que alguns autores interpretaram esse momento a partir de óticas diferentes, e cita o caso de Serrano (2013), que alertava para a crise industrial brasileira:

Um projeto neodesenvolvimentista industrializador entra em choque no Brasil, com a prioridade atribuída a agro exportação, em detrimento ao desenvolvimento manufatureiro. [...] O freio ao desenvolvimento industrial na perda da competitividade e na forte influência do chamado Custo Brasil. Essa obstrução se corrobora, além disso, no estancamento tecnológico e na obsolescência da infraestrutura. (KATZ, 2016, p. 205).

Outro autor citado por Katz (2016) é Boito (2012), que acrescenta à análise a natureza das alianças do novo momento desenvolvimentista brasileiro liderado por Lula. O autor afirma que:

Lula modificou a primazia inicial dos bancos em favor da indústria. Neste sentido realizou uma mudança de altas taxas de juros e políticas de livre ingresso de capitais e orientações que privilegiam a atividade fabril, com subsídios financiados pela Previdência Social. Ela considera que o Lulismo tomou partido por setores da Burguesia que disputam com o capital financeiro, resistem a desnacionalização e propiciam a proteção do Estado frente aos seus rivais estrangeiros. (KATZ, 2016, p. 202).

Boito (2012) acredita que há uma frente política neodesenvolvimentista, com as seguintes características: a) A direção política dessa Frente é dada pela Burguesia interna; b) Há participação nessa Frente da classe trabalhadora excluída do poder; c) Há uma relação de tipo populista com essas massas; d) Foi o mecanismo utilizado por essa Burguesia interna para ascender politicamente; e, e) Essa Frente faria enfrentamento ao neoliberalismo ortodoxo, no caso o capital financeiro internacional e as suas variações em setores da burguesia interna. (BOITO, 2012).

Para inaugurar esse novo momento da economia brasileira, a indústria da Construção Civil foi fundamental, e o Governo, por sua vez, fomentou esse novo momento com política de desoneração fiscal, incentivo ao crédito, redução do IPI para produtos da cesta básica da construção civil, aprovação de algumas leis que beneficiavam o setor, e aumentou a demanda da Construção Civil e construção pesada a partir de programas do Governo, como o Luz para Todos e o Minha Casa Minha Vida. Segundo o autor:

Nos marcos da nova fase de desenvolvimento nacional comprova-se que há um crescimento acelerado no setor da construção civil, tanto da construção civil leve como da construção civil pesada vincula diretamente às políticas públicas relacionadas principalmente à infraestrutura energética, à mobilidade urbana e aos eventos esportivos, consubstanciados nas obras do

Programa de Aceleração do Crescimento. Observamos que o papel do Estado, através de suas agências de financiamento, tem sido de primeira grandeza no sentido de aportar ao setor com investimentos, incentivos e projetos que rendem para este campo um ciclo de acumulação de capital de forma progressiva e gigantesca. (SILVA, 2014, p. 104).

Ainda sobre as diferenças entre o modelo desenvolvimentista do Século XX e o neodesenvolvimentismo realizado a partir dos Governos do PT, dá-se destaque ao fato que no período anterior, o Estado tinha participação mais decisiva na economia nacional, como pode ser percebido a partir da criação das estatais para operar em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional. O modelo neodesenvolvimentista, tem a sua participação na economia a partir do financiamento dos Bancos Públicos para a iniciativa privada, construindo assim PPP – Parceria Pública Privada. (SILVA, 2014).

Como foi relatado acima, as ações e programas do Governo demandaram um crescimento da Indústria da Construção civil e construção pesada. Um desses exemplos é o programa Luz Para todos, que a partir da sua execução demandou a produção de energia, e fez o Governo iniciar a construção de uma infraestrutura que garantisse as condições de realização do programa.

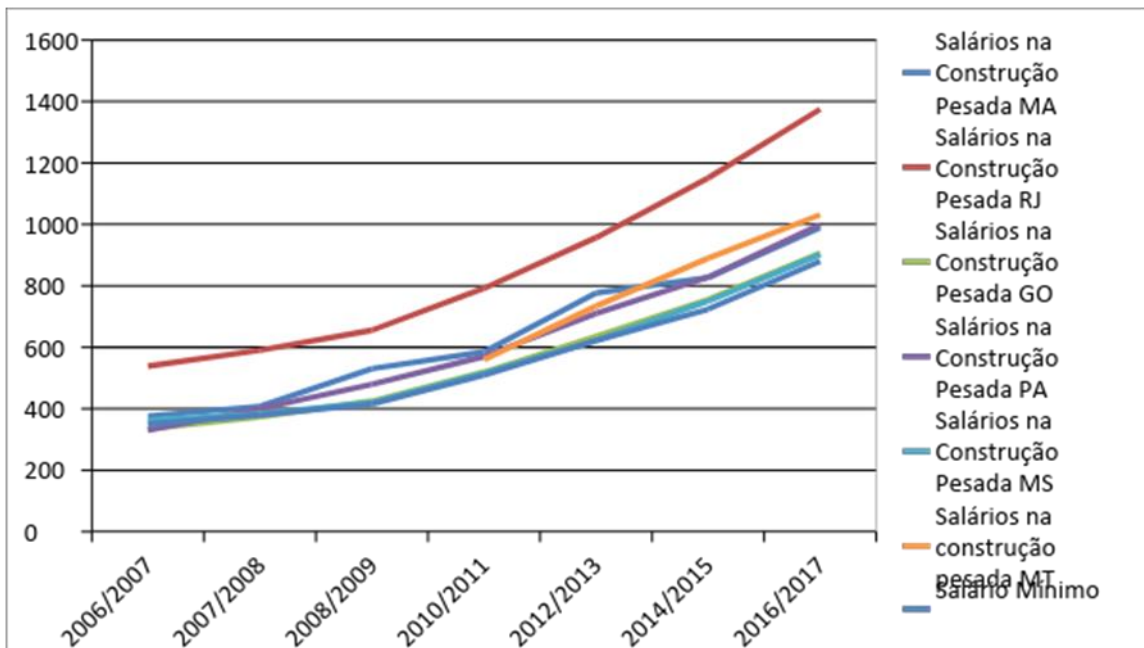
No mesmo sentido, o crescimento da Indústria da construção civil e construção pesada demandaram um contingente ainda maior de trabalhadores, e isso tem impacto direto no mundo do trabalho camponês do alto sertão sergipano, pois uma parte desse contingente, no caso do alto sertão, pois uma parte considerável dos trabalhadores tem sua origem no campo.

Para exemplificar o processo de valorização do salário desse setor da economia, foram organizados dois gráficos comparativos ao salário mínimo pontuando no primeiro o salário dos ajudantes e serventes, e no segundo a comparação é realizada a partir dos salários profissionais dos pedreiros, carpinteiros e operadores, levando em consideração que na maior parte das vezes esses tem os mesmos salários, a partir da observação das convenções coletivas.

Foram escolhidos como parâmetro para comparação alguns dos estados citados pelos trabalhadores como rota de trabalho, que é o caso do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rio de Janeiro.

Como podem ser observados a partir do gráfico 20, os salários dos operários da indústria da construção pesada na categoria ajudante/servente é superior ao salário mínimo à época, e isso reforça a tese que os trabalhadores utilizaram desse ciclo de crescimento econômico para conseguir investimentos para as suas atividades no campo, como uma estratégia de reprodução camponesa.

Gráfico20 - Evolução do salário na Indústria da Construção pesada comparado ao Salário Mínimo. Categoria Ajudante.

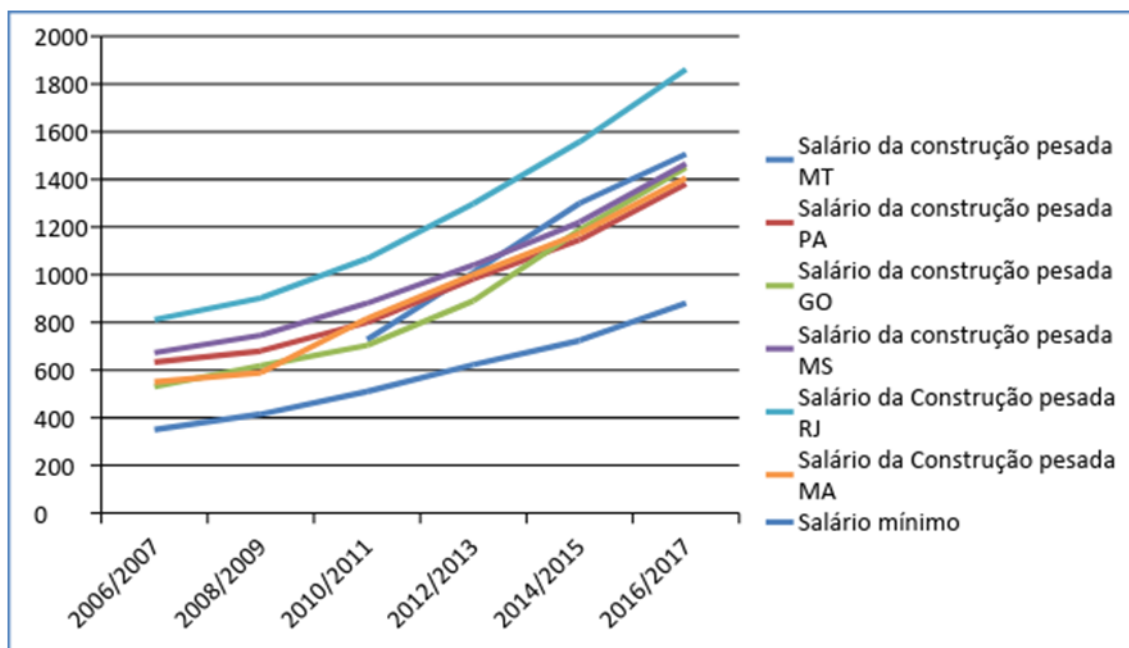


Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Como foi relatado, o gráfico 20 representa os salários dos operários que estavam na condição mais precária do trabalho na indústria da construção pesada, que estão na condição de servente ou ajudante dos profissionais. No entanto, mesmo nesse caso, percebe-se que o salário do ajudante está numa escala superior ao salário mínimo, dando destaque aos salários do Rio de Janeiro e Mato Grosso e Pará.

O gráfico 21 por sua vez demonstra os salários de oficiais/profissionais, considerados na Indústria da construção pesada como os pedreiros, armadores, carpinteiros, etc. Essas categorias já apresentam salário mais elevado que os ajudantes e bem mais elevado que o

Gráfico 21 - Evolução salarial de operários da construção pesada comparado ao salário mínimo. Categoria de oficial/profissional



Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

salário mínimo à época. Outras profissões dentro da Indústria da Construção pesada e construção civil são mais valorizadas, como os operadores, engenheiros e encarregados e, conseqüentemente, os seus salários são mais valorizados.

Os salários são estabelecidos a partir de Convenções coletivas realizadas sobre a intermediação do Ministério do Trabalho e Emprego entre os sindicatos patronais e os sindicatos dos trabalhadores. É importante ressaltar ainda, que em alguns estados pesquisados, os dados das convenções coletivas foram obtidos através do Sindicato Nacional dos operários da construção pesada, o que leva a crer que em alguns estados é recente a organização estadual dos patrões e dos trabalhadores.

Pelo papel que a indústria da construção pesada cumpriu o diálogo dessa pesquisa com a ampliação da indústria da construção civil durante o modelo neodesenvolvimentista, porque este também implica em transformações no mundo do trabalho camponês, que serão interpretados a partir dos conceitos de mobilidade e plasticidade do trabalho, aprofundados no Capítulo IV.

3.5 Reforma agrária e neodesenvolvimentismo

Os primeiros anos do Governo Lula foram de bastante expectativa pelos movimentos sociais que organizavam a luta pela terra no Brasil por conta da consagração eleitoral do PT, que se congráficava como uma derrota importante ao projeto neoliberal na América Latina.

No entanto, o primeiro enfrentamento dos movimentos sociais do campo com o Governo se deu ainda em 2003, por conta da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, que era coordenado por Plínio de Arruda Sampaio. Segundo Fernandes (2013) “a proposta contava com a disponibilidade de 120 milhões de hectares de terras suscetíveis à reforma agrária [...] embora fossem necessários apenas 35 milhões de hectares para assentar 1 milhão de famílias.”

No entanto, o Governo do Presidente Lula recusou esse Plano de Reforma Agrária e outro plano foi apresentado sob a coordenação da equipe do então Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto. O “II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural”, apresentava como meta o assentamento de 400 mil famílias, financiar terras para 130 mil famílias e regularizar as terras de 500 mil famílias, no período de 2003 a 2006. No entanto, o II PNRA não enfrentaria o problema da Concentração fundiária, mas priorizaria a política de regularização fundiária e de integração da agricultura familiar com o agronegócio.

Os dados gerais da Reforma Agrária no período de Governo Lula (2003-2010), acrescentando a política de regularização, titulação, compra, reconhecimento, abrangeram em torno de 614.088 famílias em todo o território nacional. É importante destacar, que nesse mesmo período foram criados 3.602 assentamentos de Reforma Agrária, assentando 377.847 familiares.

Houve uma desaceleração da Política de Reforma Agrária no segundo mandato do Presidente Lula, em que no primeiro mandato foram assentadas 270.090 famílias e no segundo mandato existiu uma diminuição de mais da metade, com apenas 107.757 famílias. Comparando a criação de áreas de assentamento, teremos no primeiro mandato 2.386 Assentamentos, ocupando uma área de 32.648.119 de hectares; e no segundo mandato, teremos a criação de 1.216 Assentamentos, numa área de 16.951.740 de hectares.

Segundo Fernandes (2013),

A gestão de Lula se deu numa conjuntura dominada pela hegemonia dos Estados Unidos, quando as políticas neoliberais já se encontravam em

refluxo. A queda do campo socialista na década anterior acompanhada pelo fracasso do neoliberalismo, que permitiu a Lula um programa de governo que Emir Sader denominou de pós-neoliberal. O governo Lula “optou por uma programa de saída do neoliberalismo baseado na aliança do capital produtivo contra o especulativo” Embora o governo Lula tenha praticado diversas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, estas não foram suficientes para diminuir os níveis de subalternidade do campesinato ao agronegócio e tampouco para realizar uma reforma agrária plena. (FERNANDES, 2013, p.193).

Em uma conjuntura internacional desfavorável pela hegemonia dos EUA, e mais tarde pela demanda internacional dos produtos do agronegócio, o Governo Brasileiro não deu andamento internamente à política de desapropriações. No entanto, conseguiu avançar com relação ao acesso das políticas públicas para o campesinato, como os mercados institucionais²², as mais variadas modalidades do PRONAF e a abertura de crédito para o cooperativismo.

No caso da política de Reforma Agrária, os governos do PT pouco tiveram diferenças dos governos do PSDB, existindo ainda mais fortalecimento do agronegócio, levando ainda mais investimentos. As políticas do governo do PT trouxeram ainda um discurso de submissão do campesinato ao agronegócio com a ideia de agricultura familiar. (FERNANDES, 2013).

Outra questão fundamental para analisar os dados oficiais é o que o Governo incorpora como resultado da Política de Reforma Agrária. Nesse quesito, não se trata apenas de áreas desapropriadas pelo INCRA, mas também são incluídas as ações de regularização, reordenamento e reassentamento. (OLIVEIRA, 2008).

Mesmo contabilizando como reforma agrária as políticas de regularização, reordenação e reassentamento, os números da Reforma Agrária no período Dilma são ínfimos comparados ao problema agrário brasileiro. Dirigentes de organizações camponesas relatam que o Governo Dilma teve os piores anos para a política de reforma agrária desde a redemocratização.

Tabela 6 - Famílias assentadas nos Governos do PT.

Ano	Governo	Famílias assentadas no Brasil	Famílias assentadas em Sergipe
2003	Período do Governo Lula (PT)	36.301	63
2004		81.254	521
2005		127.506	1.400

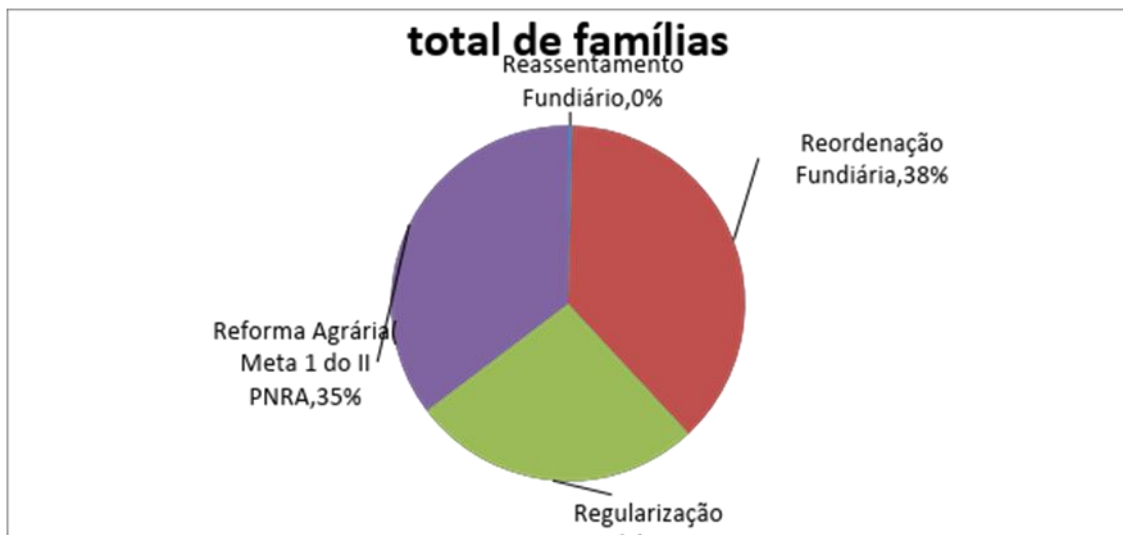
²² Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

2006		136.358	456
2007		67.535	158
2008		70.157	639
2009		55.498	1.404
2010		39.479	368
2011	Período do Governo Dilma Rousseff (PT)	22.021	300
2012		23.075	214
2013		30.239	400
2014		32.019	576
2015		26.335	600
TOTAL	Período 2003-2015	747.777	7.099

Fonte: elaborado pelo autor, 2017. Adaptado do IBGE.

Contrapondo-se aos dados oficiais do Governo Federal, e alertando que os números da Reforma Agrária eram uma grande mentira, Oliveira (2008) demonstrava que a propaganda realizada pelo Governo Federal dava conta do assentamento de Reforma Agrária para 519.000 novos assentados, mas apenas 183.000, visto que os outros números são correspondentes a Reassentamento, Reordenação e regularização fundiária, como se pode verificar no gráfico 22:

Gráfico 22 - Famílias atendidas pelo INCRA em programas de reordenação, regularização, reassentamento e reforma agrária até 2008



Fonte: Adaptado pelo autor a partir da pesquisa realizada por Oliveira (2008). 2017.

Só no ano de 2015, por exemplo, a partir dos dados oficiais apresentados pelo INCRA, 600 famílias foram beneficiadas com a política de reforma agrária pela Superintendência regional de Sergipe, e dessas 397 foram assentadas nos assentamentos criados naquele ano²³.

O autor afirma categoricamente que a propaganda do Governo sobre a Reforma Agrária era falsa, alertando para as seguintes questões:

A realidade “nua e crua” que os movimentos sociais e sindicais de luta pela terra têm que acreditar é que apenas pouco mais de um terço da reforma agrária prometida foi feita no primeiro mandato do governo PT. Têm que acreditar também, que o MDA/INCRA continua mentindo e escondendo a verdade sobre os números da reforma agrária. (OLVEIRA, 2008. p. 5).

Lideranças de Movimentos Sociais, como o MST, e lideranças religiosas, como representantes da CPT, também contestaram os números enganosos da propaganda do Governo do PT. As críticas se concentravam no abandono do Governo com a pauta da Reforma Agrária²⁴, em que o Governo passou mais tarde a defender o “melhorismo” das áreas que já tinham se transformado em Assentamento. De uma forma geral, durante os quatro inconclusos mandatos do Partido dos Trabalhadores, a pauta da Reforma Agrária “andou em passos de tartaruga”²⁵.

O debate que se coloca é sobre a importância da Reforma Agrária no Brasil do Século XXI, que tem um contexto em que o agronegócio ganha importante papel no cenário econômico, colocando aos Governos do PT a prioridade com o agronegócio e o combate a pobreza rural, sem realizar mudanças na estrutura fundiária²⁶.

Essa transformação da agricultura brasileira também provocou transformações para a vida dos povos do campo. Associado ao fenômeno da migração na segunda metade do século XX, as populações do campo também passavam a sofrer pela entrada do pacote tecnológico da Revolução verde, que diminuiu a necessidade da força de trabalho no campo.

Todas as características demonstradas, que refletem o avanço do agronegócio no Brasil, trazem novamente o debate sobre o camponês e a sua existência. Há muitos questionamentos sobre os autores que estudam o campesinato, ressaltando que é um ser

²³ A Superintendência Regional de Sergipe também é responsável por alguns municípios que estão na fronteira dos estados BA-SE, e no ano de 2015 dos 9 assentamentos criados, 2 estão localizados no município de Rio Real-BA, beneficiando 74 famílias.

²⁴ As críticas se acentuaram até o segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, o que demonstra um total abandono a pauta da democratização da terra.

²⁵ Frase utilizada por representante do MST para caracterizar a questão agrária do terceiro governo do PT.

²⁶ Esse era um cenário típico do

atrasado, que já não existe ou que está definhando, e que, conseqüentemente, está sendo substituído por um novo sujeito, moderno, integrado ao mercado, que é o agricultor familiar.

O debate sobre o novo momento vivenciado pelo campesinato e pelo desenvolvimento capitalista brasileiro durante esse período neodesenvolvimentista é registrado nas organizações de trabalhadores rurais, seja no âmbito sindical ou no âmbito da luta por Reforma Agrária, do mesmo modo que esse debate ganha espaço na academia e nos ambientes governamentais.

A partir do cenário de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, com uma associação entre o capital financeiro, conglomerados industriais e uma classe latifundiária. O termo Agronegócio se materializou a partir da influência de grandes grupos empresariais, reunidos na Associação Brasileira de Agribusiness -Abag-, ainda em 1993. (SAUER, 2008).

Dentre esse processo de construção e apropriação de conceitos, noções e representações, nesse sentido também foi introduzido o termo agricultura familiar, importando-a dos Estados Unidos, utilizando aqui no Brasil pra fazer uma contraposição ao agronegócio, relacionando aos setores rurais da pequena produção ou produção de subsistência. (SAUER, 2008).

Esse debate trouxe uma nova realidade para o conjunto das organizações políticas dos povos do campo. O Movimento Sindical, organizado pela CONTAG, passou a adotar o termo Agricultura familiar, destacado a reforma agrária como um “mecanismo de fortalecimento e ampliação da agricultura familiar”. (SAUER, 2008, p. 30). No mesmo sentido, é importante destacar que o debate não foi fácil à época, e dentre outras coisas, em 1995 o Brasil viu nascer o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, que surgia pela insuficiência do Movimento Sindical Rural com relação as pautas do campo, no mesmo sentido, o MPA “tinha como principal objetivo consolidar um movimento de luta pela mudança do modelo agropecuário no Brasil”. (SAUER, 2008, p. 31).

Com relação ao comportamento do poder público a esse debate, o Governo Federal passou a adotar o termo agricultura familiar e incorporou através da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, uma reivindicação histórica dos pequenos produtores no campo, estabelecendo um crédito especial para a pequena produção.

O caminho para a Legitimação do termo agricultura familiar também passou pelo embate acadêmico, em que diversos pesquisadores protagonizaram debates acerca desse novo mundo rural que se estabelecia, marcado entre outras coisas, pelo avanço do desenvolvimento tecnológico e a integração da pequena agricultura com a grande indústria.

Dentro desse novo debate que coloca em destaque o termo agricultura familiar, percebe-se que traz consigo um conteúdo ideológico de superação do campesinato, pela sua inadequação ao novo momento, remetendo o debate a um camponês arcaico. Essa diferença entre o camponês e o agricultor familiar, é debatida por alguns autores, entre eles Abramovay (1992):

[...] integram -se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida e converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: A competição e a eficiência convertem-se em normas, condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p. 126-7 e 131).

As palavras de Abramovay (1992) demonstram transformações nas relações sociais de produção do meio rural estudado por ele. No mesmo sentido que ele relata um novo momento da pequena agricultura, marcado pela especialização da produção e a integração no mercado, indicando um momento transformador, onde o produtor deixava de ter modo de vida para ter profissão, assim como o autor relata transformações importantes no mercado, que deixa de ser a vizinhança e ganha a característica impessoal; assim como a divisão social do trabalho passa a ser do mesmo modo com que é realizado no modo de produção capitalista.

O autor também discorre sobre as tendências para o campo brasileiro e a relação do desenvolvimento capitalista com a permanência do campesinato. Segundo o autor:

[...] O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. [...] Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. (ABRAMOVAY, 1992. P. 131).

O autor compreende que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção à medida que avança sobre o campo obrigaria o campesinato a modificar as suas relações sociais de produção, além de “minar as bases simbólicas” da sua reprodução social.

Na mesma medida que não existe na sua interpretação da realidade uma tendência à proletarianização do campesinato, existe uma perspectiva de especialização da produção da pequena propriedade, integrada a indústria, que modificaria gradativamente as relações

sociais de produção no campo. À medida que “aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua base social de desenvolvimento”. (ABRAMOVAY, 1992. p. 131).

Essa perspectiva de desenvolvimento rural encabeçado pelo avanço das relações capitalistas no campo é questionada dentro da academia por diversos pesquisadores que compreendem com maior relevância o papel desempenhado pelos movimentos sociais que lutam por Reforma Agrária, em que várias pesquisas apontam para desenvolvimento rural e territorial a partir, também, do processo de luta pela terra.

O pesquisador Fernandes (2013) entende o conflito como um processo interno ao desenvolvimento “que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida. Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento ‘territorial’ rural e nestes se desdobram.” Ao analisar o caso das famílias organizadas pelo MST em Assentamentos, Fernandes afirma que:

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta terra, elas realizam – também – novos assentamentos cuja maior parte é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e, por essa razão, usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo momento. (FERNANDES, 2013, p. 175 e 176).

No mesmo sentido, a partir da análise realizada por Fernandes (2013), percebemos outro fenômeno social que é a criação/recriação do campesinato, o autor demonstra que esse fenômeno se dá a partir da reprodução ampliada das contradições do capital, mas também a partir da luta pela terra, como é destacado abaixo:

A formação do campesinato não acontece somente pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo. A outra condição de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de criação política do campesinato: a luta pela terra. É por meio da ocupação da terra que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da lógica do capital. (FERNANDES, 2013. p.181).

Percebe-se, no entanto, que o desenvolvimento capitalista não ocorre de forma consensual e à medida que o capital se territorializa, também provoca a desterritorialização dos povos do campo e da floresta; no entanto, o mesmo processo que desterritorializa esses povos, também provoca resistência desses povos à territorialização do capital.

Essas contradições do desenvolvimentismo provocaram conflitos em todo o país, seja de trabalhadores assalariados, ou dos trabalhadores que foram desterritorializados a partir das grandes obras que marcaram esse período. A realização da copa do mundo em 2014 no Brasil é um exemplo desse processo, pois à medida que avançavam as grandes obras, também era fomentada a organização sindical dos operários e a criação do “Comitê dos Atingidos pela Copa”, que criou o movimento “Não Vai ter Copa” com o objetivo de lutar contra o avanço dessas obras nas comunidades.

Outro exemplo da política desenvolvimentista implementada pelos Governos do PT foi a aceleração de construção de grandes barragens para a produção de energia elétrica, expulsando milhares de famílias das suas localidades. Foi também no Governo Lula que foi admitido que o Estado brasileiro tinha dívidas históricas com os atingidos por barragens, e em 2010 foi assinado o decreto que exigia um cadastro dos atingidos por barragens. (HOHN, 2016).

Esse modelo energético que expulsa povos ribeirinhos das suas terras e do seu modo de vida, provocou a organização do 1º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1989; e em 1991 o 1º Congresso Nacional dos atingidos por Barragens, que culminou na formação do MAB, como uma organização de caráter nacional que lutou por reassentamentos, indenizações, etc. Hoje em dia, além de lutar contra o modelo energético dominante também faz lutas que questionam o preço da energia e a tarifa. (AA FOSCHIERA, 2009).

Outras lutas também ocorrem com relação aos atingidos pela mineração. Essa pauta já mobilizava os povos do campo de outros países da América Latina, e recentemente passou também a mobilizar os povos no campo no Brasil a partir da organização do MAM-Movimento pela Soberania Popular da Mineração-, que foi fundado em 2012 e já atua em nove estados da federação.

O controle da água para grandes projetos de irrigação também vem provocando reação da sociedade civil através de ações dos Movimentos Sociais e da população, da sociedade. Em Correntina – BA, a população demonstrou em uma onda de mobilizações o seu descontentamento com o monopólio das águas pelo agrohidronegócio²⁷.

A partir desse entendimento dos movimentos sociais, de partidos políticos de esquerda e de uma fração do sindicalismo, está havendo um esforço para entender melhor o monopólio

²⁷ Em Correntina e em outras cidades localizadas na bacia hidrográfica do São Francisco, está havendo mobilizações, audiências públicas e outros tipos de intervenções por conta da situação atual do Rio São Francisco, que vem baixando o seu nível.

pelo agronegócio das águas, e nesse sentido está sendo organizado o FAMA – Fórum Alternativo Mundial das Águas.²⁸ Esse processo de avanço do capital sobre as águas, também pode ser observado a partir do monopólio das fontes de água por grandes empresas multinacionais. (THOMÁZ JUNIOR, 2010).

A política econômica com matriz desenvolvimentista, fomentada pelos Governos do PT, fortaleceram o agronegócio devido ao seu papel na balança comercial e na geração de superávit primário, ao mesmo passo que buscou criar mecanismos de fortalecimento da agricultura familiar, através de créditos específicos e políticas públicas para manutenção da população no campo.

Com o golpe parlamentar que houve no Brasil em 2016, o ciclo desenvolvimentista deu espaço a uma série de retrocessos relacionados a retirada de direitos dos trabalhadores e a entrega de riquezas naturais e minerais. Ao passo que o Governo Michel Temer também aprovou no Congresso Nacional a PEC do fim do mundo²⁹, reduziu o orçamento para a reforma agrária e provocou uma ofensiva para a privatização de empresas públicas estaduais de água e saneamento.³⁰

Frente aos processos de desterritorialização que vem ocorrendo, apesar do avanço do agronegócio no campo e do processo de desenvolvimento capitalista desde 2003/2004, o campesinato ainda assim busca a sua criação e recriação. Uma prova disso são as ocupações protagonizadas pelo MST, que além de questionar o latifúndio, também questiona a matriz produtiva e a política econômica do Governo Federal, que vem optando durante os últimos anos em paralisar a política de reforma agrária.

No Alto sertão sergipano não é diferente. Como veremos no capítulo III, a luta pela terra realizada pelos camponeses sem terra, e protagonizadas pelo MST, tem conquistado o assentamento de milhares de famílias para os trabalhadores rurais sem-terra.

²⁹ A PEC da Morte é uma Proposta de Emenda a Constituição que tinha por objetivo o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos.

³⁰ O Governo Temer buscou a privatização de empresas públicas estaduais de água e saneamento nos estados de Sergipe, Piauí, Alagoas, Minas Gerais. No caso Sergipano, o Governo Federal buscava a privatização da DESO, mas a medida por ser extremamente impopular e contar com resistência dos servidores da empresa e de movimentos sociais, está atualmente descartada. Outros Governos estaduais também chegaram a descartar a medida proposta pelo Governo Federal, como é o caso do Governo de Alagoas, que recusou a privatização da sua empresa local de água e saneamento.

4 CONFLITUALIDADE NO ALTO SERTÃO SERGIPANO

A territorialização do campesinato inaugura um novo período no desenvolvimento regional do alto sertão sergipano, uma vez que modificou a estrutura fundiária, desterritorializando o latifúndio e dando passos largos para a construção de um território reformado.

No entanto, essa transformação territorial apresenta novas características na territorialização do capital, que agora passa a se territorializar a partir do território camponês, introduzindo o seu pacote tecnológico na agricultura e monopolizando a industrialização do leite.

4.1 Raízes da luta pela terra no Brasil

Os conflitos pela posse da terra sempre foram presentes na história do Brasil, já que a estrutura fundiária brasileira pautada sob a égide do latifúndio faz produzir inúmeras contradições e conflitos na nossa sociedade que perduram até os dias atuais.

A colonização brasileira foi marcada pela divisão territorial em Capitânicas Hereditárias, e subdivididas em Sesmarias. As terras eram repassadas pela Coroa portuguesa à pessoas ligadas politicamente ao projeto colonizador. Entretanto, para Portugal realizar essa colonização os povos originários foram dizimados e posteriormente, as riquezas naturais e minerais foram gradativamente sendo exploradas e vendidas, como é o caso do Pau Brasil e do Ouro.

Nenhum desses processos ocorreu de forma consensual, ao contrário, a história do Brasil mostra que esses processos foram conflitos. É importante destacar a resistência indígena, lutando contra a invasão portuguesa nas suas terras e contra a escravidão; do mesmo modo que é importante ressaltar a resistência negra contra a escravidão imposta pelos senhores

A história do Brasil também reserva inúmeros conflitos pela posse da terra. O caso de Canudos ficou bastante conhecido, pelo fato do Governo federal escalar as suas tropas para uma Guerra contra aquela comunidade, que deixou com vida apenas algumas pessoas. Outros conflitos também ganharam notoriedade, como é o caso do Contestado, Pau de colher.

Outros tipos de Manifestações de tom religioso ou de revoltas populares também ocorreram em várias partes do Brasil. O Nordeste, por sua vez, presenciava o fortalecimento

do messianismo e do cangaço, que cada uma ao seu modo, eram também formas de contestação social.

4.2 A Disputa territorial no alto sertão sergipano

A luta pela terra ganha características diferenciadas das lutas urbanas, porque enquanto nas cidades o território dos trabalhadores são suas moradias e o trabalho é predominantemente um território do capital; no campo, a moradia e o trabalho fazem parte do mesmo território camponês. (FERNANDES, 2013).

A luta pela terra também é uma luta territorial, de modo que “Os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos.” A resistência indígena e Quilombola para não perder o seu território também se transformam em uma luta por identidade, visto que o “desapossamento também destrói sujeitos, identidades, grupos sociais e classes sociais”. (FERNANDES, 2013.p. 181).

A luta pela terra no alto sertão envolveu povos tradicionais, posseiros e trabalhadores sem-terra. Nas décadas de 1970 e 1980 passa a ocorrer conflitos localizados pela posse da terra em várias localidades do estado de Sergipe. Esses conflitos envolviam lutas de Quilombolas e Indígenas pelo reconhecimento dos seus territórios rurais; outra luta passou a existir questionando o latifúndio improdutivo e pressionando o Governo por políticas de Reforma Agrária, protagonizada por trabalhadores rurais sem-terra e posseiros.

Não há condições de analisar, no entanto, o período recente da questão agrária sergipana sem demonstrar o papel marcante que a Igreja Católica, através da Arquidiocese de Propriá, teve em prestar solidariedade e ajudar na organização dos trabalhadores em toda a abrangência da Arquidiocese, pois se constituía “como a principal indutora e/ou apoiadora da criação de entidades de representação sindical rural e dos movimentos de organização de trabalhadores rurais”. (LOPES, 2008).

A abrangência dessa Arquidiocese vai além do baixo são Francisco, onde Propriá está localizada e perpassa outras regiões do estado de Sergipe, como o médio e o alto sertão. A importância da igreja nessas lutas pela terra se deu por dois motivos: O primeiro por representar uma importante instituição, respeitada pelas forças políticas e econômicas locais; e o segundo se dá pelo fato da arquidiocese escolher o lado dos trabalhadores, atuando em sua defesa nos diversos conflitos que existiram.

Esse período também é marcado pelo processo de redemocratização no Brasil, e provocou em Sergipe a convergência de várias forças para a reorganização dos trabalhadores.

Esse movimento tem sintonia com a Renovação do sindicalismo, a partir das “oposições sindicais” que além da classe operária, também chegava no campo sergipano; do mesmo modo que formou-se em Sergipe um Comitê de apoio a luta pela Reforma Agrária. Essa articulação embrionária da luta pela terra foi sustentada politicamente pela Arquidiocese de Propriá, em que o Bispo Dom José Brandão de Castro foi um dos fundadores da CPT nacional, em 1975. (TANEZINI, 2014).

O caso dos índios Xocós em Porto da Folha é uma importante semente da luta pela terra no alto sertão sergipano, visto que essa tribo passou mais de 100 anos tentando articular o seu retorno para as terras de origem, mas a violência do latifúndio sempre os impedia. No entanto, “a lei nº 6001 de 1973 propôs a garantia das terras indígenas e estabeleceu o prazo de cinco anos, até 21 de Dezembro de 1978 para a efetivação de todas as demarcações das terras indígenas” (TANEZINI 2014, p. 425), algo que deu ânimo para a organização indígena.

No início da década de 1970 os Xocós retomaram as tentativas de mobilizações pela terra, contando com o apoio do STTR de Porto da Folha. Em 1978 os Xocós ocuparam a Ilha de São Pedro, mas foram novamente expulsos pelos fazendeiros, e retornaram definitivamente com o apoio da Arquidiocese de Propriá, após a realização da Romaria em homenagem ao missionário italiano Frei Doroteo de Loreto em 1979. No mesmo ano a FUNAI reconheceu aquele território como indígena e o Governador Augusto Franco desapropriou a Ilha de São Pedro. Esse foi um importante marco para a reterritorialização no alto sertão sergipano.

É como fruto desses processos de luta pela terra e organização da classe trabalhadora que surge em 1985 o MST no Estado de Sergipe, participando da primeira ocupação de terra na Fazenda Barra da Onça, no Município de Poço Redondo, que foi organizada em conjunto com o STTR de Nossa Senhora da Glória e a CPT. Essa seria uma ocupação construída em conjunto pela unidade de diversas organizações sociais existentes na região.

Logo após, o MST também participou em conjunto com outras forças da Ocupação na Fazenda Borda da Mata, localizada no Município de Canhoba; e também ajudou à organização de posseiros do Município de Nossa Senhora da Glória; No entanto, foi somente em 1987 que o MST passa a ser protagonista da luta pela terra em Sergipe, como descreve Fernandes (2000):

Todas essas experiências foram fundamentais para o processo de formação do MST - SE. Todavia, de acordo com a concepção de movimento elaborada pelos sem-terra desde o Primeiro Encontro Nacional, os trabalhadores precisavam criar um movimento autônomo. A luta pela terra é feita pelos camponeses, as entidades de apoio são essenciais, mas não deveriam coordenar as ações.[...] (FERNANDES, 2000, p. 94 e 95)

Fernandes (2000) demonstra de forma clara a importância dos camponeses desenvolverem a sua própria organização, pois o MST não apenas apoiava a luta dos trabalhadores rurais, mas era a própria luta. Enquanto os Partidos políticos, CPT e o sindicalismo tinha uma atuação mais ampla, o MST tinha uma atuação mais específica, por ter na sua natureza a organização das familiares sem-terra e a luta por Reforma Agrária.

Fernandes (2000) também discorre sobre o processo que consolidou a formação do MST no estado de Sergipe, afirmando o seu caráter organizativo e a sua política de alianças. Segundo o autor:

No Sertão Sergipano, no município de Itabi, em setembro de 1987, aconteceu o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Sem-Terra, que reuniu noventa e duas pessoas de seis municípios. Nesse evento, os sem-terra decidiram construir uma política de relação com o movimento sindical rural e urbano, com a Igreja e buscar o máximo de alianças em apoio à luta pela terra e à luta pela reforma agrária. Mais tarde, em 1987 o MST organizou a sua primeira ocupação na Fazenda Monte Santo, localizada no município de Gararu. (FERNANDES, 2000, p. 23)

No início da sua formação o MST organizou a luta pela terra em conjunto com outras organizações sociais e políticas, como Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a CPT e o PT. Após o seu 1º Encontro estadual, o MST começa a ter uma estrutura organizativa própria e passa a liderar a organização dos trabalhadores na luta pela terra em vários municípios do estado de Sergipe. Entre os anos de 1985 a 1994 ocorreram 29 ocupações de terra, sendo a maioria sob a liderança do MST, organizando 2.820 famílias em acampamentos. (LOPES, 2008)

Analisando a territorialização do MST no Brasil, Fernandes (2000) entende o papel desempenhado pelos movimentos sociais como um fator determinante para o acesso a terra. Em sua pesquisa, ele identifica que:

aproximadamente 77 % dos assentamentos implantados nas regiões Sul e Sudeste, nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, e nos estados do Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, no período 1986 – 1997, foram originados por meio de ocupações de terra. (FERNANDES, 2000. p 290).

Em Sergipe, o conflito foi fator determinante para a realização da política de Reforma Agrária. A luta organizada pelos Movimentos Sociais conseguiu pressionar o Governo para criar 28 Projetos de Assentamento e assentar mais de 700 famílias entre 1985 a 1997. (FERNANDES, 2000).

A relação entre os trabalhadores rurais sem terra e os Governos não se construiu com harmonia durante a história do MST. Embora a Constituição Federal de 1988 estabelecesse

critérios para a desapropriação de imóveis que não cumprisse a função social, os Governos trataram de forma irrelevante o problema fundiário, hesitando grandes transformações na estrutura fundiária.

No mesmo sentido, a Constituição também garantia o direito a organização política e livre manifestação, mas alguns governos trataram a organização dos trabalhadores em movimentos sociais, assim como as ações que questionavam o latifúndio, como questão de polícia.

Os trabalhadores sem-terra, por sua vez, organizaram diversas táticas de luta pela terra em todo o país para resistir a ofensiva dos Governos e dos Latifundiários e conseguir travar de forma vitoriosa a luta pela terra. No caso do estado de Sergipe a ocupação da Fazenda Santana do Cruiri em 1989 merece um destaque, pois diversos acampamentos transformaram em apenas um, com o objetivo de pressionar negociação com o Governo e avançar na pauta da reforma agrária.

O alto sertão sergipano representou durante a década de 1990 a maior parte das famílias acampadas no estado de Sergipe, sendo que:

No período 1995/1999, 37% das ocupações feitas em Sergipe estavam concentradas em 6 municípios do semi-árido, sendo Poço Redondo e Canindé do São Francisco os que apresentavam o maior número dos conflitos sociais agrários, com cinco ocupações cada. Essa porcentagem subiu para 40,8%, em agosto de 2005, tendo os municípios de Poço Redondo, com 21 conflitos, Canindé do São Francisco, com 12, Nossa Senhora da Glória, com nove e Monte Alegre de Sergipe com sete, como os principais concentradores das áreas de conflitos. (LOPES, 2008.p.13).

Outra questão fundamental na luta pela reforma agrária é a relação de solidariedade estabelecida entre diversas organizações sociais, que permitiram não isolar o MST e a pauta da Reforma Agrária da sociedade, ao mesmo passo que essa solidariedade também se expressava contra a violência expelida aos trabalhadores. Como já foi mencionado, em Sergipe foi construído o Comitê em apoio a luta pela reforma agrária.

Se o MST surge na década de 1980 em conjunto com as outras organizações sociais para ajudar no processo de organização dos trabalhadores rurais e em 1987 ele inicia a sua trajetória sendo protagonista da luta pela terra; é na década de 1990 que o MST vai, de fato, expandir a sua atuação para todo o estado de Sergipe e ampliar cada vez mais a sua base social no alto sertão sergipano. Como resultado da luta pela terra, entre os anos de 1985 e 1996 foram assentadas 437 famílias no alto sertão sergipano

A luta pela terra representada pelas ocupações também se transformaram numa alternativa ao desemprego crescente na sociedade brasileira por conta da política econômica

neoliberal que vinha sendo implementada por FHC. Vários trabalhadores rurais que tinham sido desterritorializados pelo avanço do capitalismo no campo, tinham as ocupações como alternativas para se reterritorializar.

O Processo de reestruturação produtiva do capital provocou transformações organizacionais no trabalho. Um novo cenário que se expressa através da “desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação do trabalhador, e em outras formas precarizadas, bem como a desposseção³¹”. Esse momento econômico provocaria transformações territoriais, em que os trabalhadores buscavam locais mais baratos para a sua reprodução social, ao mesmo passo que houve o fortalecimento de Movimentos Sociais de luta por moradia. (THOMÁZ JÚNIOR, 2003).

A desterritorialização dos trabalhadores urbanos também provocou o crescimento da luta pela reforma agrária em todo o país, em que diversos operários que já tinham sido camponeses, buscaram na luta pela terra a forma de reterritorializar; assim como alguns trabalhadores urbanos, que não tinham a origem camponesa buscaram a territorialização a partir da luta pela terra.

O desemprego provocado com o fim das obras da Usina Hidroelétrica de Xingó foi uma das razões motivadoras para os trabalhadores se organizarem para lutar pela terra. O MST realizou a ocupação nas instalações da CHESF em 12 de Março de 1996 com cerca de 2.400 famílias oriundas dos municípios do alto sertão sergipano, de Pernambuco, Alagoas e Bahia. (TANEZINI, 2014).

Tanezini (2014) também demonstra a partir de Nobre (2008), que a ocupação da CHESF também tinha um “forte apelo político”, por ser uma das maiores ocupações de terra do país e pelo fato da CHESF representar “o poder instrumental dos interesses do capital”. (TANEZINI, 2014. p. 458).

O MST organizava a luta pela terra naquele momento com uma tática de fortes mobilizações de rua, para chamar atenção da sociedade sobre a importância da Reforma Agrária; negociação com os Governos (estadual e federal); e negociação com os latifundiários. Após oito meses de acampamento, no dia 09 de Maio de 1997 os trabalhadores conquistaram a primeira desapropriação fruto desse novo momento da luta pela terra, no caso da Fazenda Cuiabá, que assentou 200 famílias. (TANEZINI, 2014).

Um acordo fora firmado entre o MST e o Governo com a desapropriação, que era desocupar as instalações da CHESF e todas as famílias seguirem para a Fazenda Cuiabá

³¹ Antonio Thomaz Junios, página 2 – transformações territoriais.

enquanto não fosse desapropriadas outras fazendas. Os acampados que ficaram na lista de espera, logo se reuniram e ocuparam a Fazenda Alto Bonito do Formoso com 1.811 famílias.

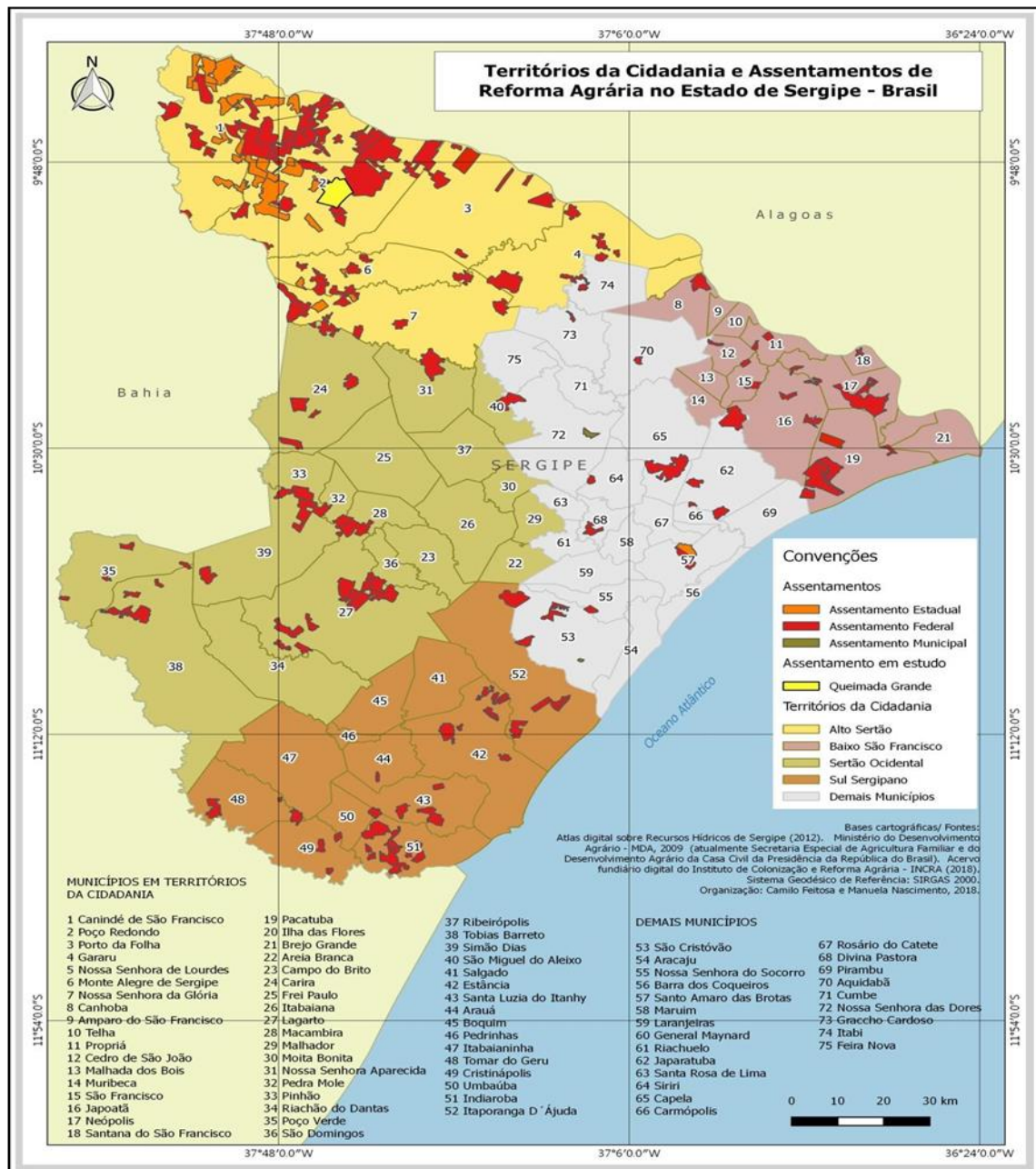
O novo acampamento ocorria às margens da Rodovia SE-230 e fez parte de uma nova tática do MST na região, formando um Grande Acampamento-Mãe, que reivindicava a desapropriação dos latifúndios improdutivos na região

Em meio a caminhadas nos municípios de Canindé e Poço Redondo, trancamento de rodovias, Marcha para Aracaju, ocupação de prédios públicos e Audiência Pública, os trabalhadores saíram com a conquista de várias áreas para desapropriar e se transformar em assentamentos de Reforma Agrária.

Em todo o estado de Sergipe o MST apresentava importantes avanços na organização dos camponeses sem terra para a luta pela reforma agrária. Essa organização traduzida em conflitos pela terra questionava o latifúndio e pressionava o poder público em todo o estado de Sergipe para a realização da política de reforma agrária.

Vários assentamentos foram conquistados em todo o estado de Sergipe, totalizando mais de 11.000 famílias assentadas, em todas as regiões, abrangendo 51 municípios, como pode ser observado no mapa 5.

Mapa 5 - Territórios da cidadania e Assentamentos de Reforma Agrária em Sergipe



Fonte: INCRA,2018.

Alguns assentamentos foram conquistados em áreas emblemáticas, com muitos anos de conflito. Duas dessas áreas transformaram-se na prioridade do MST de Sergipe nas suas reivindicações: Fazenda Santa Clara, com mais de 11 anos de ocupação e 260 famílias acampadas, foi desapropriada em 2006; e a Fazenda Tingui, com 200 famílias acampadas, foi desapropriada em 2015, ambas localizadas em regiões produtoras de Cana-de-açúcar.

O MST, por sua vez, está presente atualmente em 57 municípios, mobilizando uma base social de mais de 17.000 famílias, levando em consideração que há 11.000 famílias assentadas e 7.000 famílias acampadas em todo o estado, atualizando a sua pauta, com

reivindicações que vão além da desapropriação de fazendas para a reforma agrária, mas também incluem o direito a água, educação, saúde, água, moradia, comercialização da produção e a produção agroecológica.

No alto sertão, a política de Reforma Agrária trouxe mais resultados para os camponeses sem terra. Além de muitas desapropriações que ocorreram nesse território após a ocupação da CHESF, as ocupações do MST voltaram a mobilizar os camponeses nos anos 2000, fomentando outro momento para a Reforma Agrária da região.

O Convênio de Terras 04000/2007 estabelecido entre o Governo do Estado de Sergipe e o Governo Federal foi uma novidade na política agrária do Governo Federal em Sergipe, e se deu em uma conjuntura favorável, por conta do fortalecimento das mobilizações e da derrota eleitoral do Governador João Alves Filho – DEM, pois no seu mandato havia realizado a desapropriação de uma grande área abrangendo os municípios do Sertão Sergipano para um projeto de agricultura empresarial irrigada, que contemplaria em 20% os agricultores familiares, e em 80% os empresários.

Nas eleições de 2006 o candidato do PT, Marcelo Déda, venceu o processo e no seu primeiro ano de governo inverteu o projeto, estabelecendo 80% das terras para os trabalhadores sem-terra e 20% para os empresários, assentando mais de 1.200 famílias. Como destaca Ramos Filho (2012) ao interpretar o Convênio:

[...] atua na área de abrangência do Decreto Nº 22.722, de 10 de março de 2004, que declarou de utilidade pública uma área de 332.762,72 hectares, para fins de implementação de projetos ou obras de infraestrutura hídrica para o desenvolvimento de pecuária e agricultura irrigada [...] A meta física prevista é o assentamento de 1.200 famílias, no território do Alto Sertão Sergipano definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA [...] A execução do convênio coube a SEAGRI, respeitando-se as obrigações do INCRA, tendo o valor total de R\$ 50.502.166,00.

Ramos Filho (2012) vai classificar o tipo de Reforma Agrária estabelecida pelo Convênio entre uma “reforma Agrária de tipo Convencional”, que, segundo o autor tem buscado conciliar as diferentes forças sociais sem alterar as formas tradicionais de poder da sociedade.

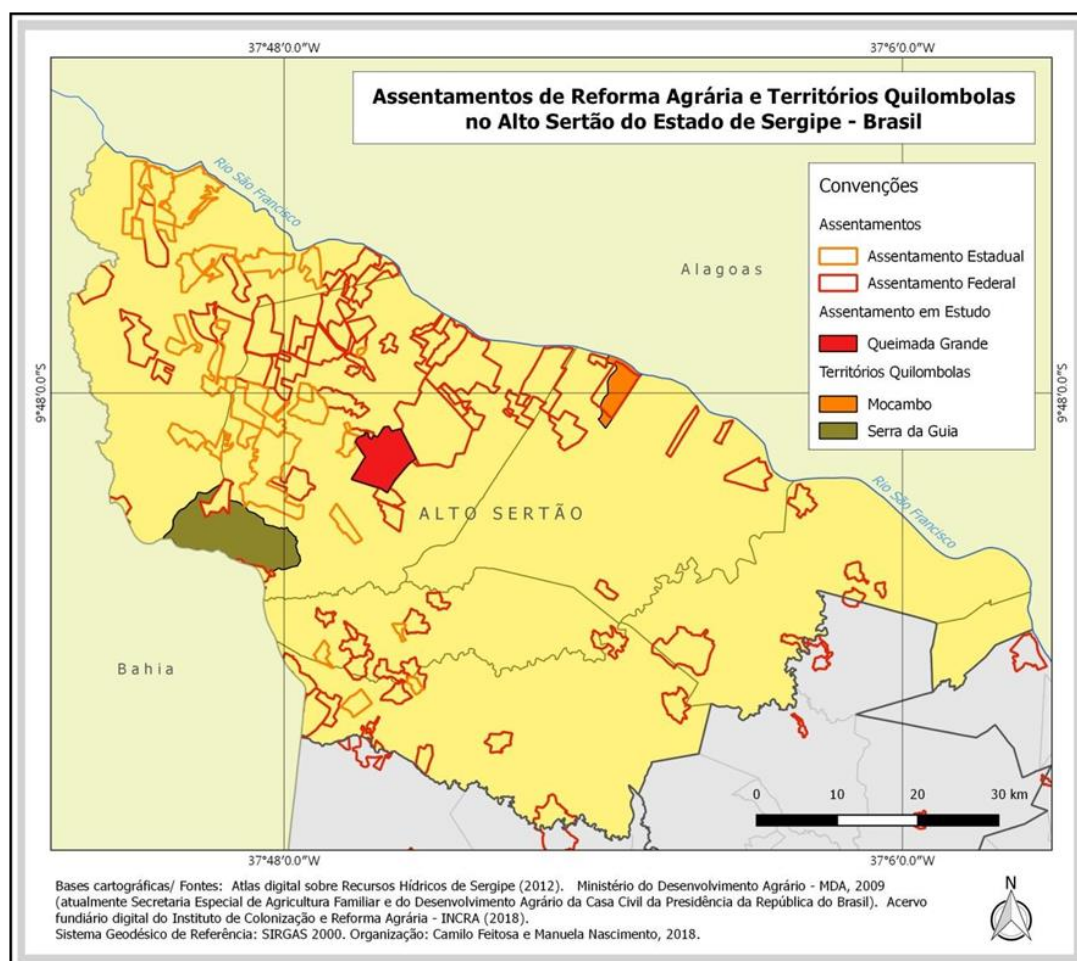
No entanto, para Tanezini (2014), o procedimento realizado se trata de um novo mecanismo jurídico, e que o processo de conflitos no território pela terra continuam em busca de um território reformado, em que as conquistas dos projetos de assentamento foram resultados da luta pela terra. Segundo a autora:

Os 54 imóveis desapropriados tornaram-se 29 colônias estaduais, no Alto Sertão Sergipano, para assentar 1200 famílias, com contratos de concessão do direito real de uso, por conta do respaldo jurídico de um decreto estadual

de utilidade pública utilizado, de forma inédita, em função da reforma agrária, mas também constam da listagem geral dos assentamentos do INCRA, cuja forma de obtenção, é “Reconhecimento”/“Recuperação” e não desapropriação, porque quem desapropriou foi o governo estadual que incorporou esses imóveis ao Patrimônio do Estado de Sergipe. As colônias agrícolas estaduais reconhecidas pelo INCRA passam a ter direito aos programas de créditos e assistência do governo federal. A continuidade da luta massiva e radical do MST pela terra com acampados ocupando diversos latifúndios, o movimento encontrou uma nova possibilidade de acesso a terra, por um novo mecanismo jurídico de desapropriação. (TANEZINI, 2014, p. 604, 605 e 606).

Os resultados da política de reforma agrária nas últimas décadas podem ser observados a partir do mapa abaixo, que faz a distinção entre os assentamentos criados pelo INCRA, os assentamentos estaduais criados a partir do Convênio de terras e os territórios quilombolas do Mocambo e Serra da Guia.

Mapa 6 - Assentamentos e territórios quilombolas no alto sertão



Fonte: INCRA, 2018.

E Como resultado da luta pela terra e, conseqüentemente, das políticas de reforma agrária o território do alto sertão passou a ter diminuição das propriedades rurais com mais de 1.000 hectares na região, iniciando o caminho para a construção de um território reformado.

Tanezini (2014) demonstra que apenas 1,6% da área do território do alto sertão sergipano é formado por grandes propriedades rurais de mais de 1.000 hectares, sendo que os municípios de Gararu, Monte Alegre e Nossa Senhora da Glória que tinham o latifúndio improdutivo como uma marca, hoje não tem nenhuma propriedade rural com mais de 1.000 hectares; e que 79,7% do território do alto sertão sergipano correspondia a área de propriedades rurais menores que 250 hectares.

Portanto, Além das desapropriações ocorridas de 1979 até os dias atuais, houveram outros dois momentos significativos de desapropriações de terra no alto sertão sergipano: O primeiro momento se dá quando o MST organiza a sua força na região e provoca uma grande ocupação e conquista o Complexo Jacaré Curitiba; e o segundo momento também é fruto de intensos conflitos de terra, que faz com que os Governos busquem um novo método de desapropriações de terra, e estabelecem o Convênio de terras 04000/2007. É preciso levar em consideração que, no caso do alto sertão sergipano, os assentamentos passaram a existir como resultado dos conflitos pela terra.

Nos dois períodos estudados, tanto nos governos do PT quanto nos do PSDB, a política de Reforma Agrária não foi tratada como algo fundamental. No governo FHC com uma política clara de implementação do receituário neoliberal, e nos governos do PT com uma política mesclada, trazendo “qualidade” para a população rural a partir do acesso as políticas públicas, mas sem mexer na estrutura fundiária do Brasil.

Mesmo com o cenário negativo para a Reforma Agrária em todo o Brasil, no alto sertão sergipano os números da política de reforma agrária são positivos por conta da luta dos trabalhadores pela Reforma Agrária.

Como não há uma realidade de latifúndios na região, o capital buscou outros mecanismos de territorialização, que podem ser verificados a partir da utilização intensiva de agrotóxicos, uso de sementes transgênicas ou até o “monopólio legal³²” da industrialização do leite, como pode ser observado ainda no Capítulo 1, através dos gráficos 1 e 2 e da imagem 1.

³² Mesmo com a ação da Polícia Federal e os órgãos ambientais para proibir o funcionamento de queijarias artesanais, elas resistem e continuam produzindo em todo o alto sertão sergipano, mesmo que ilegalmente.

Além do aumento do uso de agrotóxicos e da mecanização que vai substituindo gradativamente o trabalho manual, observa-se ainda a diminuição da plantação de feijão, fava, abóbora, melancia e o inverso ocorre com as áreas destinadas para o plantio de palma e milho, com o objetivo de alimentar com forragem o ciclo da produção leiteira na região.

Diversas transformações ocorrem no alto sertão sergipano devido a luta pela terra, que tem provocado em toda a região a territorialização do campesinato, e conseqüentemente, a desterritorialização do latifúndio. No entanto, a política de reforma agrária implementada pelo poder público tem se limitado a desapropriação dos imóveis. A realização das políticas públicas que dariam viabilidade social e econômica às famílias assentadas, ou não são realizadas ou ocorrem com lentidão.³³

Apesar da conquista camponesa com os assentamentos de reforma agrária, que foram criados a partir da luta pela terra, e da presença marcante de outros milhares de pequenos agricultores em todo o alto sertão sergipano, o capital também amplia a sua presença no território a partir do processo de industrialização do leite e do pacote tecnológico para a produção agrícola, demonstrando assim que há um conflito territorial no alto sertão.

Com as pesquisas de campo foi possível observar que a mecanização agrícola é relativamente recente no território do alto sertão, mas está se disseminando gradativamente em todos os municípios. Em Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes a mecanização para o plantio é mais acessível que em Poço Redondo, Canindé do São Francisco e Porto da Folha, que a mecanização não está em toda a esfera produtiva.

A mecanização na cadeia produtiva do leite também é parcial, pois há resfriadores instalados nas comunidades e assentamentos de reforma agrária para armazenar o leite resfriado. No entanto, as ordenhas mecânicas estão presentes em poucas unidades de produção.

Ao comparar essa realidade com a realidade analisada por Roos (2015), em sua pesquisa sobre a questão agrária no centro-sul paranaense, percebe-se um grau mais elevado de mecanização entre os assentados no centro sul paranaense, pois a indústria exige, inclusive, a aquisição de mais tecnologia. Analisando os casos em que o capital consegue a sua territorialidade sem precisar se territorializar, a autora afirma que:

³³ São inúmeros os exemplos de assentamentos que as famílias ainda não foram contempladas com a divisão dos lotes para o trabalho ou a aquisição dos créditos iniciais para a produção. No caso do Jacaré Curitiba, que tinha como objetivo a agricultura irrigada, o assentamento foi desapropriado na década de 1990 e a irrigação só começou a ser implementada em 2008.

Existe outra forma do capital manter sua territorialidade e subalternizar a produção camponesa sem a necessária intervenção daquele, por meio das indústrias, nos lotes dos assentados, conforme descrito em relação à fumicultura. Esta outra forma designa-se de territorialidade do agronegócio em território camponês, ocorrendo quando da utilização, por estes, do sistema agrícola do capital. Nesta também está em jogo a apropriação de relações não capitalistas de produção e a sujeição da renda da terra camponesa pelo capital, assemelhando-se aos mecanismos descritos no item anterior, contudo, apresenta diferenças: a relação é de intermediação e não de intervenção. (ROOS, 2015.p.204).

Oliveira (2010), ao analisar a relação entre a agricultura e a indústria nesse novo momento do desenvolvimento capitalista, observa que o processo de sujeição da renda da terra realizado pela indústria da produção camponesa se dá sem que seja necessário expropriar os meios de produção. Segundo o autor:

No processo contraditório de apropriação da renda da terra pelo capital, assistimos portanto, de um lado a unificação do proprietário e do capitalista numa mesma pessoa; de outro lado o processo de sujeição da renda ao capital nos setores de produção não capitalistas, por exemplo, no caso da propriedade familiar de tipo camponês. Nesse caso temos a sujeição da renda da terra ao capital sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção. (OLIVEIRA, 2010.p.9).

Os mecanismos de reprodução capitalista se atualizaram de modo que conseguem a adaptação do seu modelo de desenvolvimento em território camponês, não necessitando, entretanto, ser proprietário da terra ou arrendar a terra dos camponeses. Como é mencionado acima, uma das formas com que o capital mantém a sua territorialidade é através da indústria. No entanto, é preciso um olhar mais atento ao caso. Segundo Roos (2015):

Uma análise mais apressada dessa situação pode concluir que se trata de um processo emblemático de (re)territorialização do capital no território camponês. Nesta conclusão a incompreensão dos fatos que levaram o camponês a destinar maior parte de seu lote ao monocultivo da madeira pode gerar conclusões parciais da realidade, escapando ao olhar do pesquisador, por exemplo, que embora subordinado, o território continua sendo gerido pelo camponês, sendo este quem determina as atividades a serem realizadas. (ROOS, 2015.p.207).

O exemplo utilizado por Ross (2015) ressalta que mesmo os assentados utilizando a produção de eucalipto, cujo incentivo vem do agronegócio, o território continua sendo gerido pelo camponês, e a ele está o poder de determinar a utilização/comercialização da madeira.

4.3 O Crescimento da população no campo

Os resultados da política de Reforma Agrária no alto sertão também podem ser traduzidos a partir de números, demonstrados pelo crescimento da população rural no território, contrariando as tendências de definhamento da população do campo. No senso demográfico de 1960, a população rural no Brasil ainda é maior que a população urbana, fato que vai ser modificado já no senso demográfico de 1970.

Tabela 7 - População urbana e rural no Brasil e em Sergipe.

ANO	População Urbana (Brasil)	População Urbana (Sergipe)	População Rural (Brasil)	População Rural (Sergipe)
1960	32.004.817	295.929	38.987.526	464.344
1970	52.904.744	421.358	41.603.839	489.893
1980	82.013.375	629.415	39.137.198	527.227
1991	110.875.826	1.001.940	36.041.633	489.927
2000	137.755.550	1.271.465	31.835.143	510.249
2010	160.925.792	1.520.366	29.830.007	547.651

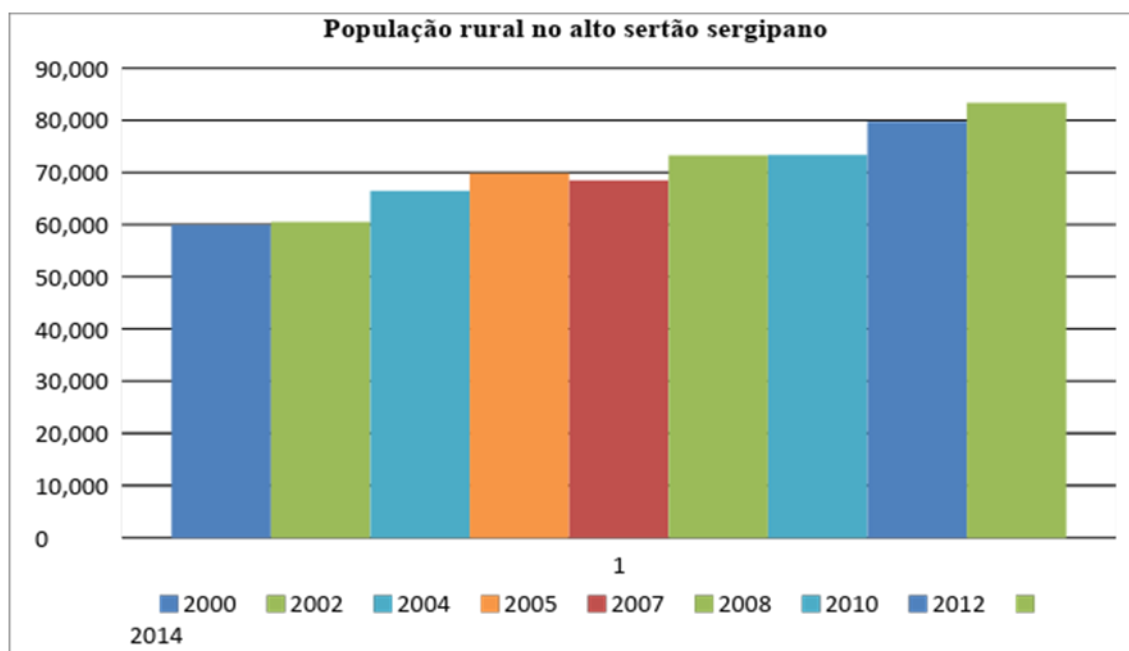
Fonte: elaborado pelo autor, 2017. Adaptado do IBGE.

A população rural não deixou de crescer no senso de 1970, saindo de aproximadamente 39 milhões de habitantes para mais de 41 milhões. Já nos outros sensos demográficos, a população rural começa a cair substancialmente, chegando ao senso de 2010 com 29.830.007 habitantes.

Já no estado de Sergipe, a população urbana passa a ser maioria apenas no senso de 1980; e somente do senso de 1991 registra a primeira queda na população rural que até então era crescente, saindo de 527.227 para 489.927 habitantes. No entanto, nos sensos de 2000 e 2010 a população do campo volta a crescer em todo o estado de Sergipe, atingindo no ultimo senso 547.651 habitantes, enquanto a população urbana tem 1.520.366.

A partir de dados pesquisados no Programa de dados do Ministério da Saúde “DataSus”, com base no levantamento realizado pelas equipes de Saúde da Família, podemos perceber um crescimento substancial em todo o alto sertão sergipano da população rural, que é relacionado diretamente, em alguns municípios com as políticas de reforma agrária realizadas na região.

Gráfico 23 - População Rural no Alto Sertão Sergipano.

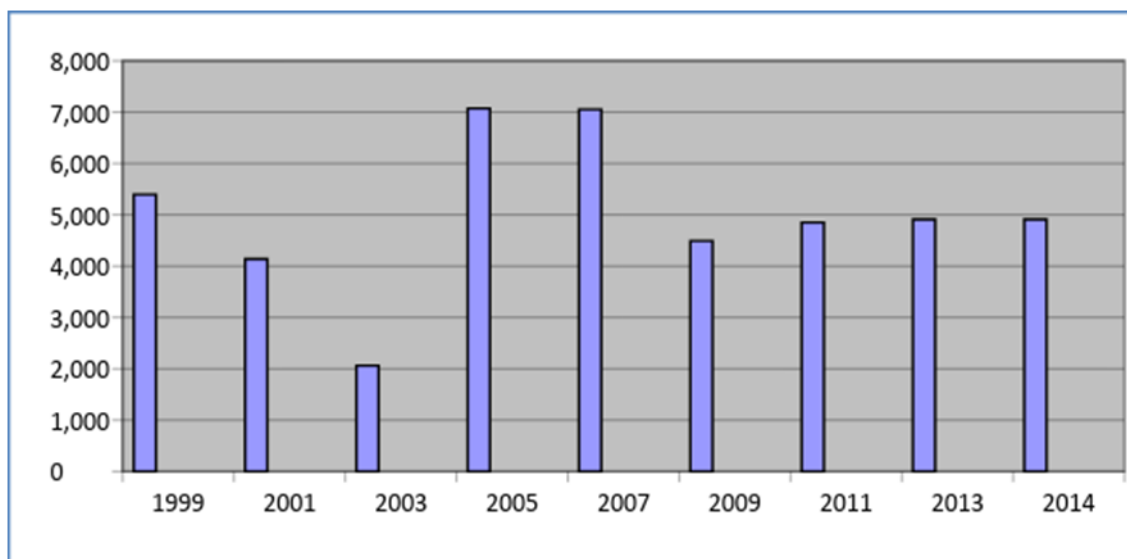


Fonte: Adaptado do DATASUS, 2017.

Detalhando a situação populacional por município, percebemos que o único município que diminuiu a sua população rural nesse território foi Monte Alegre de Sergipe. Segundo o Senso 2010, Monte Alegre de Sergipe tem 33,45 habitantes por Km², com uma população de 13.627 habitantes, e desses 8.043 estão localizados em área urbana.

A partir da coleta de dados do DATASUS, percebe-se que Monte Alegre de Sergipe teve uma forte queda na população rural entre 1999 e 2003, mas voltou a crescer no período 2005/07, voltou a cair em 2009 e manteve-se estável a partir de 2009, como é destacado no gráfico 24.

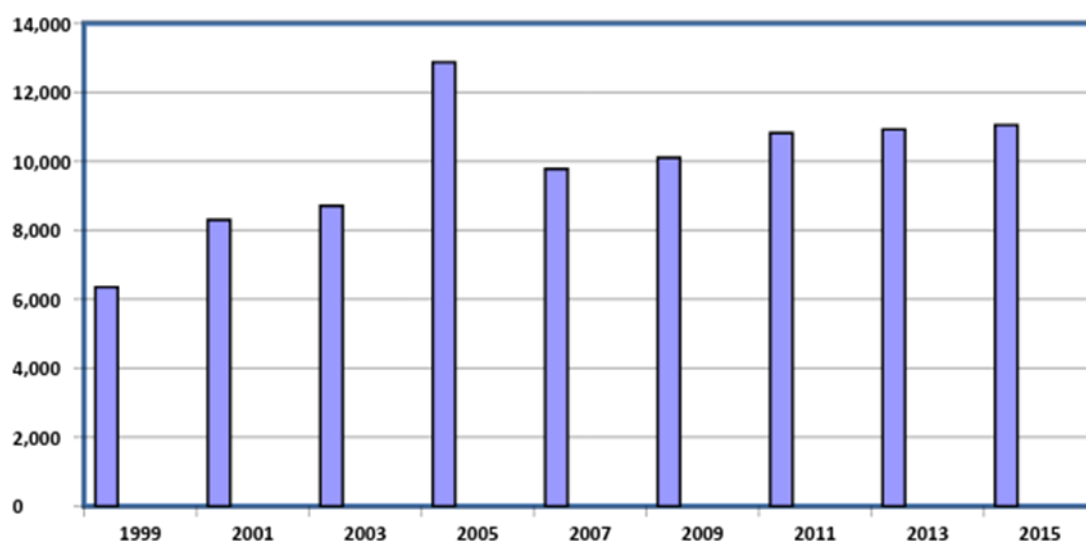
Gráfico24 - População rural em Monte Alegre de Sergipe.



Fonte: Adaptado do DATASUS, 2017.

O município de Nossa Senhora da Glória tem a particularidade de ser o mais dinâmico da região. Além de ter o maior comércio da região, também tem o maior desenvolvimento industrial, como vamos destacar no próximo capítulo. Mesmo com todo o desenvolvimento que a cidade acumulou durante o último período, a população rural não diminuiu.

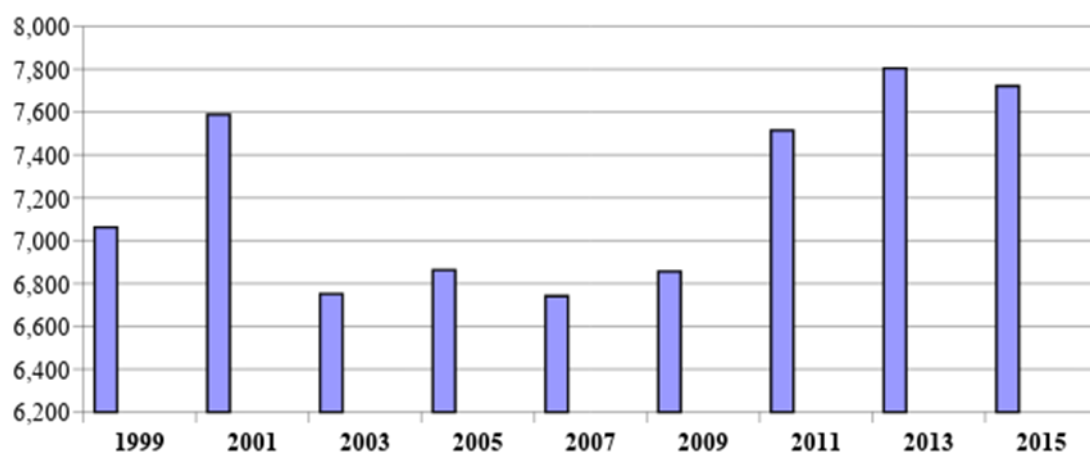
Gráfico 25 - População Rural em Nossa Senhora da Glória



Fonte: Adaptado do DataSus, 2017.

O município com maior percentual de população rural no alto sertão sergipano é Gararu, que tem apenas 24% de população rural. Segundo os dados do Senso 2010, Gararu tinha uma população de 11.405 habitantes, e desses apenas 2.832 habitantes viviam na zona urbana da cidade. A partir dos dados pesquisados no DataSus, podemos também perceber a manutenção da sua população rural.

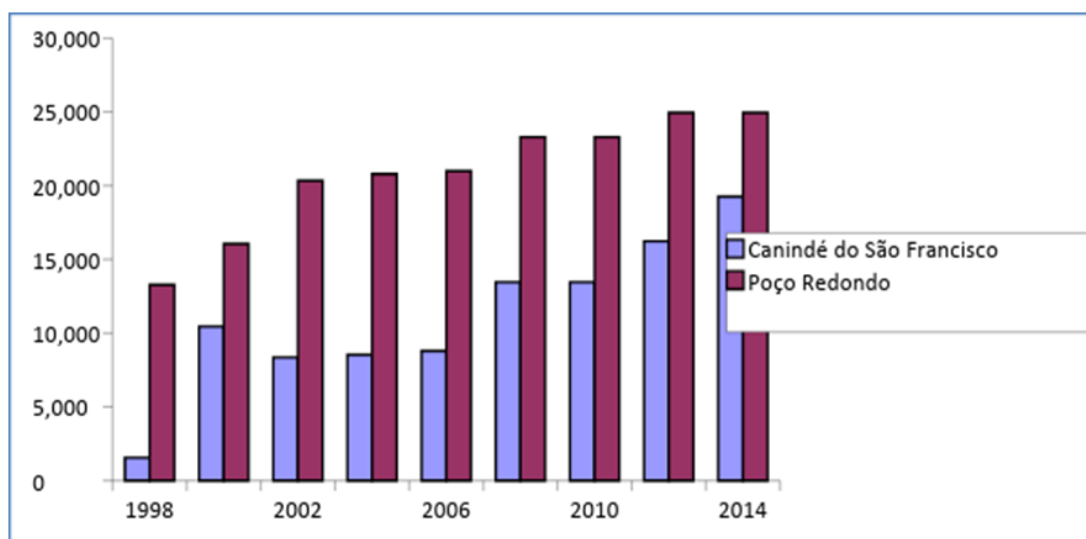
Gráfico 26 - População Rural em Gararu.



Fonte: Adaptado do DATASUS, 2017.

Os municípios de Poço Redondo e Canindé do São Francisco tiveram um crescimento exponencial da sua população rural, fato que se deve diretamente a territorialização do MST nos municípios, que a partir da luta pela terra conquistou o assentamento de mais de 5.000 famílias nos dois municípios.

Gráfico 27 - População rural de Canindé do São Francisco e Poço Redondo.



Fonte: Adaptado do DataSus, 2017.

Os dois municípios mais que dobraram a sua população rural. Poço Redondo, em 1998 tinha pouco mais de 13.000 habitantes na Zona Rural; Já o Município de Canindé do São Francisco saiu de 1.558 habitantes nesse ano e saltou em 2014 pra 19.252 habitantes na Zona Rural. Já Poço Redondo vem crescendo durante todos os anos, e se mantém desde 2012 com aproximadamente 25.000 habitantes na Zona Rural.

5 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS

Como já foi mencionado em outros momentos dessa dissertação, esse capítulo é destinado a abordar com mais profundidade o fenômeno que provocou transformações no mundo do trabalho camponês no alto sertão sergipano, analisado a partir de um estudo de caso feito em alguns povoados e assentamentos de reforma agrária.

As transformações no mundo do trabalho camponês foram observadas empiricamente a partir do Projeto de Assentamento Queimada Grande, em Poço Redondo, com a aplicação de 57 questionários endereçados as famílias assentadas.

Como já foi mencionado em outros momentos dessa pesquisa, o P.A. Queimada Grande reúne especificidades que, no caso específico do estudo do mundo do trabalho camponês, representam o campesinato do alto sertão sergipano. Entre as especificidades dos trabalhadores, nos interessa destacar duas questões: 1) Os assentados da Queimada Grande são resultado da ocupação da CHESF, já mencionada em capítulos anteriores; 2) Partes consideráveis desses trabalhadores participaram de um processo de mobilidade do trabalho com destino as obras da construção civil e construção pesada durante o período 2004-2016.

Com o desenvolvimento da pesquisa de campo e a tabulação dos dados, percebe-se um encontro das gerações de trabalhadores com os períodos/estágios do desenvolvimento capitalista. Nos camponeses mais velhos notou-se a presença de relações não capitalistas de trabalho, enquanto que nas demais gerações percebem-se uma transição para o trabalho em colheitas agrícolas em outros estados e, mais recentemente, observamos o surgimento de um corredor de mobilidade do trabalho para a indústria da construção civil e construção pesada.

Os trabalhadores mais velhos carregam as marcas do período em que as relações capitalistas de produção não eram hegemônicas no campo sertanejo, sobrevivendo a partir do trabalho de meia ou de pastia; Com o monopólio da terra pelo latifúndio, um corredor de mobilidade do trabalho sazonal se consolidou para o corte da cana-de-açúcar em Sergipe, Alagoas e Pernambuco e até nas colheitas de outros produtos agrícolas no sudeste e sul do país.

Com o fim desse período de predomínio das relações não capitalistas de produção por conta do domínio territorial do latifúndio, podemos elencar três questões fundamentais para o mundo do trabalho camponês no alto sertão sergipano.

A 1ª questão é marcada pelo trabalho precário com salários desvalorizados. Nesse momento, criou-se um corredor de mobilidade do trabalho camponês em direção as colheitas

agropecuárias, principalmente da cana-de-açúcar em Sergipe, Alagoas, Pernambuco e até em colheitas de outras culturas agrícolas nos estados do Sul-Sudeste.

Destaca-se como elementos fundamentais desse período a predominância do camponês sem-terra, que para reproduzir sua condição procurava serviços pagos em diária ou empreitadas nos latifúndios da região, ou até procuravam trabalhos em colheitas fora do estado de Sergipe. Ambos tinham pagamentos rebaixados. Os trabalhadores relatam que o valor da diária era equivalente a um quilo de carne de segunda nas feiras livres.

A 2ª questão se dá devido ao processo de valorização do trabalho e do salário que ocorreu entre os anos de 2003-2015, quando foi adotado o modelo neodesenvolvimentista pelo Governo Federal. Nesse sentido, a mobilidade do trabalho deixa de ser em direção às colheitas agropecuárias e passou a ter destino na Indústria da construção civil e construção pesada.

Esse período é marcado por uma crescente valorização do trabalho no campo, acompanhando assim a valorização do salário mínimo. Enquanto a diária dos trabalhadores era equivalente a um quilo de carne de terceira (está em média de 15 reais nos dias atuais), nos dias atuais esse valor triplicou, chegando a uma média de 50 reais para o trabalho braçal, enquanto que o trabalho com a matraca para o plantio ou com a bomba para passar agrotóxico custa em média 80 reais por dia; Os trabalhadores que saíram das suas propriedades para o trabalho fora do estado de Sergipe, já não tinham como opção apenas o corte da cana em Alagoas, mas agora escolheram o trabalho na construção civil e construção pesada, que trazia uma remuneração maior que três salários mínimos, a depender do estado federativo onde a obra fosse realizada.

A 3ª questão elencada é a conflitualidade estabelecida pelos camponeses ao lutar pela reforma agrária e políticas públicas no campo, como foi estudada no capítulo 3. Essa questão torna-se transversal aos outros dois, devido à implementação da política de reforma agrária.

As políticas de reforma agrária são estruturais para modificar o mundo do trabalho camponês, como podemos verificar nos relatos dos agricultores incluídos a partir dessa política. A própria saída do campo para trabalho fora da sua unidade de produção agrícola, que aparentemente demonstraria uma tendência a proletarização, na verdade se trata de uma estratégia da família camponesa para conseguir a reprodução camponesa.

5.1 Desvalorização do trabalho e mobilidade do trabalho para colheitas agrícolas

As relações capitalistas de trabalho no campo são relativamente novas no alto sertão sergipano. Após pesquisa de campo, percebe-se que o trabalho de meia e o sistema de "pastia" eram as relações hegemônicas de trabalho camponês até meados dos anos 1980/1990, levando em consideração a forte presença de latifúndios na região.

Diante desse problema estrutural, havia poucas condições de desenvolvimento do campesinato a não ser que houvesse compartilhamento da terra com os latifundiários, como é o caso do sistema de meia e pastia; ou a partir de conflitos, onde o Estado era acionado, e para resolver esses problemas alguns projetos de colonização em outras regiões foram criados. Essa contradição e a falta de políticas públicas para a região, fez com que muitos camponeses buscassem também o caminho da luta pela terra, organizando-se em movimentos sociais foi durante esse período que o MST, o sindicalismo rural e a igreja católica fomentaram a organização desses trabalhadores na luta pela reforma agrária.

Algumas Fazendas também colocavam salário como forma de pagamento, mas durante entrevistas com os agricultores, logo se percebe que o salário pago era muito inferior a média do salário mínimo à época. Por conta da concentração de terras na região, os proprietários permitiam uma "brecha" para o campesinato se reproduzir, com espaço para a casa, criação de bichos e o direito de plantio, como destaca o agricultor do Povoado Mandacaru, ainda em Monte Alegre de Sergipe:

Comecei a trabalhar com uns 10 anos de idade pra ajudar meu pai, que me levava pra ajudar junto com meus irmãos. Meu pai trabalhou 25 anos na fazenda de um cara de Aracaju, e recebia igual uns 30 reais por semana, esse era o dinheiro que ele recebia, e recebia na mão o dinheiro, mas ele também tinha liberdade de fazer as coisas. Se ele quisesse plantar uma roça ou criar uns bichos ele liberava pra meu pai criar lá. TRA/CVCP-O1.

O trabalho no campo era desvalorizado no sertão sergipano. Mas além desse dilema, os camponeses ainda vivenciavam a realidade de ter demanda de trabalho apenas no período das chuvas, entre os meses de Maio e Julho por conta das plantações. Durante o restante do ano a demanda diminuía, restando atividades com rebanhos, cerca ou limpeza da palma. Diante dessas questões, os agricultores começaram a entrar em trabalhos sazonais, partindo para colheitas agrícolas em outros estados da federação, principalmente no período entressafras.

Um relato de outro trabalhador, assentado no P.A União dos Conselheiros, também em Monte Alegre de Sergipe, demonstra a partir da sua trajetória de vida a condição do trabalho

vivenciado durante a safra da cana-de-açúcar em Alagoas:

Nós começamos ainda nos anos 80. Eu trabalhei até os anos 90, se eu não me engano lá pra 98. Ai eu parei porque a idade veio chegando, a força foi diminuindo e eu fui arrumando um trecho pra trabalhar num serviço da gente mesmo por aqui, não sabe? E quando eu entrei nesse sem-terra deixei de trabalhar no que é dos outros [...] Nós ia em Setembro, quando acabava o inverno aqui nós desabava pra lá. Passava era 7 ou 8 meses lá em Alagoas, já levava até a família pra lá [...] Foi o primeiro trabalho de carteira assinada que a gente teve. AGR/CVCP-02

O relato do agricultor acima mencionado coloca no centro do debate duas questões sobre as transformações do mundo do trabalho camponês no alto sertão sergipano. A primeira questão é com relação ao trabalho sazonal, que durante as décadas 1980/1990 era realizado em colheitas agrícolas, em trabalho mais precário e com baixa remuneração que o da Indústria da construção civil. Já a segunda questão é a conflitualidade e o seu papel para o desenvolvimento, pois o agricultor demonstra que a partir da sua inserção no Movimento Sem Terra, deixou de trabalhar para os latifundiários durante o período de colheita.

O sociólogo José de Souza Martins, no seu livro: Os camponeses e a política no Brasil, afirma que havia uma tendência a expansão do desenvolvimento capitalista no campo, assim como foi realizado nas cidades. Isso implicaria em uma nova realidade do mundo do trabalho camponês, como discorre Martins (1981):

Exatamente por isso a agricultura capitalista é diferente da agricultura pré-capitalista. Nesta, a propriedade da terra dá direito ao seu titular de extrair uma renda diretamente da produção, sem necessidade de intermediários. É quando o camponês paga ao senhor o direito de trabalhar em suas terras com alguns dias de trabalho; ou então entregando-lhe diretamente uma parte da sua produção; ou ainda convertendo essa parte da produção em dinheiro e entregando-o diretamente ao proprietário. (MARTINS, 1981. p. 163).

Segundo relatos dos trabalhadores no alto sertão sergipano, podemos entender o sistema de meia e de “pastia” como algumas das formas utilizadas pelo campesinato para a reprodução da sua condição de vida. O sistema de meia poderia ser realizado através do trabalho, em que metade dos dias trabalhados durante a semana era realizado nas lavouras do proprietário e a outra metade na sua própria lavoura; ou essa divisão também poderia ocorrer através da produção, em que o trabalhador entregava metade da sua colheita para o proprietário.

O Sistema de pastia era mais utilizado pelos vaqueiros, no qual a forma de pagamento dos trabalhadores era o quarto bezerro nascido no meio do rebanho. Nesse sistema, o vaqueiro residia com a sua família na propriedade, e usufruía da terra fazendo plantações de

subsistência, pagando a renda da terra com o seu trabalho na pecuária.

Para o campesinato reproduzir a sua condição de classe, utilizando a terra dos latifundiários, a renda da terra era paga para os proprietários em forma de trabalho, com parte da produção ou até em dinheiro, caso houvesse venda do excedente no mercado, constituindo uma relação dialética em que o latifúndio reproduzia a sua estrutura com trabalho barato e o camponês buscava a sua criação e/ou recriação a partir dessa brecha camponesa.

Desse modo, o processo de territorialização do capital no campo, também se deu com a desterritorialização do campesinato. As relações sociais de produção que davam a brecha camponesa estavam sufocadas pelo avanço das relações capitalistas. É nesse contexto que observamos o desenrolar da conflitualidade, pois a territorialização de uma classe ou um projeto de desenvolvimento é, conseqüentemente, a desterritorialização da classe e do projeto de desenvolvimento antagônico. (FERNANDES, 2004).

Com esse processo de desterritorialização houve uma tendência a proletarização, seja em propriedades rurais ou em atividades urbanas. O corte de cana-de-açúcar passou a ser uma estratégia de reprodução desse camponês, pois aproveitava o período que não tinha trabalho no Sertão para conseguir a sua reprodução, mas é visível que sempre havia um período ou uma expectativa de retorno para o campo, buscando formas de reterritorialização.

5.2 Camponês ou operário? Análise sobre a mobilidade e plasticidade entre as famílias assentadas do Projeto de Assentamento Queimada Grande

A partir dos anos 2000 um novo modelo de desenvolvimento que priorizava, entre outras coisas, o investimento público em grandes obras de infraestrutura construiu um novo corredor de mobilidade do trabalho camponês com destino as obras da construção civil e construção pesada em todas as regiões do Brasil.

O fenômeno da mobilidade do trabalho pode ser visualizado a partir de 2014, em que milhares de camponeses deixavam suas famílias em busca de um trabalho na indústria da construção civil e construção pesada, majoritariamente em obras de infraestrutura fomentadas pelo PAC, como Barragens e hidroelétricas e também na construção e reforma de estádios/arenas de futebol para a copa do mundo da FIFA 2014 que ocorreria no Brasil.

A partir da pesquisa de campo realizada na zona rural dos municípios do alto sertão sergipano entre os meses de Maio e Outubro de 2017, foi observado que em todos os municípios os trabalhadores entraram nessa frente de trabalho, oriundos do campo e da cidade; no entanto, alguns “trecheiros” (como gostam de ser chamados) e agenciadores,

relatavam que havia um contingente menor de trabalhadores nessas obras vindos de municípios como Nossa Senhora da Glória e Gararu e, de acordo com eles, esse acontecimento se devia ao fato de Nossa Senhora da Glória oferecer mais empregos que os outros municípios, e dessa forma, absorver boa parte do trabalho dos dois municípios.

Como já foi mencionada, a pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Porto da Folha, Poço Redondo, Monte Alegre de Sergipe e Canindé do São Francisco, entrevistando camponeses que tinham se tornado operários na indústria da construção civil, agenciadores de trabalhadores, gestores públicos e lideranças populares de movimentos sociais e comunitários.

Após analisar que o mundo do trabalho camponês no alto sertão sergipano havia sido alterado por conta da indústria da construção civil em todo o território, buscou-se analisar essa realidade mais de perto a partir da aplicação de 57 (cinquenta e sete) questionários com trabalhadores do P.A. Queimada Grande, localizado em Poço Redondo, no período de Outubro de 2017 e Janeiro de 2018.

O processo de desenvolvimento capitalista da última década provocou o melhor momento para a indústria da construção civil. Como já trouxe alguns elementos no capítulo 2, esse bom momento foi provocado por programas governamentais de investimento público em obras de infraestrutura em todo o Brasil, como é o caso do PAC- Programa de Aceleração do Crescimento; MCMV – Minha Casa Minha Vida e a construção dos estádios e das infraestruturas para a Copa do Mundo em 2014.

Milhares de trabalhadores saíram dos seus respectivos estados para entrar nessa nova frente de trabalho, e no alto sertão sergipano não foi diferente, embora não haja números exatos de quantos trabalhadores saíram de todo o alto sertão.

Moreira (2016) analisou o fenômeno da mobilidade e plasticidade do trabalho na região de Belo Campo-BA e constatou o fluxo migratório para o Sudeste, para o Centro-oeste e para as cidades regionais mais desenvolvidas, como é o caso de Vitória da Conquista. Os empregos desses trabalhadores vão desde a colheita na agricultura à indústria da construção civil.

Esse processo demonstra o caráter de plasticidade que o trabalho adquire, pois o trabalhador deve reinventar as suas profissões de acordo com a necessidade do capital, como pode ser observado na citação abaixo:

Os trabalhadores vivem em um intenso processo de adaptabilidade, às vezes, sobrevivem como trabalhadores rurais, em outros momentos como operários industriais, ou ainda como prestadores de serviços. Assim, a decisão do tipo de trabalho que vão desempenhar não está em suas mãos, mas na determinação da demanda do mercado. (MOREIRA & SANTOS, 2016, p.197).

A partir das pesquisas de campo já demonstradas, percebe-se que houve mobilidade dos trabalhadores de todos os municípios do alto sertão com destino às obras da construção civil em todo o país, como veremos a partir de relatos obtidos durante pesquisa de campo nas zonas rurais dos municípios de todo o território.

Entre os motivos elencados pelos trabalhadores para saírem das suas localidades em direção as grandes obras, podemos destacar: A estiagem prolongada em Poço Redondo de 2011 a 2013; falta de empregos na região; possibilidade de ganhar mais dinheiro para fazer investimentos na sua própria localidade e melhorar a sua condição de vida.

No entanto, havia uma intencionalidade desses trabalhadores ao entrar na indústria da construção civil, que vai além da sua reprodução social. A entrada na indústria da construção civil e pesada fez parte de uma estratégia de reprodução camponesa e a motivação para entrada nessa indústria, estava na possibilidade de conseguir investimentos para a sua produção.

Associado a esse fato, os trabalhadores buscavam na construção civil e pesada, pelo fato das obras terem prazo para conclusão, um período de trabalho mais curto com boa remuneração, para que em poucos meses voltassem pra casa. Pode ser observado na Imagem 5, as relações previdenciárias de um trabalhador, que ilustra esse fato.

Imagem 5 - Relação previdenciária do AGR/CVCP-03

Seq.	NIT	CNPJ/CEI/CPF/NB	Origem do Vínculo	Tipo Filiação no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.
1	1.222.159.723-2	13.509.831/0002-16	STILO CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTD	Empregado	10/04/1985	02/06/1985	06/1985
2	1.222.159.723-2	15.102.288/0104-98	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A	Empregado	01/04/1986	17/06/1986	
3	1.222.159.723-2	11.996.725/0002-89	CONSTRUTORA XINGO LTDA	Empregado	22/04/1987	26/07/1987	07/1987
4	1.222.159.723-2	13.368.766/0001-75	MBC-MOREIRA BARROS CONSTRUCOES LTDA	Empregado	12/10/1987	15/11/1987	11/1987
5	1.222.159.723-2	11.996.725/0001-06	CONSTRUTORA XINGO LTDA	Empregado	29/04/1992	18/08/1992	08/1992
6	1.222.159.723-2	35.730.456/0001-91	NOVA ALIANCA CONSTRUCOES LTDA - ME	Empregado	16/06/1994	14/08/1994	07/1994
7	1.222.159.723-2	71.530.448/0001-65	GJS EMPREITEIRA DE OBRAS S/C LTDA	Empregado	01/06/1995	25/07/1995	07/1995
8	1.222.159.723-2	61.522.512/0006-17	CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA	Empregado	06/05/2008	24/11/2008	11/2008
9	1.222.159.723-2	03.684.669/0001-38	EDELTE ENGENHARIA LTDA	Empregado	17/03/2009	07/05/2009	05/2009
10	1.222.159.723-2	61.522.512/0008-89	CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA	Empregado	05/11/2009	01/03/2010	03/2010
11	1.222.159.723-2	14.310.577/0052-54	CONSTRUTORA OAS S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL	Empregado	09/08/2011	05/06/2012	06/2012
12	1.222.159.723-2	17.262.213/0254-21	ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A	Empregado	24/09/2012	04/12/2012	12/2012
13	1.222.159.723-2	57.632.705/0001-49	ENGETAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	Empregado	04/06/2013	24/12/2013	12/2013

Legenda de Indicadores		Indicador	Descrição
Indicador	Descrição		
IEAN	Exposição a agente nocivo informada pelo empregador, passível de comprovação		

Fonte: elaborado pelo autor, 2017. Comprovante de relação previdenciária do entrevistado AGR/CVCP-03.

Como pode ser observado na imagem 5, o vínculo empregatício do AGR/CVCP-03, inicia em 1995 e a última admissão foi em 2013. Toda a sua trajetória de trabalho assalariado foi na Indústria da Construção Civil e Construção Pesada, no entanto, entre os anos de 1995 e

2008, ele não estava com vínculo empregatício, exatamente no período em que ele entra no acampamento (1996) e se torna assentado.

Já no período 2008/2013, o AGR/CVCP-03 reingressou na indústria da construção civil e construção pesada, trabalhando nas empresas Camargo Correa, OAS e Andrade Gutierrez. Todas as obras desse período, em que o trabalhador acima mencionado foi operário, estavam no conjunto de obras do PAC.

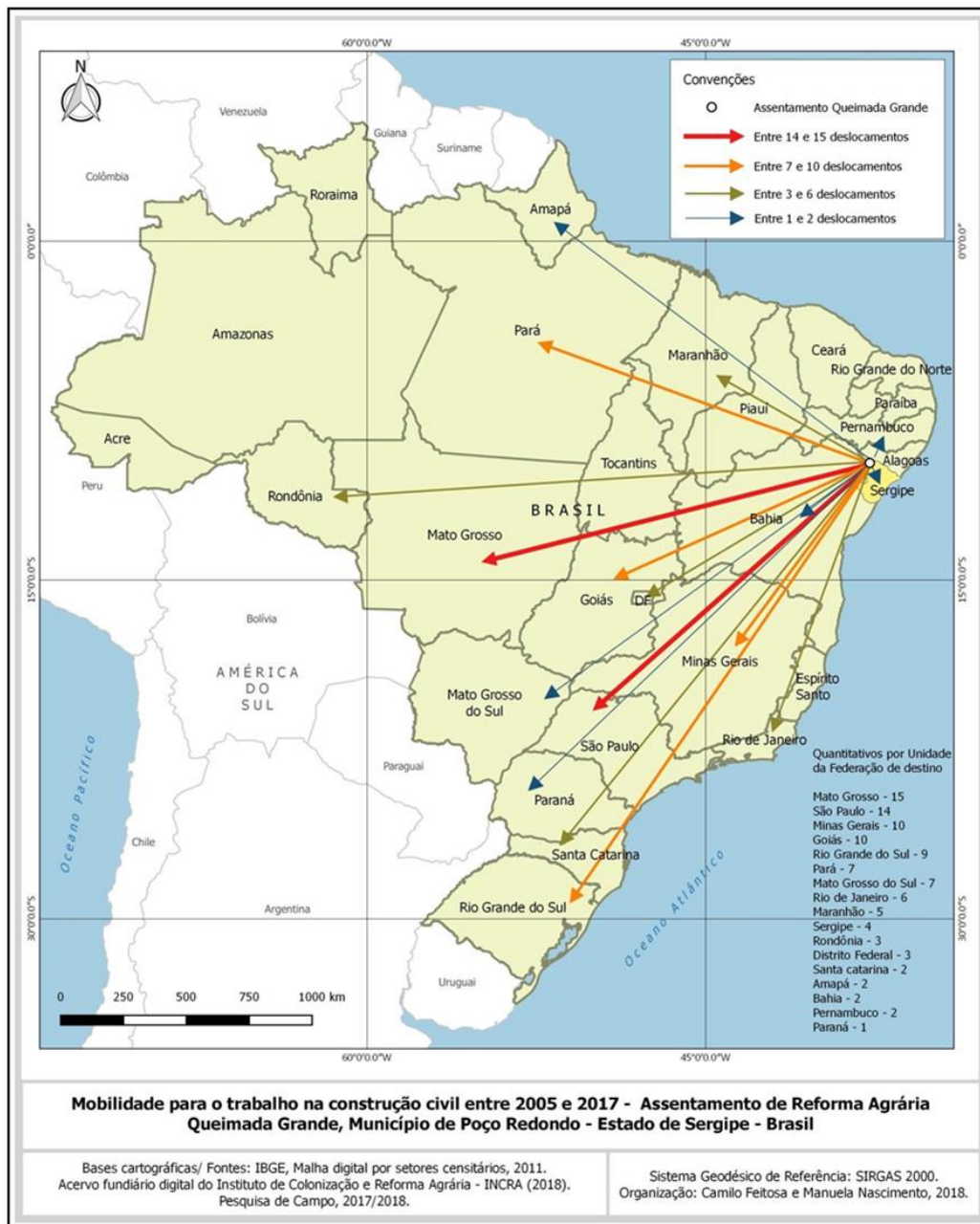
Esse fluxo migratório para o trabalho na indústria da construção civil e construção pesada, foi analisado como um novo corredor migratório por Thomaz Junior (2013), como é analisado abaixo:

Os principais corredores migratórios, ou Estados/regiões emigratórios (Maranhão, Piauí, Norte de Minas Gerais, Bahia, Alagoas), que há mais de duas décadas abastecem as demandas do corte da cana-de-açúcar no Centro-Sul ou, mais propriamente, São Paulo, e as colheitas de outros produtos agrícolas (laranja, café, morango, frutas), desde 2009, sinalizam alguns desvios de rota para Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, sobretudo para as grandes obras, como hidroelétricas. (THOMAZ JÚNIOR, 2013. p. 6).

A partir da pesquisa de campo realizada no Projeto de Assentamento Queimada Grande, identificamos que os trabalhadores viajaram por diversos estados da federação trabalhando em obras da Construção civil e construção pesada. A maior parte dos deslocamentos são para o Mato Grosso, São Paulo, Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul (ver o mapa 7).

Como pode ser mais bem analisado a partir do mapa 7, o destino dos trabalhadores se deu para diversos estados. Segundo os resultados da entrevista, as obras no Centro-Oeste e Norte do Brasil foram, em sua maioria, para a construção de barragens e Hidroelétricas; enquanto as obras do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro foram para a construção dos estádios e da infraestrutura para a Copa do Mundo em 2014.

Mapa 7 - Mobilidade do trabalho na Indústria da construção civil e construção pesada



Fonte: INCRA,2018.

Podemos exemplificar esse momento a partir do relato de um dos entrevistados do Assentamento Josenilton Alves, em Monte Alegre de Sergipe:

A primeira vez que viajei foi em 2009, e sai daqui feito cigano sai no mundo, sem nada, sem rumo. Minha primeira obra foi no Rio de Janeiro, na construção civil. Fizemos um prédio, e de lá fui pra São Paulo construir um Presídio. De São Paulo fui pra Goiás, passei 8 mês, e de lá vim pro Paraná, e fizemos as barragens da Camargo correia e da Odebrecht. Do Paraná fui pra casa, passei uns meses e desci pra Altamira, já em 2013. Aí eu já fui pro Rio Grande do Sul construir uma fábrica de papel. Lá eles até davam uma folga de campo com 90 dias, eles pagavam até a passagem e eu vinha pra casa. AGR/CVCP-03

Outro trabalhador também tem uma trajetória parecida, uma vez que passou por diversos estados em obras da construção civil e pesada, como ele afirma no relato abaixo:

Comecei o trabalho nas firmas em 2005 e 2006. A primeira obra foi Camargo Corrêa, lá em Cristalina de Goiás e passei 30 dias só (risos), depois fui pro Mato grosso, Brasília, voltei pra Goiás de novo [...] Sempre voltava pra passar uns 30 dias. A obra que mais demorei tempo foi uma fábrica de remédio, que demorou uns dois anos. Parei de trabalhar em 2014 quando o negócio apertou. AGR/CVCP-04

Para trabalhar nessas obras, boa parte dos trabalhadores são levados por agenciadores. Esses recebem uma quantia por trabalhador e pelo cargo em que o trabalhador ocuparia, na medida em que o trabalho mais desvalorizado é o de ajudante e os mais valorizados são chamados de profissionais: Pedreiro, carpinteiro, operador, mestre de obra, etc. O processo de agenciamento é relatado por um dos entrevistados, do Povoado Mandacaru, em Monte Alegre de Sergipe:

O cara chegou e disse: Quem quer viajar pra firma aqui? Aí ele chega e diz que a gente tem que dá 500 conto. Aí ele pega mais 500 ali, mais 300 ali, quando vai ver, ele juntou 20 ou 30 mil, aí diz que o carro tá lá em Monte Alegre, aí quando é um dia pega o carro, bota nós dentro e desce pra São Paulo. Ai ele já tem conhecimento com a firma e nós começa a trabalhar. Se uma firma dizer que não precisa ele leva a gente pra outra, e assim vai até a gente fica tudo empregado. AGR/CVCP-05

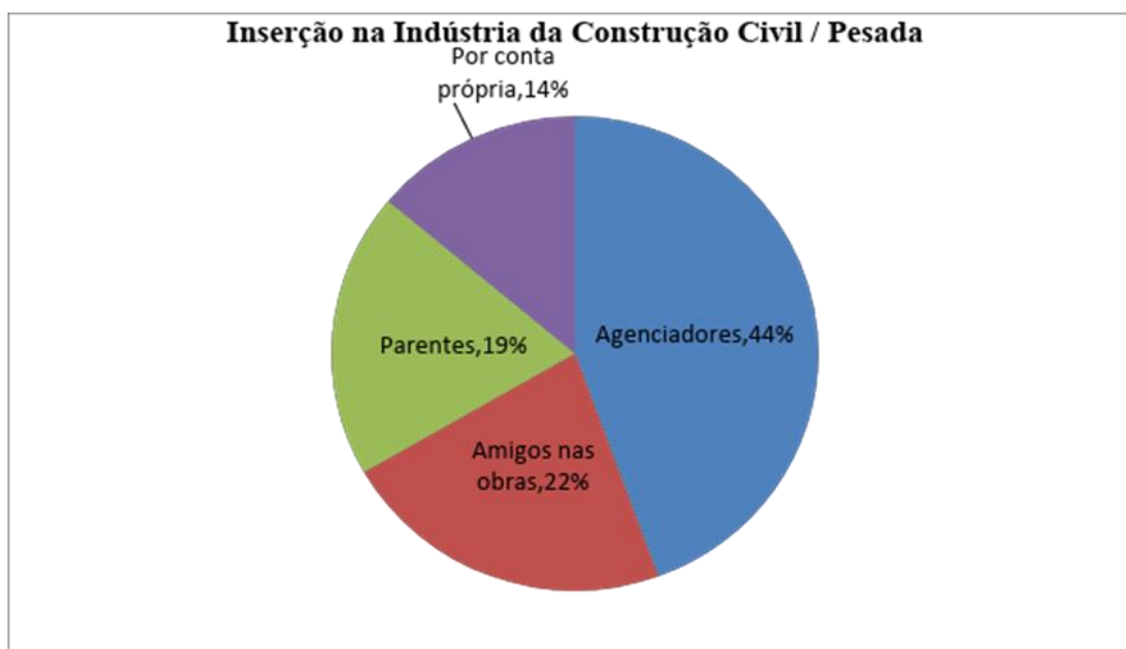
Questionados se sempre esse trabalho do agenciador é realizado, os trabalhadores afirmam negativamente, alertando que em diversos casos, o agenciador recolhe o dinheiro dos trabalhadores e não tem tantas responsabilidades com os trabalhadores, como é relatado abaixo:

Nessa última vez mesmo que eu fui, eu só não fiquei embaixo de uma ponte porque nós tinha amigo, porque se não tivesse O cara levou a gente pra uma firma, e quando chegou lá a gente ficou rodado. Não tinha trabalho, o encarregado da obra disse que não precisava de serviço na firma que ele levou. E em outro caso, teve um cara mesmo de Canindé (nesses dias aí) que mandou a gente arrumar dinheiro pra ele levar pra umas firmas... aí chegou

na Bahia o carro quebrou , passou uns 4 dias e ele se picou mundo afora e abandonou nós lá. AGR/CVCP-03

No entanto, é importante demonstrar a importância da relação agenciador/operário nas indústrias da construção civil e pesada. Além dos relatos acima mencionados, a pesquisa de campo com as famílias do assentamento Queimada Grande, demonstra que 45% dos trabalhadores que “entraram no trecho”, o fizeram pela atuação do agenciador, 22% tinham amigos nas obras que mandou chamar. 14% foram por conta própria e 19% foram levadas por parentes que também estavam nas obras (ver o gráfico 28).

Gráfico 28 - Inserção dos trabalhadores na Indústria da Construção Civil e pesada.



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Se os trabalhadores já relatavam o difícil momento vivenciado com a diminuição dos empregos na construção civil desde 2014/15, em conversa com dois agenciadores de Poço Redondo fica evidente a forma como esse setor da economia foi atingido com a crise econômica:

De todo canto tinha gente pra levar, de Sergipe tinha, mas também de Alagoas, Pernambuco, Bahia. Levei gente demais, porque teve uma época que era uma carência muito grande de profissional e de gente pra trabalhar. Só gente daqui da região não tava dando certo, era pouco demais. Estava todo mundo no trecho. Imagine o cara da firma te pedir pra arrumar 100 pessoas em cinco dias, você arruma? Hoje arruma porque tá todo mundo desempregado, mas na época era difícil. AG/CVCP-01

Ao relatar a sua trajetória de vida, ele demonstra que entrou na Indústria da Construção Civil ainda em 1997 para a obra de um prédio na cidade de São Paulo. Após esse período, relata que foi operário na construção de diversos shoppings, presídios e em 2004 começou a trabalhar em algumas obras de barragens. Após um acidente de trabalho, precisou realizar uma cirurgia, e o chefe do RH pediu que ele trabalhasse agora apenas recrutando trabalhadores e levando para as obras conforme demanda da empresa.

Naquela época o real era valorizado e a gente podia fazer muita hora extra. A empreitada que a gente pegou lá, um grupo de 6 profissionais e 10 ajudantes, foi 2.400 reais. Era muito dinheiro! Só pra você ter uma ideia, com 4 meses de serviço que eu tive lá, eu comprei 10 reis, e com todo o gasto. Na época mesmo eu era solteiro e farreava, e ainda assim eu comprei 10 cabeças. E quando saí de lá, cheguei em casa eu comprei uma moto nova, fiquei foi feliz. O que me deu dinheiro foi o trecho. [...] não é só eu não, conheço é muita gente que se deu bem, graças a deus. O cara que foi pra lá e se interessou, fez um dinheirinho. Se soube investir tá bem. AG/CVCP-01

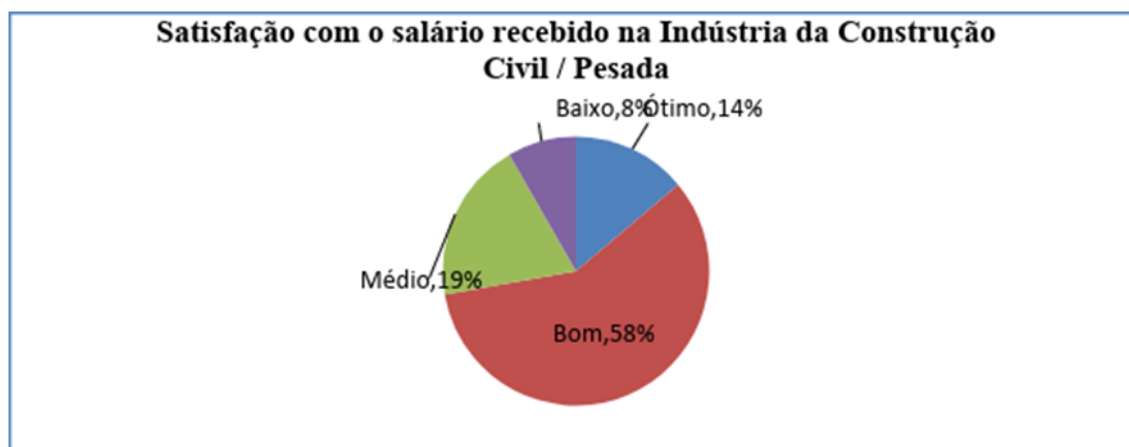
O segundo agenciador, também da cidade de Poço Redondo, fala com saudosismo do bom período vivido na década passada, com bastante demanda de emprego na construção civil. Segundo ele,

Nós chegamos a mandar três ônibus em um dia; e com três ou quatro dias mandava mais três ônibus de novo. Chegava a mandar num mês uma faixa de 300 a 400 homens. Chegou um momento que já não achava ninguém mais, aí eu botava o som na mala do carro e ia pra todo canto avisando o povo. As vezes eu queria 300 homens e não achava vinte ou trinta. O pessoal das firmas vinha pra cá andar comigo. Eles queriam uns duzentos ou trezentos homens pra trabalhar e não achava. Quem tava desempregado nesse tempo era muito preguiçoso. AG/CVCP-02

Ao provocar o trabalhador sobre o que lhe motivava para sair da sua localidade em busca de trabalho, ele relata que: “Lá fora a gente ganha um dinheiro rápido. O cara chega aqui mesmo no sertão, no ano todinho, feliz daquele que conseguiu tirar uns 5 mil real. É contado o que tiram. Lá fora se o cara passar uns 2 ou 3 meses numa obra dessa aí já conseguiu 5 mil.”(AGR/CVCP-02).

O resultado da pesquisa de campo demonstra a satisfação dos trabalhadores com o bom momento econômico vivenciado pela indústria da construção civil e da construção pesada. A partir das entrevistas realizadas com as famílias do P.A. Queimada Grande, podemos medir o grau de satisfação com os salários obtidos, em que 58% dos entrevistados acreditavam que recebiam bom salário e 14% ótimo. 20% acreditavam que tinham um salário médio e apenas 8% afirmavam receber salários baixos, como pode ser visto no gráfico 29.

Gráfico 29 - Aprovação do salário recebido na indústria da construção civil e construção pesada

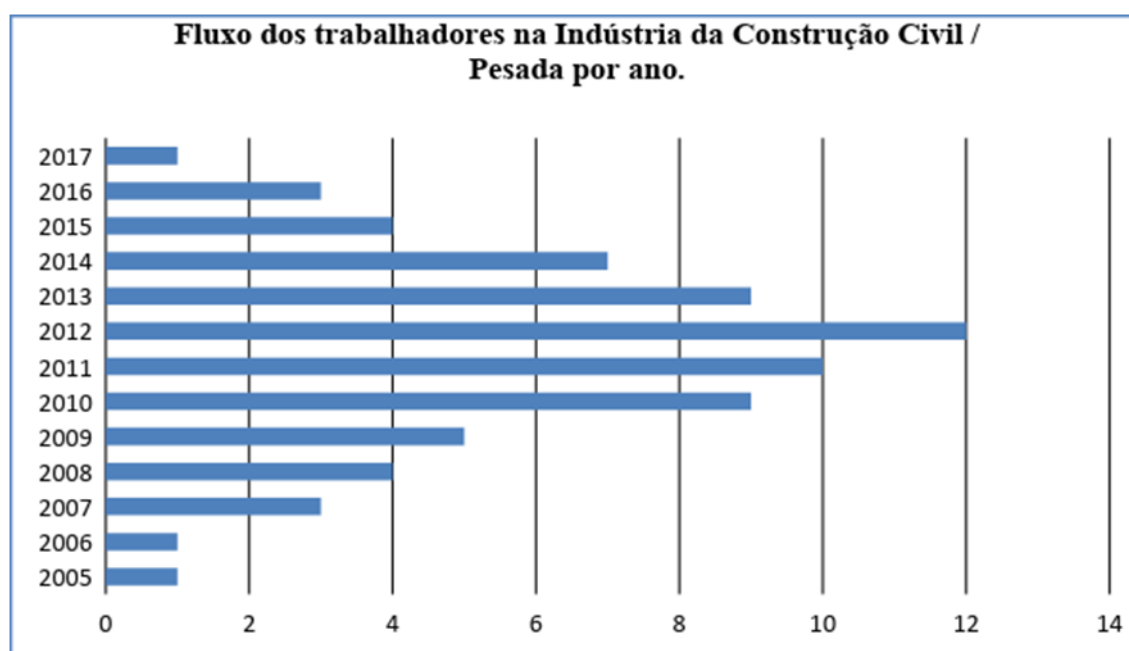


Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Os trabalhadores, de uma forma geral, já haviam relatado acerca das garantias obtidas na Indústria da Construção Civil e pesada, segundo AG/CVCP-02: “Nessas empresas grandes mesmo pra você trabalhar não falta nada. Ela dá tudo. O alojamento é um hotel, ela dá até passagem. A cada 90 dias vinha ver a família. Tinha hora extra pro peão, plano de saúde, tem tudo”. Essa era uma diferença que fazia com que os trabalhadores optassem pelo trabalho na Construção civil ao invés do trabalho em lavouras. Continua o seu raciocínio, falando que “na verdade mesmo o povo já tava cansado desse negócio de roça, queria uma coisa diferente, porque dá mais dinheiro também [...] Na firma o cara faz hora extra, trabalha a noite, e o salário nem se compara. E em roça é só durante o dia”. (AG/CVCP-02, 2017).

Esse relato do Agenciador 2 demonstra que o processo de valorização do trabalho durante esses últimos anos, fazia com que o trabalhador escolhesse o trabalho que lhe desse mais resultados. Acrescentando esse pensamento ao relato de um trabalhador que estava em uma obra no Amapá em 2013 e recusou uma proposta de trabalhar em Goiás porque o salário oferecido, na sua visão à época, era muito baixo, estava em 2.400 reais e outros lugares pagava melhor.

Gráfico 30 - Fluxo dos trabalhadores na indústria da construção civil e pesada.



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Outra questão elencada pelo “agenciador 1” é a relação da crise na indústria da construção civil, que também pode ser observada a partir da pesquisa de campo realizada no Assentamento Queimada Grande. Identificamos o período 2008 – 2014 como o período de maior fluxo dos trabalhadores no “trecho”, como pode ser observado no gráfico 30. Já o período de 2015-2017, foi o de queda nesse setor, como pode ser observado no gráfico acima.

O aspecto territorial da mobilidade do trabalho dos camponeses para a Indústria da Construção civil e construção pesada, mostra-nos que o Município de Nossa Senhora da Glória comparado aos outros municípios do alto sertão, há uma saída menor de trabalhadores devido ao dinamismo econômico que existe nesse município. A sua dinâmica econômica absorve, inclusive, uma parte da mão de obra dos municípios vizinhos. Segundo o agenciador:

Dos municípios de Sergipe eu levava muita gente era de Poço Redondo e de Canindé. Monte Alegre já era mais pouco, Glória era mais pouco ainda. Mas também veja a diferença que tem de glória. É um município grande, e acho que tem mais emprego lá, né? Por isso que deve ter menos gente no trecho. Da nossa região toda, é de Poço e Canindé que sai mais gente. AG/CVCP-02

Essa dimensão territorial do mundo do trabalho apresenta as suas peculiaridades, pois mesmo compreendendo que em todo o território do alto sertão as famílias camponesas liberam alguns dos seus membros para as atividades fora da sua unidade de produção, há peculiaridades por municípios, onde a questão climática e a geração de empregos são

divisores de água para a manutenção ou não dos seus trabalhadores no município ou na região.

Para exemplificar melhor, segundo os dados apresentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/ relação anual de informações sociais – RAIS, com relação ao emprego o território é pouco diverso. A maioria dos empregos nesses municípios são oriundos da Administração Pública, e o setor que menos tem trabalhadores assalariados é o setor primário. Em um contexto geral, é perceptível que a economia do alto sertão sergipano é pouco diversificada, tendo apenas o município de Nossa Senhora da Glória com um desenvolvimento industrial mais visível, assim como o comércio e o setor de serviços.

Tabela 8 - Situação do emprego nos Municípios do alto sertão sergipano

Município	Indústria	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	TOTAL
<i>Canindé do São Francisco</i>	163	269	357	2.715	62	3.566
<i>Gararu</i>	8	15	39	540	7	609
<i>Monte Alegre de Sergipe</i>	9	124	45	472	9	659
<i>Nossa Senhora da Glória</i>	739	1.359	923	1.241	90	4.352
<i>Nossa Senhora de Lourdes</i>	9	40	21	281	11	362
<i>Poço Redondo</i>	77	164	750	1.153	6	2.150
<i>Porto da Folha</i>	55	166	130	1.102	25	1.478

Fonte: Adaptado do MTE/RAIS, 2017.

De acordo com os dados apresentados na tabela 8, o município de Nossa Senhora da Glória, por exemplo, tem 4.352 empregos com uma economia mais diversificada do restante dos municípios, com 739 empregos na indústria e é o único município em que a administração pública não é o maior empregador, pois o comércio conta com 1.359 empregos, enquanto que a administração pública fica com 1.241.

Outra estatística importante para o debate está relacionada ao trabalho assalariado nas atividades agropecuárias, de extração vegetal, caça e pesca. Segundo os dados de 2015, o maior percentual de trabalhadores assalariados nesse setor está em Canindé do São Francisco,

com 2,06%. A menor taxa está no Município de Poço Redondo, que registra uma taxa de 0,27%.

Os relatos acima mencionados compreendem parte da dimensão vivenciada no mundo do trabalho na última década com o avanço da valorização real do salário, observando nesse caso um setor da economia, que é a construção civil e pesada.

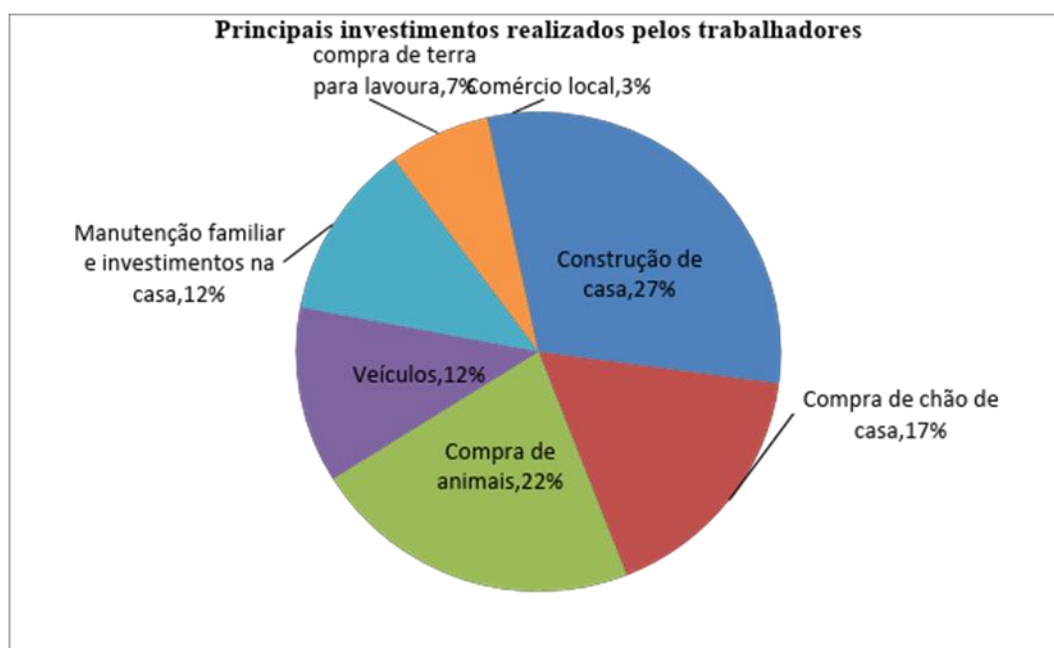
Podemos elencar algumas características históricas do mundo do trabalho no sertão nordestino diante do desenvolvimento capitalista no Brasil. Como resgatamos em Ribeiro (1995), pela falta de desenvolvimento nessa região, os sertanejos sempre se viram obrigados a migrar para outras regiões em busca de trabalho, e essa massa de trabalhadores aumentava o exército de reserva e rebaixava o valor do trabalho.

As saídas encontradas para as fortes estiagens passaram pela migração em massa para regiões mais próximas ao agreste e litoral, em um segundo momento houve o trabalho sazonal em colheitas ou plantios (principalmente a cana-de-açúcar) e nas últimas décadas, o ciclo de desenvolvimento passou pela Indústria da construção civil.

Diferentemente do processo que houve de migração no século XX, o ciclo do trabalho na construção civil não retirou a família dos camponeses dos seus locais de origem para os grandes centros. Por conta das garantias trabalhistas e do alto fluxo de trabalhadores nas obras, a estadia dos operários não se dava em maior tempo que o tempo da obra, retornando pra casa.

Embora se apresente em primeiro momento como parte de uma tendência proletarista do campesinato, esse processo se tratou de uma estratégia de reprodução camponesa, em que o trabalho fora do campo trouxe recursos utilizados para fazer investimentos na unidade de produção, logo, os trabalhadores enviavam um montante do salário para equilibrar as contas na casa e realizar investimentos, como pode ser observado no gráfico 31.

Gráfico 31 - Principais investimentos realizados a partir dos salários ou benefícios na indústria da construção civil e pesada.



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

Seguindo a pesquisa de campo no P.A. Queimada Grande com as famílias assentadas, os investimentos foram bastante diversos, em que 22% desses trabalhadores compraram animais, na sua grande maioria vacas de leite; 12% compraram veículos, 7% compraram terra para plantações e 3% investiram na construção de algum tipo de comércio local, como por exemplo, mercearias e sorveterias.

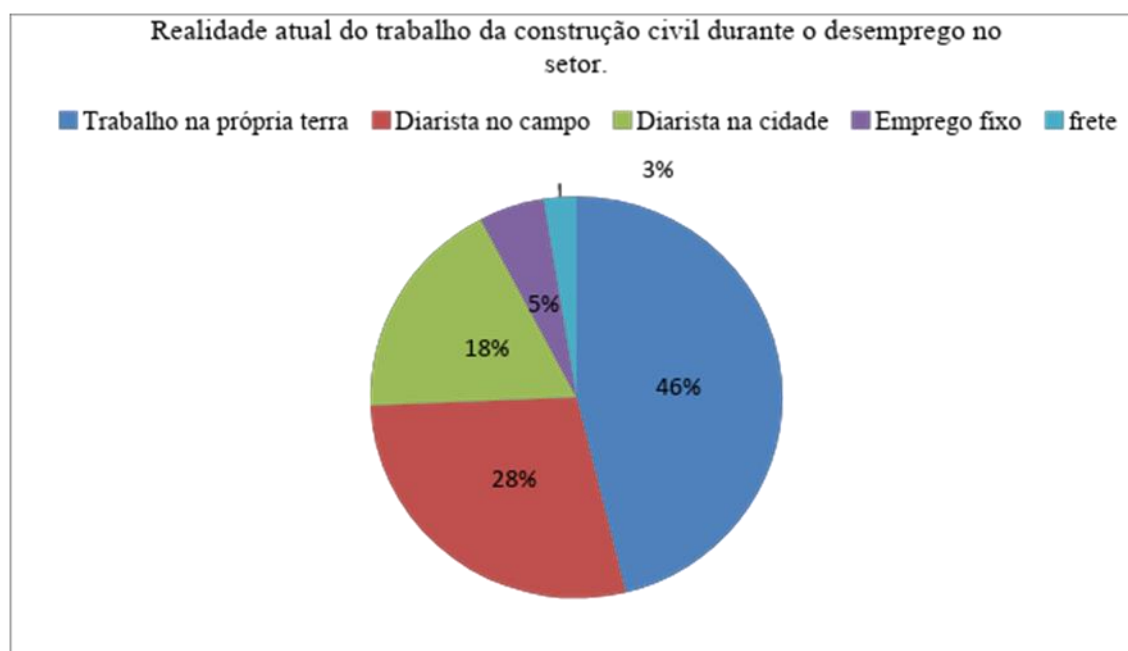
Os jovens, filhos de assentados que trabalharam na indústria da construção civil e construção pesada, utilizaram os seus recursos para construir a própria casa e manter-se no assentamento. O resultado pode ser visto a partir do gráfico acima, pois 27% dos trabalhadores da construção civil construíram suas casas e 17% compraram chão pra construir suas casas.

Os relatos dos trabalhadores sobre esse ciclo da construção civil e construção pesada e a relação com os investimentos podem ser observados a partir dos diversos relatos, mas também pode ser observado a partir da mudança da paisagem de alguns povoados e assentamentos em que houve essa mobilidade, por conta da construção das casas, das máquinas para a agricultura, dos caminhões, caçambas e carros-pipas, etc. Numa realidade em que uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais no campo é a construção de moradias para filhos de assentados, foram construídas aproximadamente 200 casas no Assentamento

Queimada Grande, sem acessar os programas MCMV, conforme levantamento realizado no assentamento.

Os investimentos realizados a partir da mobilidade do trabalho na indústria da construção civil e construção pesada, demonstram ainda que esse processo faz parte de uma estratégia do campesinato para continuar investindo e melhorando as suas condições no campo, pois não houve migração para outras regiões em massa, como no Século XX.

Gráfico 32 - Realidade atual do mundo do trabalho dos ex-operários



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com a pesquisa de campo realizada, selecionando apenas os trabalhadores que estiveram na indústria da construção civil e construção pesada, com o objetivo de analisar a atualidade do mundo do trabalho desses trabalhadores, podemos identificar que 46% desses trabalhadores só trabalham na terra, colhendo os resultados dos investimentos realizados e apenas 5% estão com emprego fixo.

Ainda de acordo com a pesquisa, 28% desses trabalhadores fazem diárias no campo e 18% relatam que fazem diárias nas cidades. No entanto, esses mesmos trabalhadores (a maioria composta por filhos de assentados) residem no assentamento e realizam também em conjunto com a família práticas agropecuárias. Ainda assim, é importante levar em consideração que as diárias dos trabalhadores ocorrem esporadicamente, pois, a partir dos relatos, a economia local não dá condições de contratar. Ainda nesse contexto, 5% desses

trabalhadores conseguem renda através de frete de transporte no próprio assentamento para as cidades próximas.

5.3 Se Camponês, se operário

A mobilidade do trabalho do camponês no alto sertão sergipano é provocada a partir do avanço capitalista e da sua demanda de trabalho. Ora essa mobilidade foi em direção às colheitas do café e cana-de-açúcar, ora foi em direção à Indústria automobilística. Como é alertado por Moreira & Santos (2016), a mobilidade do trabalho além de ter como destino a indústria da construção civil, e as colheitas agrícolas, também se estendeu às cidades regionais, com desenvolvimento econômico, que também demandam trabalho, como é o caso no alto sertão sergipano de Nossa Senhora da Glória, que passou a absorver boa parte da mão-de-obra de alguns municípios sertanejos.

No mesmo sentido, é fundamental perceber que a mobilidade está diretamente relacionada com a plasticidade, pois à medida que a reestruturação produtiva do capital modifica o espaço geográfico também demanda um novo tipo de trabalhador³⁴, produzindo assim novos profissionais.

No caso dos assentados do P.A. Queimada Grande e das suas passagens por algumas profissões, deve ser levado em consideração ainda as especificidades das suas trajetórias de vida e do processo social de conflitualidade que desembocou na desapropriação da fazenda.

Ao analisar as suas trajetórias de vida e a relação com o mundo do trabalho, percebemos que se trata de agricultores que iniciaram o trabalho, em sua maioria, em relações de produção não capitalistas, ou em situações de trabalho em que o salário era extremamente desvalorizado. A luta pela terra proporcionou a esses trabalhadores a conquista da terra, da moradia, de crédito, pavimentação e diversas outras conquistas econômicas, sociais e políticas.

Esse camponês que embarcou na indústria da construção civil já tinha a sua família alojada em um assentamento, e os ganhos que obtém com o trabalho, trouxeram investimentos para a sua unidade de produção familiar, de modo que a maior parte dos agricultores que foram para o trabalho no “trecho” não entrou na indústria alimentícia, já que

³⁴ Em algumas regiões, o agronegócio deixou de demandar o cortador de cana-de-açúcar para o operador de máquinas, ao passo que na indústria da construção civil essa transformação ocorreu com a especialização de algumas categorias que podem ser observadas nos apêndices, com o reconhecimento de outras categorias profissionais.

a Indústria da construção civil está em crise. Na indústria alimentícia, está em sua maioria, uma nova geração de trabalhadores jovens, como mencionaremos no item 4.3.

Essa relação entre desenvolvimento capitalista e campesinato deve ser analisada na totalidade, como afirma Thomaz Júnior, 2006:

É imprescindível, diante desse rico processo de redefinições e de mudanças de papéis e de expressões sociais, entendermos os conteúdos espaciais e os nexos e significados territoriais da luta de classes que se materializam nesses estágios diferenciados da existência do trabalho: camponês↔operário/proletário↔camponês(...) É o entendimento dessa totalidade viva do trabalho, isto é, da plasticidade constantemente refeita e que caracteriza a materialidade e a subjetividade de cada forma de expressão geograficamente determinadas, e ainda o sentido/significado/conteúdo que tem nos diferentes lugares e suas contradições, que nos possibilitará conhecer o enraizamento e o sentido revolucionário do trabalho, e não as predefinições concebidas, forjadas e distantes da centralidade do conflito de classe e do processo social que lhe dá sustentação. (TROMÁZ JÚNIOR, 2006.p.37).

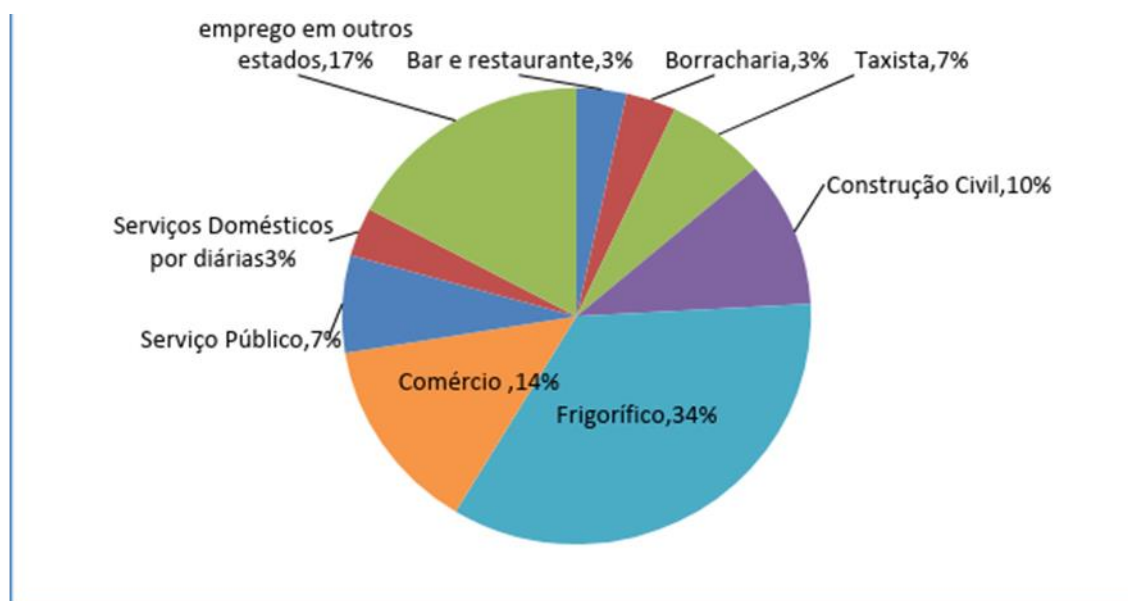
Esse processo, no entanto, não significa automaticamente a proletarização do campesinato, mas uma relação dialética estabelecida a partir do desenvolvimento capitalista, em que o campesinato constrói seus mecanismos de reprodução social. Isso demonstra a importância de observar a totalidade do processo social.

5.4 Atualidade do trabalho camponês no Projeto de Assentamento Queimada Grande

No P.A. Queimada Grande, onde foi realizada a pesquisa de campo, é perceptível que a maior parte das famílias assentadas tem a sua renda familiar a partir da comercialização da sua produção (em sua maior parte o leite), mas essa renda é complementada a partir da aposentadoria ou pensão de algum ente familiar ou vendendo a “força de trabalho que não pode absorver [...] A única exceção é a do setor minoritário de trabalhadores permanentes ou especializados que, por isso, escapam parcialmente das condições gerais do mercado de trabalho rural”. (VERGÉS, 1941. p. 9 e 10).

Há uma nova configuração no mundo do trabalho, em que as estratégias camponesas continuam, mas agora está numa situação de trabalho precário e de salário mais desvalorizados que o período 2004/2016. A realidade atual das famílias com relação ao trabalho assalariado pode ser observada no gráfico 33.

Gráfico 33 - Realidade atual do trabalho assalariado no Assentamento



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

A partir da realidade encontrada no PA Queimada Grande, percebe-se que entre os que hoje obtêm a renda a partir de atividades não agrícolas, há 52% desses trabalhadores com carteira assinada e empregos regulares, em que 10% ainda estão em obras da construção civil em outros estados, 7% estão no serviço público local e 35% estão em Santa Catarina, trabalhando em frigoríficos. O restante, que somados chega a 48%, realizam atividades sem vínculo empregatício, como é o caso das diárias, dos serviços em bares e restaurantes, borracharias, etc. Há, no entanto, um número que merece ser destacado: 17% estão à procura de emprego em outras cidades, com rumo indefinido, aguardando vaga após a entrega de currículos.

Como fora mencionado, uma nova realidade vem ocorrendo nos últimos meses, em que uma parte da juventude está sendo levada para trabalhar em frigoríficos, na cidade de Capinzal- SC. Desses, a maior parte é composta por mulheres e jovens, filhos(as) de assentados, que não entraram na indústria da construção civil e construção pesada na última década, e diferentemente do ciclo anterior os ganhos salariais não são considerados como fonte de investimento pelos agricultores, mas como forma de manutenção da vida familiar.

Mapa 8 - Mobilidade dos trabalhadores para o trabalho em frigoríficos.



Fonte: INCRA, 2018.

Ao comparar com os salários obtidos na indústria da construção civil e construção pesada, o trabalho nos frigoríficos é considerado baixo para 43% dos entrevistados, mediano para 14% e 43% não sabem ou não querem responder a pergunta.

Gráfico 34 - Grau de satisfação com os salários recebidos nos frigoríficos



Fonte: elaborado pelo autor, 2017.

O desemprego criado a partir da crise da Indústria da construção civil e construção pesada provocaram também uma mudana na realidade da classe trabalhadora. Como pode ser observado a partir da tabela 27, apenas 5% dos trabalhadores que foram desempregados retornaram a empregos fixos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento capitalista que ocorreu nas últimas décadas no Brasil provocou intensas transformações no campo brasileiro, demonstrando o seu caráter desigual e contraditório, uma vez que houve um aumento significativo da produtividade na mesma medida que ampliou a concentração da terra, as desigualdades e os conflitos sociais.

Esse desenvolvimento também provocou transformações no mundo do trabalho dos camponeses, visto que os trabalhadores vivenciaram nas últimas décadas o surgimento e hegemonia das relações capitalistas, deixando de trocar a sua mão de obra por espaço para plantação e moradia nas fazendas, por exemplo, para a remuneração salarial, com privação do uso da terra.

Os camponeses que passaram a ser “sem terra”, buscaram retomar a reprodução da sua condição camponesa de diversas formas. No caso do alto sertão sergipano os camponeses buscaram, entre outros métodos, à conflitualidade, organizada politicamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra o mecanismo de retomada da sua condição de classe.

Desta forma, a presente pesquisa partiu da problemática das transformações do mundo do trabalho camponês, que implica, nesse caso, na relação entre o campesinato do alto sertão sergipano com o crescimento da indústria da construção civil e construção pesada.

Partindo dessa problemática foi levantada a seguinte hipótese: que os trabalhadores saíam das suas localidades para a indústria da construção civil e construção pesada porque nesse ramo de atividade ganhariam mais dinheiro e esse dinheiro ajudaria a viabilizar a sua produção no assentamento, visto que o poder público não efetivava a política de reforma agrária na sua totalidade.

Durante a pesquisa pode ser observado que as casas, a água, o calçamento e o acesso aos serviços públicos básicos são conquistados com muita luta pelos assentados, e em vários casos não foram completamente implementados. A hipótese que tinha sido levantada no início da pesquisa foi confirmada. De fato os trabalhadores buscavam naquele momento a indústria da construção civil porque era mais rentável e sazonal.

À vista disso é perceptível que a busca do trabalho assalariado na indústria da construção civil do período 2004/2015 tinha a característica de incremento da economia familiar para investimentos na unidade de produção; para as novas gerações do assentamento que buscam o trabalho assalariado nos frigoríficos, trata-se de uma condição para a reprodução da vida, visto que as políticas públicas para a reforma agrária não foram implementadas na totalidade.

No entanto, é importante levar em consideração que a realidade atual dos trabalhadores assentados não se diferencia do restante do país, que vive submerso numa profunda crise econômica que vem colocando dia após dia o mundo do trabalho em profunda desvalorização, desregulamentação e precarização. Dessa maneira, as mais novas gerações já não vão em direção a indústria da construção civil, assim como não tem trabalho e salário valorizado. Portanto as novas gerações submetem-se ao trabalho em frigoríficos, com salários mais baixos.

A luta pela terra organizada pelo MST provocou no alto sertão sergipano um território formado por milhares de famílias assentadas e pequenos agricultores, desterritorializando a maior parte do latifúndio. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou um processo de fortalecimento do campesinato, associado também às políticas públicas implementadas para combater os efeitos da seca e garantir melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Esse fenômeno pode ser registrado a partir das taxas de crescimento da população rural no alto sertão sergipano, contrariando inclusive a tendência nacional de urbanização.

No contexto do mundo do trabalho, a pesquisa demonstrou que na última década houve uma retomada da mobilidade do trabalho para a indústria da construção civil e construção pesada, impulsionadas por programas do Governo Federal, como o PAC e o Minha Casa Minha Vida, principalmente para a construção de Barragens, Hidroelétricas e estádios de futebol, em diversos estados do Brasil.

O trabalho nessa Indústria é diferente de outros setores, porque há prazo para conclusão das obras e isso exige a realização de muitas horas-extras. Para os camponeses que saíram do campo e tornaram-se operários, esse era um trabalho que proporcionava um retorno rápido para o seu município de origem, onde tinha deixado a família, salário valorizado e o, por conseguinte, também significava o envio de remessas de recursos para a manutenção das atividades na terra.

O que aparentemente significa uma tendência proletarista do campesinato, com o desenrolar da análise, logo se evidencia como uma estratégia de reprodução camponesa, devido a falta de investimentos reais do Estado brasileiro com a política de reforma agrária.

O aprofundamento da crise capitalista no período 2015-2017, provocou o retorno em massa desses operários para as suas casas, e os investimentos realizados durante o período em que trabalhavam na indústria da construção civil e construção pesada, hoje significam a condição de reprodução da vida camponesa nos assentamentos.

No entanto, uma nova geração que entra na fase adulta, inicia um novo corredor de mobilidade do trabalho, com destino a Indústria de Alimentos, no estado de Santa Catarina.

Os elementos de pesquisa sobre esse novo momento indicam para um grau de satisfação menor dos trabalhadores quando comparados a indústria da construção civil e construção pesada, dado que o emprego não é temporário e as remunerações não são satisfatórias, mas por conta da conjuntura de crise, torna-se aceitável pelos jovens trabalhadores.

O processo de mobilidade do trabalho tem relação intrínseca com a plasticidade, pois à medida que ocorre a reestruturação produtiva do capital, outro tipo de mão-de-obra é demandada, e os trabalhadores mais uma vez reproduzem a nova face do trabalho, como foi o caso dos trabalhadores que eram camponeses, mas entraram na indústria da construção civil e agora retornaram para a vida no campo, ao mesmo passo que outros adentram a Indústria alimentícia dos frigoríficos.

Diante de tudo que foi exposto cabe mencionar que durante o processo de elaboração do presente trabalho alguns desafios foram enfrentados, a começar com o problema da formação acadêmica que dificultou a compreensão da categoria geográfica do território como a categoria norteadora da pesquisa. Por ter formação no curso de Ciências Sociais Bacharelado esse problema foi amplificado. Outros problemas, no entanto surgiram, para a realização da pesquisa de campo, como o deslocamento e a aplicação dos questionários, pois tornou-se necessário combinar o trabalho com as datas comemorativas e organizativas do P.A.

Destarte, há um grande mito na sociedade com relação aos trabalhadores rurais e a sua contribuição para a sociedade brasileira. Mesmo levando em consideração que esse trabalhador é o primeiro a acordar para produzir e levar alimentos para os lares das famílias brasileiras, o seu trabalho é motivo de questionamentos por não ter vínculo formal de emprego assalariado. No caso do assentado de reforma agrária, há uma luta constante dos integrantes do MST para rebater os diversos argumentos na sociedade civil e sociedade política que tentam criminalizar esses trabalhadores.

Há outra questão nesse debate que deve ser mencionada. De alguma forma, o fato desse assentado buscar na mobilidade do trabalho uma estratégia para a sua reprodução camponesa, deixou algumas brechas para o discurso que coloca a reforma agrária como algo que não é mais necessário para os trabalhadores rurais, mas a pesquisa de campo deixa claro que os camponeses que viviam com trabalhos e salários desvalorizados, após conhecerem o MST e conquistarem a sua terra, não buscaram mais o trabalho precário e desvalorizado que antes era a sua única alternativa. A inserção na indústria da construção civil se deu, principalmente, pela valorização do salário, pela possibilidade de ter horas extras e por ser um trabalho sazonal.

O debate sobre o campesinato e a sua proletarização momentânea deve ser analisada na sua totalidade. Não há condições de analisar a situação do campesinato em um determinado momento sem que seja levada em consideração também a sua história enquanto sujeito político, e os processos de plasticidade do trabalho, que reinventa o sujeito trabalhador ora como operário, ora como camponês.

Nesse contexto, a contribuição dessa pesquisa para a sociedade se dá na medida em que coloca o camponês como um sujeito que é capaz de fazer a sua história, na mesma medida que utiliza o trabalho assalariado fora do assentamento como uma estratégia para a sua reprodução social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: João Pedro Stédile. (Org.). **A questão agrária no Brasil**- o debate na década de 1990. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.p.111-124.
- ABRAMOVAY, R **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992. 275p.
- ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. presidente prudente, 2014. disponível EM: <https://www.dropbox.com/s/gjpvzwnjvptgqc2/Tese%20Jos%C3%A9%20Alves%20PDF.pdf>. Acesso em: 17/12/2017.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. . **Usos e Abusos da Historia Oral**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundacao Getulio Vargas, 1996. 277p
- BARREIRA, C.. **Crônica de um massacre anunciado:** Eldorado dos Carajás. São Paulo em Perspectiva (Impresso), v. 13, p. 136-143, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400015. Acesso em: 14/10/2017
- BARTRA, Armando (Bartra Verges) 1941. **Os Novos Camponeses:** Leituras a partir do México profundo/ Armando Bartra Vergés; Tradução Maria Angélica Pandolfi; Revisão técnica Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile, Silvia Beatriz Adoue. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do campo e desenvolvimento rural, 2011.
- BENTO, F. S. ; THOMAZ JÚNIOR, Antonio . **A dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI**. Revista Pegada Eletrônica (Online), v. 16, p. 88-116, 2015.
- BOITO JÚNIOR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado no Fórum Econômico da FGV / São Paulo. 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20%20Boito%20%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: 22/11/2017.
- BORÓN, Atilio (2006) “Teoría política marxista o teoría marxista de la política”, in ___ et al. **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires, CLACSO, pp. 175-190.

- CAMPOS, Janaina Francisca de Souza Campos. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo / Janaina Francisca de Souza Campos.** - Presidente Prudente: [s.n], 2012. 388 f.: il.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133-154.
- CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos.** 2004. 347 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.
- CAVALCANTE, David. **O capital da construção civil no contexto do neodesenvolvimentismo e as teias de relações perigosas na estratégia do novo bloco de poder hegemônico no Brasil.** Recife, 2014.
- CORREA, Sergio Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de vidas inundadas.** Revista NERA (UNESP), v. 12, p. 34, 2009.
- FERNANDES, B.M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita Pag. 191 a 206. In **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** SADER, Emir. (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013 a.
- FERNANDES, B.M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST (1979 –1999).** São Paulo: Unesp, 2000.
- FERNANDES, B.M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: O debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Tese (livre-docente) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, 2013.
- FERNANDES, B.M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: João Pedro Stedile. (Org.). **A questão agrária no Brasil 7. 7ed.**São Paulo: , 2013 b, v. 7, p. 173-238.
- FERNANDES, B.M. 20 anos do MST e a perspectiva de reforma agrária no governo Lula. In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inêz Marques. (Org.). **O Campo no Século XXI.** São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004, v. , p. 273-294.
- FOSCHIERA, A.A.; BATISTA, Lucione Sousa ; THOMAZ JÚNIOR, Antonio . **Organização e Atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO.** Revista Pegada Eletrônica (Online), v. 10, p. 134-146, 2009. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1684/1618>. Acesso em: 17/12/2017

- GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In: João Pedro Stédile. (Org.). **A questão agrária no Brasil**- o debate na década de 1990. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.281-305.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo. Edição Loyola, 2004.
- HOHN, Daiane Carlos. **Geração de energia elétrica e territorialização**: O caso da Usina Hidroelétrica Estreito. São Paulo, 2016. 213f.
- KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016. 473p.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.
- LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 3.ed. São Paulo: Nova cultural, 1998. v.2.
- LENIN, Vladimir Ilich. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. São Paulo: Expressão Popular, 2001.p.94.
- LOPES, E.S.A. Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005. In: Fernando Fleury Curado; Eliano Sérgio Azevedo Lopes; Mônica Cristina. (Org.). **Do plural ao singular**: dimensões da reforma agrária e assentamento rurais em Sergipe. 1ed.Aracaju: EMBRAPA e EDUFS, 2008, v. 1, p. 11-30.
- MACHADO, A. M. B. ; CASALINHO, Helvio Debli . **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária**. *Revista NERA (UNESP)*, v. 17, p. 65-80, 2010.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. v. 1. 233p
- MARX, Karl. A Chamada Acumulação Primitiva. In: **O Capital**. Lv. I, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1984.
- MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. 174 p.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Tradução Maria L. Como, 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 199
- MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1973.
- MOREIRA,S.O. ; SANTOS, Janio . **Mobilidade temporária do trabalho nos pequenos municípios, frente à reestruturação produtiva do capital**. *Revista pegada eletrônica (online)*, v. 17, p. 173-199, 2016.
- OLIVEIRA, A. R.; PINTO, J. E. S. S. ; MENDONÇA, F. A. . A desertificação no Alto Sertão de Sergipe/Brasil: Abordagem na perspectiva da vulnerabilidade ambiental. In: **riesgos**,

vulnerabilidades y resiliencia socioambiental para enfrentar los cambios globales, 2014, Santiago-Chile. VIII SLAGF ? Simposio Latino Americano De Geografia Fisica IV SIAGF ? Simposio Iberoamericano De Geografia Fisica. Santiago: Universidad de Chile, 2014. v. 01. p. 88-97.

OLIVEIRA, A.U. Agricultura e indústria no Brasil. Campo-Território: **revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 5, n.10, p. 05-64, 2008.

OLIVEIRA, A.U. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: João Pedro Stedile e Douglas Estevam. (Org.). **A questão Agrária no Brasil** - o debate na década de 2000. 1aed.São Paulo/SP: Expressão Popular, 2013, v. 7, p. 103-172.

OLIVEIRA, A.U. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo LULA. In: XIII **EGAL-Encuentro de Geografos de América Latina**, 2011, San Jose. Estableciendo puentes em la geografia de Latinoamerica. San Jose: EGAL, 2011. v. 1. p. 01-19.

OLIVEIRA, A.U. O Campo brasileiro no final dos anos 80. In: João Pedro Stédile. (Org.). **A questão Agrária no Brasil** - O debate na década de 1990. 2aed.São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 6, p. 55-80.

OLIVEIRA, R. A. D.. **Mobilidade espacial dos cortadores de cana**: dimensões e significados recentes. Revista Pegada Eletrônica (Online), v. 16, p. 51-87, 2015

PEREIRA, João M. M.. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cardoso. In: João Pedro Stédile. (Org.). **A questão agrária no Brasil** - Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 8, p. 19-68.

PEREIRA, João M. M. **Estado e mercado na reforma agrária brasileira** (1988-2002). Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 28, p. 385-404, 2015.

PEREIRA, Raphaela Andrade ; BATISTA, R. M. ; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva ; PAULO, Tereza Raquel Muniz de . Prolegômenos à reforma agrária em Sergipe: o convênio 04000/2007 INCRA/SEAGRI em foco. In: XXI **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2012, Uberlândia. Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia: UFU/LAGEA, 2012. v. 1. p. 1-20.

POCHMANN, Marcio (2013) “**Desafios do desenvolvimento brasileiro**”, Educação & Sociedade, v. 34, n. 124, pp. 705-722.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato Brasileiro**: Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

- RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006)**, Presidente Prudente, São Paulo. 2008.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras. 2ed. 1995.p.477.
- ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense : territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Presidente Prudente : [s.n.], 2015. 390 f. : il.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária Brasileira e a luta pelo socialismo. In: João Pedro Stédile (org). **A Questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectiva da reforma agrária nos anos 2000**. 1ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2013.v8. p.85-102.
- SANTOS, F.F.; GARCIA, M. F. . Plasticidade do trabalho na cooperativa regional de assentados do alto sertão sergipano e suas contradições na produção do espaço agrário. In: XXIII ENGA - **Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Cristóvão, 2016.
- SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. 1. ed. Brasília: EMBRAPA, 2008. v. 1. 73p .
- SEVILLA GUSMAN, Eduardo. **Sobre a evolução do conceito de campesinato** / Eduardo Gusman Sevilla, Manoel González de Molina; tradução literal [de] Ênio Gutierrez e Horácio Martins de Carvalho. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 93p.
- SILVA, J.F.G. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: João Pedro Stédile. (Org.). **A questão agrária no Brasil- o debate na década de 1990**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.p.163-170.
- SILVA, Izildo Carlos Alves da. **A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: Estudo das tendências migratórias em Santo André**, 2008. 163p.
- STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: João Pedro Stédile (org.): **A questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.v6. p. 365-384.
- STÉDILE, João Pedro.tendências do capital na agricultura. In: João Pedro Stédile (org.) **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 2000**.Douglas Stevam(Assistente de pesquisa) 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.19-38.
- TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. **Territórios em conflito no alto sertão sergipano**. 2015. 738 f. Tese (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Degradação, resistência e centralidade do trabalho (as contradições do movimento territorial de classe). In: XIII Jornada do trabalho ? **A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI**. Os novos desafios da Geografia do Trabalho?, 2012, Presidente Prudente. Anais da XIII Jornada do trabalho. Presidente Prudente: CEGeT - UNESP, 2012. p. 289-306.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. (Des)Realização do trabalho: se camponês, se operário! (Repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). In: ALASRU VII **Congreso Latinoamericano de Sociología Rural**, 2006, Quito. CD ROM, 2006. v. 1. p. 1-20.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 2009. Tese (livre-docente) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho**. Repensar auto-crítico sobre as classes trabalhadoras no Brasil. In: Revista Pegada, v 07, n. 1, p. 07- 40, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **O agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI**. Campo - Território, v. 5, p. 92-122, 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por uma geografia do trabalho**. Pegada (UNESP. Impresso), Presidente Prudente, v. esp, n.Especial, p. 4-26, 2002. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/786/809>. Acesso em: 18/01/2018

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Territórios em disputa e a dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. Revista Pegada Eletrônica (Online), v. n.esp, p. 4-4, 2014.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora**, 2013. Revista Pegada – vol. 14 n.2. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2660/2346>. Acesso em: 22/01/2018

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.

VILAS, Carlos M. (2010) “Las „idas“ y „regresos“ del Estado”, **Utopía y Práxis Latinoamericana**, vol. 15, n. 13, pp. 101-108.

Dados coletados de artigos em jornais, dados oficiais do INCRA

Assentamento de trabalhadores rurais – Números Oficiais. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/9608>. Acesso em: 01/12/2017

As mentiras do governo fhc sobre reforma agrária. Nota da direção nacional do MST. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1500/1464>. Acesso em: 04/12/2017.

Relação de assentamentos da reforma agrária criados pelo Incra em 2015. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforagraria/pa_2015.pdf. Acesso em: 20/10/2017

Plebiscito revela que maioria dos eleitores é contra a Alca. 2002. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/node/587756>. Acesso em: 15/10/2017

Avaliação do presidente volta ao pior nível. 30/05/1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc30059806.htm>. Acesso em: 17/12/2017

Indústria de processamento de leite será uma das maiores do NE. Disponível em: <http://agencia.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/industria-de-processamento-de-leite-sera-uma-das-maiores-do-ne>. Acesso em: 17/01/2018

MAM- QUEM SOMOS. DISPONÍVEL EM: <http://mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>
Acesso em: 07/02/2018

Fórum Alternativo Mundial das Águas – FAMA. Disponível em: <http://fama2018.org/>

IPARDES- EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO BRASIL . Disponível em http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/salario_minimo.pdf. ACESSO EM 15/02/2018.

EMDAGRO. Pareceres técnicos sobre estiagem em municípios de Sergipe 2016/17. 2017.

INCRA. **Relatório técnico de levantamento preliminar de dados e informações para classificação do imóvel rural denominado "fazenda santa maria".** 1997

INCRA. **RELATÓRIO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEL RURAL,** 1997.

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DIRECIONADO PARA AS FAMÍLIAS
PRODUTORAS**

1-dados pessoais

Nome dos beneficiários e idade	
Escolaridade	() Analfabeto () Alfabetizado () 1º Grau () 2º Grau () Universidade () Pós graduação
Onde moravam antes de entrar na Queimada Grande?	
Houve participação na ocupação? Como chegou na terra?	

2- Trajetória de Vida e trabalho

Quais as atividades que o senhor (a) desenvolveu antes de ser assentado (a)	a) Atividades relacionadas a cidade () Recebia salário correspondente ao salário mínimo? () Trabalhava por diária b) Atividades relacionadas ao campo; () Recebia salário; () Trabalhava na fazenda em troca de moradia e local para plantio e criação; () Produzia na própria terra da família;
Tinha casa própria antes de morar no assentamento?	() SIM () NÃO
Antes do assentamento você já tinha participado de alguma organização social?	() Associação () Sindicato () Pastoral da igreja () Partido político () Outras Quais? _____
Qual a coletividade que existe entre você e a	() Se organizam juntos pra compra de ração, sementes, insumos e mecanização;

comunidade?	<input type="checkbox"/> Se organizam juntos pra venda dos produtos; <input type="checkbox"/> Realiza mutirão para a limpeza e embelezamento do assentamento; <input type="checkbox"/> Realiza mutirão para ações de construção de casa;
Água para o consumo humano	<input type="checkbox"/> encanada <input type="checkbox"/> Compra água <input type="checkbox"/> Recebe da operação pipa
Água para o consumo animal	<input type="checkbox"/> Compra carro pipa <input type="checkbox"/> Tem 1 barragem <input type="checkbox"/> tem 2 barragens <input type="checkbox"/> Mais de 3 barragens
Como, na atualidade, a comunidade consegue vender a produção?	<input type="checkbox"/> feira <input type="checkbox"/> atravessador <input type="checkbox"/> Programas do governo PAA e PNNAE <input type="checkbox"/> Outros Quais? _____
Para ajudar na produção já fez captação de alguma política de financiamento?	<input type="checkbox"/> SIM. Quando a última vez? _____ <input type="checkbox"/> NÃO
Quantas pessoas residem na sua casa?	
Quantas pessoas trabalham no lote?	
Você contrata mão de obra para as atividades no lote?	
Você ou alguém da sua família realiza alguma atividade fora da sua terra?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> SIM Quantos ? _____
Qual o tipo de trabalho fora do lote é realizado na família? Quantos membros da família realizam trabalho fora?	<input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Serviços <input type="checkbox"/> Funcionário Público <input type="checkbox"/> Agricultura em outras propriedades <input type="checkbox"/> Construção civil <input type="checkbox"/> Outro tipo de emprego? Qual? _____

<p>O que mudou na sua vida após a chegada na sua própria terra?</p>	
<p>3. O TRABALHADOR E A SUA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA</p>	
<p>O que você produz na terra e quantas tarefas?</p>	<p>() Milho () Feijão () Fava () Sorgo () Abóbora () Palma () Outros? Quais _____</p>
<p>Forma de produção</p>	<p>Qual a semente utilizada para a lavoura? A)Transgênica B)Híbrida C)Crioula</p> <p>Quais os mecanismos de plantação? a)Enxada b) Matraca c) Trator</p> <p>Como você combate as pragas da lavoura? a)Uso intensivo de agrotóxicos (do plantio até a colheita) b)Uso de agrotóxicos apenas quando aparece as pragas c)Controle Biológico d)Outros</p> <hr/> <p>Como você faz a colheita? a)Manual b)Mecanizada</p>

Qual a sua produção animal? Qual a Quantidade de cada espécie? Qual a produção de cada?	<input type="checkbox"/> Aves <input type="checkbox"/> Caprinos <input type="checkbox"/> Ovinos <input type="checkbox"/> Suínos <input type="checkbox"/> Bovinos
Para quem você entrega a sua produção de leite?	<input type="checkbox"/> Consumo próprio da família <input type="checkbox"/> Venda para o comércio local <input type="checkbox"/> faz queijo em casa pra vender <input type="checkbox"/> Queijarias de poço Redondo <input type="checkbox"/> Queijarias da Queimada grande <input type="checkbox"/> Atravessador que entrega para laticínios
As pessoas na sua casa recebem algum tipo de benefício desses? Quantos?	a)Bolsa Família b)BPC c)Aposentadoria d) Auxílio Doença
Qual a renda da sua família hoje?	<input type="checkbox"/> Até 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> entre 1 e 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> Entre 2 e 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> Mais que 3 salários mínimos
NO CASO DE QUEM TRABALHOU NA CONSTRUÇÃO CIVIL.	*Esse é o filé do trabalho! Então, é importante que essas informações sejam de toda a casa. Por exemplo, Se uma família tiver 5 filhos que trabalharam em firmas, é bom que os 5 relatem suas experiências.
Quando a primeira vez você saiu pra trabalhar fora? Qual o ano? Como você foi? Através de agenciador?	
Quais os estados que viajou pra trabalhar?	
Porque você procurou trabalho fora do assentamento?	

<p>Como você considerava o salário recebido nas firmas?</p> <p><u>*Anotar ao lado se a pessoa falar o valor.</u></p>	<p>a) Baixo b) Médio c) Bom d) Ótimo</p>
<p>Você fez algum investimento com o salário durante esses anos?</p>	<p>a) Chão de casa b) Lote pra lavoura c) Animais d) Veículos e) Outros _____</p>
<p>Com o novo cenário de desemprego, como você está trabalhando?</p>	<p>() Diarista em trabalho rural () Diarista em construção civil no assentamento () Diarista em Construção civil em outros locais () emprego fixo () táxi ou mototáxi () Merceria ou algum comércio? () Trabalho na própria terra (_____) Outros _____ _____</p>

APÊNDICE B – TABELAS COM OS SALÁRIOS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA NOS ESTADOS DE MATO GROSSO, PARÁ, GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL, RIO DE JANEIRO E MARANHÃO.

MATO GROSSO

CATEGORIA	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2016/2017
PROFISSIONAL							
Ajudante/ Servente	497,55	560,00	627,00	734,00	820,00	890,00	1.031,13
Meio Oficial	584,02	630,00	690,00	810,00	935,00	1.030,00	1.193,33
Oficial	674,76	728,00	800,00	1.010,00	1.180	1.300,00	1.506,15

PARÁ

Categoria profissional	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Nível V	400,00	480,00	504,00	570,00	650,00	710,00	773,90	828,07	910,87	1.000
Nível IV	462,24	530,00	556,50	615,70	680,00	737,80	804,20	860,49	946,53	1.037
Nível III	610,00	680,00	714,00	800,00	900,00	983,00	1.071, 47	1.146, 47	1.261, 11	1.381, 67
Nível II	657,31	725,00	761,25	822,15	904,36	983,00	1.071, 47	1.146, 47	1.261, 11	1.381, 67
Nível I	731,10	805,00	845,25	912,87	1004,1	1.089,	1.187,	1.270,	1.397,	1.531,

					5	50	55	67	73	35
--	--	--	--	--	---	----	----	----	----	----

GOIÁS

Categoria profissional	2003/2004	2004/2005	2006/2008	2008/2010	2010/2012	2012/2014	2014/2016	2016/2017
Servente/Ajudante	266,20	300,80	334,40	424,60	519,20	635,80	755,00	906,40
Profissional / oficial	385,20	435,72	530,20	618,20	704,00	891,00	1.188,00	1.449,80
Operador de motoniveladora			1.053,39.	1.166,00	1.326,60	1.678,60	1.472,00	1.762,20
Operador de pá carregadeira			575,59	638,00	726,00	937,20	1.472,00	1.762,20
Operador de retroescavadeira			785,95	871,20	990,00	1.254,00	1.472,00	1.762,20
Operador de trator de pneu			557,24	618,20	704,00	906,40	1.188,00	1.449,80
Operador de trator de esteira			759,74	842,60	957,00	1.214,40	1.472,00	1.762,20
Operador de espargidor			557,24	618,20	704,00	906,40	1.188,00	1.449,80
Operador de rolo compactador			557,24	618,20	704,00	906,40	1.188,00	1.449,80

Operador de rolo de pneu			619,31	686,40	781,00	1.007,60	1.188,00	1.449,80
Operador de moto sceipt			620,55	686,40	781,00	1.214,40	1.472,00	1.762,20
Motorista de cargas em geral			557,24	618,20	704,00	906,40	1.188,00	1.449,80
Encarregado geral e de terraplanagem			1.051,00	1.166,00	1.326,60	1.680,80	2.000,00	2.415,60
Administrativo de obras			724,41	803,00	915,20	1.155,00	1.472,00	1.762,20

MATO GROSSO DO SUL

PROFISSIONAL	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018
AJUDANTE I	383,00	420,00	470,00	515,00	580,00	622,00	680,00	750,00	812,00	902,00	957,00
AJUDANTE II	412,82	441,71	485,00	535,00	605,00	650,00	710,00	780,00	844,00	937,00	954,00
QUALIFICADO I	602,47	644,64	690,00	759,00	835,00	900,00	985,00	1.060,00	1.147,00	1.274,00	1.351,00
QUALIFICADO II	697,33	746,14	800,00	880,00	968,00	1.040,00	1.135,00	1.220,00	1.320,00	1.466,00	1.554,00

ENCARREGADO DE CAMPO											1.800,00	1.999,00	2.119,00
-----------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----------	----------	----------

RIO DE JANEIRO

CATEGORIA PROFISSIONAL	2004/2005	2005/2006	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018
PROFISSIONAIS EM GERAL	655,60	811,80											
DEMAIS PROFISSIONAIS	594,00	737,20											
SERVENTES E AJUDANTES	426,80	539,00	590,00	655,60	719,00	792,00	869,00	957,00	1.053,80	1.150,60	1.243,00	1.375,00	1.449,80
PROFISIO			881,0	970,2	1.053	1.155	1.276	1.403	1.544	1.685	1.821	2.013	2.123

ONAI			0	0	,80	,00	,00	,60	,00	,20	,60	,00	,00
I*													
PROFISS			590,0	902,0	979,0	1.067	1.179	1.298	1.472	1.557	1.683	1.861	1.964
IONAIS			0	0	0	,00	,00	,00	,80	,60	,00	,20	,60
II**													
Vigia/mei					763,4	836,0	915,2	1.007	1.108	1.210	1.306	1.445	1.524
o oficial					0	0	0	,60	,90	,00	,80	,40	,60
Soldador								1.738	1.911	2.085	2.252	2.490	2.626
es								,00	,80	,00	,80	,40	,80
Outras								1.542	1.689	1.852	2.002	2.213	2.334
profissões								,00	,40	,40	,00	,20	,20

Maranhão

Categoria profissional	2004/2005	2006/2007	2009/2010	2010/2011	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2017/2017
Oficial	490,60	550,00	728,20	816,20	1.100,00	1.172,60	1.243,00	1.405,80
Meio Oficial	308,00	385,00	545,60	611,60	819,72	873,40	950,40	1.045,00
Servente	290,40	376,20	530,20	585,20	776,95	827,20	937,20	990,00